



Anais da Assembléia

N. 44

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 19 DE MAIO DE 1988

ANO XIV

2. ^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 36. SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 1.988
QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Srs. Deputados Lauro Lobo Alcantara e Antônio Belinati.

As dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulo Furiatti, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (51). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Paulino José Delasari e Pedro Tonelli (02). Achando-se em licença o Sr. Deputado Cândido Bastos (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

O Deputado Rafael Greca, na qualidade

de Líder da Bancada do PDT, vem, por meio desta, indicar à Mesa Executiva da Assembléia Legislativa, os Deputados do PDT que participarão das Comissões efetivas desta Casa, em cumprimento ao disposto no Requerimento n.º 000880, lido no expediente, protocolado sob o número 3296/88:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Titular:

VALDERI MENDES VILELA

Suplente:

ANTÔNIO BELINATI

COMISSÃO DE FINANÇAS

Titular:

RAFAEL GRECA

Suplente:

JOÃO ARRUDA

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO

Titular:

ALGACI TÚLIO

Suplente:

VALDERI MENDES VILELA

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Titular:

RAFAEL GRECA

Suplente:

ALGACI TÚLIO

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Titular:

ANTÔNIO BELINATI

Suplente:

RAFAEL GRECA

COMISSÃO DE DEFESA AO CONSUMIDOR

Titular:

ALGACI TÚLIO

Suplente:

VALDERI MENDES VILELA

COMISSÃO DE SEGURANÇA

Titular:

ALGACI TÚLIO

Suplente:

ANTÔNIO BELINATI

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Titular:

ANTÔNIO BELINATI

Suplente:

ALGACI TÚLIO

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Titular:

ALGACI TÚLIO

Suplente:

RAFAEL GRECA

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Titular:

VALDERI MENDES VILELA

Suplente:

RAFAEL GRECA

Nesta oportunidade envio a Vossa Excelência meus protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente

Sala das Sessões, em 19.05.88.

(a) RAFAEL GRECA

Líder do PDT.

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado Erondy Silvério, na qualidade de Líder da Bancada do PTB, vem, por meio desta, indicar à Mesa Executiva da Assembleia Legislativa, os Deputados do PTB que participarão das Comissões efetivas desta Casa, em cumprimento ao disposto no Requerimento nº 000880, lido no expediente, protocolado sob o número 3296/88:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Titular:

ERONDY SILVÉRIO

Suplente:

LUIZ ANTONIO SETTI

COMISSÃO DE AGRICULTURA

Titular:

JOSÉ ALVES

Suplente:

LUIZ ANTONIO SETTI

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Titular:

JOSÉ ALVES

Suplente:

LUIZ ANTONIO SETTI

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Titular:

LUIZ ANTONIO SETTI

Suplente:

JOSÉ ALVES

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Titular:

LUIZ ANTONIO SETTI

Suplente:

JOSÉ ALVES

COMISSÃO DE TERRAS,
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Titular:

JOSÉ ALVES

Suplente:

LUIZ ANTONIO SETTI

COMISSÃO DE TURISMO

Titular:

JOSÉ ALVES

Suplente:

LUIZ ANTONIO SETTI

COMISSÃO DE CULTURA E ESPORTES

Titular:

LUIZ ANTONIO SETTI

Suplente:

JOSÉ ALVES

COMISSÃO DE SAÚDE

Titular:

LUIZ ANTONIO SETTI

Suplente:

ERONDY SILVÉRIO.

Nesta oportunidade envio a Vossa Excelência meus protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente

Sala das Sessões, em 19.05.88.

(a) ERONDY SILVÉRIO

Líder do PTB.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 977

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos desta Casa, votos de congratulações ao Governador Álvaro Fernandes Dias, por sua atitude firme e decidida na defesa dos interesses paranaenses, com referência ao poço petrolífero PR-8-4, cientificando-se Sua Excelência.

Sala das Sessões, em 19.05.88.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

No instante em que o vizinho Estado de Santa Catarina procura alterar divisas marítimas, a reação do Governador Álvaro Dias, pronta e vigorosa, indubitavelmente foi de suma importância na defesa dos interesses paranaenses.

Essa Assembleia Legislativa, representando a totalidade do povo do Paraná, não pode deixar de hipotecar a sua solidariedade a essa grande causa do Estado do Paraná, principalmente nesse momento em que o Governo Federal está a pagar "royalties" para os Estados produtores de petróleo.

REQUERIMENTO N° 979

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Sr. Belmiro Valverde Jobim Castor, DD. Secretário de Estado da Educação, solicitando providências junto à FUNDEPAR,

no sentido de que sejam construídas, com a máxima urgência, mais três salas de aula no Colégio Estadual Padre Réus, na cidade de Pérola D'Oeste, dando-se ciência deste requerimento ao Sr. Arlindo Cenci, Prefeito Municipal, Sr. José Vaneli Pinheiro, Inspetor Estadual de Educação e a Sra. Gertrude Bertol Roth, Diretora do estabelecimento citado.

Sala das Sessões, em 19.05.88.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual Padre Réus, na cidade de Pérola D'Oeste, conta com aproximadamente 850 alunos, sendo quatro turmas de pré e jardim, 15 turmas de primeira à quarta série, 3 turmas de Magistério e três turmas de Classes Especiais, perfazendo 25 turmas diárias, mais 5 turmas de Técnico em Contabilidade e Básico em Comércio à noite.

Por outro lado, o estabelecimento possui apenas 10 salas, mais duas construídas pela Prefeitura, para o jardim. Como não há nenhuma sala própria para Direção, Secretaria, Sala dos Professores, Sala de Orientação e Biblioteca, estão sendo ocupadas quatro salas de aula.

Assim, justifica-se a sobejo, o presente requerimento.

REQUERIMENTO N° 978

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Rubens Bueno, DD. Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social, solicitando providências no sentido de que seja construído o Centro Social na sede do Município de Pérola D'Oeste, dando-se ciência deste requerimento ao Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do referido município.

Sala das Sessões, em 19.05.88.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Devido à necessidade de um ponto onde as famílias possam se reunir para discutir os problemas da comunidade, bem como para servir de local para cursos de atualização e integração social dos munícipes, entendemos urgente a construção de um Centro Social no Município de Pérola D'Oeste, o que vem sendo reivindicado há tempos, pela população.

REQUERIMENTO N° 980

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício à TELEPAR - Telecomunicações do Paraná, para que seja supri-

mido o serviço "Disque Amizade" (N° 145).

Sala das Sessões, em 19.05.88.

(aa) ANTÔNIO ANNIBELLI

EDUARDO BAGGIO

ALEXANDRE CERANTO

ALGACI TÚLIO

ANTÔNIO COSTENARO NETO

ANTÔNIO BELINATI

ARTAGÃO MATTOS LEÃO

EZEQUIAS LOSSO

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

JOSÉ ROGÉRGIO CARVALHO

TADEU LÚCIO MACHADO

LAURO LOBO ALCANTARA

ORLANDO PESSUTI

ERONDY SILVÉRIO

NESTOR BAPTISTA

JUSTIFICATIVA:

Os Deputados que o subscrevem, o fazem em razão dos desencontros provocados e pela afronta causada aos bons princípios da família paranaense, pelo uso indevido por pessoas inescrupulosas dos serviços prestados pela TELEPAR, através do número 145 ("Disque Amizade").

REQUERIMENTO N° 975

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sindicato dos Assistentes Sociais do Paraná e ao Conselho Regional de Assistentes Sociais, 11. Região, pela realização da Semana do Assistente Social, nos dias 19, 20 e 21 de maio do corrente ano, nas dependências do SESC, localizado à Rua José Loureiro, 578, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 19.05.88.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

JUSTIFICATIVA:

Na verdade muitos já ouviram falar do assistente social, mas poucos sabem definir o papel desempenhado por este profissional.

O serviço social surgiu num contexto histórico contraditório, onde o paternalismo predominava, estando ligado então às bases da Igreja Católica. Nesta época, trabalhavam-se as questões sociais e o homem como objeto e não como sujeitos de uma realidade que poderia ser transformada.

Hoje, a preocupação e a atuação dos profissionais desta área é com a análise da situação político-social e econômica, que está em constante mudança e como intervir nesta realidade.

Intervenção que está ligada às diversas áreas onde se observa o seu desempenho como instituições públicas e privadas, sindicatos, associações de moradores, empresas, etc.

E, nesta realidade, procura este profissional realizar uma análise crítica da

mesma, atuando junto à população, para que esta possa modificar a situação vigente, trabalhando ao lado de outros profissionais da área social. O seu compromisso maior é com as classes exploradas e oprimidas, trabalhando com as contradições sociais e procurando num processo de transformação, melhorar as condições de vida do indivíduo.

REQUERIMENTO N° 974

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expedientes aos Excelentíssimos Srs. Dr. Álvaro Fernandes Dias, Governador do Estado, Dr. Luis Carlos Jorge Hauly, Secretário de Estado da Fazenda e ao Dr. Carlos Antônio Almeida Ferreira, Diretor-Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO, bem como ao Presidente do Banco Central do Brasil, no sentido de que seja criada e instalada uma agência daquela Casa de Crédito, na cidade de Sarandi.

Sala das Sessões, em 19.05.88.

(a) ANTONIO BÁRBARA

JUSTIFICATIVA:

O Município de Sarandi tem hoje uma população estimada em mais de 50 mil habitantes, população superior a muitos bairros da Capital e de outras cidades, onde são instaladas agências do BANESTADO S/A, e não é justo que um município não tenha uma agência daquela Casa de Crédito oficial do Governo do Estado, principalmente porque todas as subvenções liberadas são encaminhadas para as prefeituras municipais, através daquele banco.

E, a criação do BANESTADO na cidade de Sarandi, é uma antiga reivindicação daquela população que tanto labuta pelo progresso daquela região, do Estado e da Nação. Portanto, nada mais justo que se atenda esta reivindicação.

REQUERIMENTO N° 981

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja enviado expediente ao Ilustre Governador do Estado do Paraná, Sr. Álvaro Fernandes Dias, e ao ilustre Secretário de Estado dos Transportes, Sr. Heinz Georg Herwig, solicitando informações referentes à paralisação das obras do Contorno da BR-369, no Município de Bandeirantes.

A referida solicitação se faz em função de esta obra ser uma antiga reivindicação da população bandeirantense e auto-

ridades públicas locais, as quais, por diversas vezes, expuseram razões relevantes para a concretização do empreendimento.

Do presente, requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores do município apontado.

Sala das Sessões, em 19.05.88.

(a) VALDERI MENDES VILELA

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 139/88

A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica obrigatório o canto do Hino Nacional nas escolas de 1º e 2º graus da rede oficial de ensino do Estado do Paraná.

Parágrafo único. O canto se fará semanalmente, sempre às segundas-feiras, com a presença de alunos, professores e funcionários.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.05.88.

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

A medida que estamos propondo, visa a difusão e melhor conhecimento de nosso Hino Nacional, incutindo em nossas crianças o respeito aos símbolos pátrios, assim como o incentivo às práticas cívicas mais elementares.

Confiamos contar com o inestimável apoio dos nobres Pares, para esta nossa iniciativa, cientes que estamos, de seus méritos.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Srs. Deputados.

A Mesa, com base na Resolução 02/71, abre prazo por três dias consecutivos, a contar de amanhã, dia 20 do corrente mês, para oferecimento de emendas à Proposição n° 71/88, proposta de emenda à Constituição Estadual, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Erondy Silvério, na qualidade de Líder do PTB, constante do expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados que irão participar das Comissões Efetivas da Casa. - À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Rafael Greca, na qualidade de Líder do PDT, constante do expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados que irão participar das Comissões Efetivas da Casa. - À

Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoio da Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 158/87, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que declara de Utilidade Pública o CENTRO SOCIAL SÃO PEDRO DE ITAPERUÇU, com sede e foro no Município de Rio Branco do Sul. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Public. no D.A. n° 82, de 12.08.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 158/87

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Algaci Túlio, o presente projeto de lei tem por finalidade declarar de Utilidade Pública o Centro Social São Pedro de Itaperuçu, com sede e foro no Município de Rio Branco do Sul.

Da análise do projeto, pela justificativa apresentada pelo seu autor e pela documentação inserida ao mesmo, comprovam o preenchimento pela entidade, dos requisitos essenciais exigidos pela legislação reguladora da matéria.

Nestas condições, nosso Parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.05.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente
VALDERI MENDES VILELA - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 334/87, de autoria do Deputado JOSÉ AFONSO JÚNIOR, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO - ASDIOE, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Public. no D.A. n° 133, de 16.11.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 334/87

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado José Afonso Júnior, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública a Associação dos Servidores do Departamento de Imprensa Oficial do Estado - ASDIOE, com sede e foro nesta Capital.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Nestas condições, nosso parecer é Fa-

vorável, opinando-se pela sua aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.05.88.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO
Presidente e Relator.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 378/87, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor SAMUEL SILVEIRA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Public. no D.A. n° 147, de 02.12.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 378/87

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Ferrari Júnior, concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Sr. Samuel Silveira.

A matéria atende aos requisitos mínimos para a sua tramitação nesta Casa de Leis, não possuindo qualquer impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental.

Neste sentido, manifestamos o nosso Parecer Favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 10.05.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente
GERNOTE KIRINUS - Relator.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 05/88, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de Utilidade Pública a CASA DO POETA EDUARDO DINIZ, com sede e foro em Ibiaporã. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Public. no D.A. n° 03, de 02.03.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 05/88

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Ezequias Lossó, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Casa do Poeta Eduardo Diniz, com sede e foro em Ibiaporã.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente à matéria - Lei n° 6994, de 10.01.78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.05.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente
BASÍLIO ZANUSSO - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 16/88, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a entidade LAR PRÓ- IDOSO, com sede no Município de Campina Grande do Sul e foro no Município de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Public. no D.A. n° 03, de 02.03.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 16/88

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Anibal Khury, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública o Lar Pró-Idoso, com sede no Município de Campina Grande do Sul e foro no Município de Curitiba.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela aprovação do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.05.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente
ERONDY SILVÉRIO - Relator.

Sobre a mesa, requerimento n° 974, de autoria do Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 975, de autoria do Sr. Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 978, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 979, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 977, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 980, de autoria dos Srs. Deputados Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Alexandre Ceranto e demais Srs. Deputados, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 981, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 960, de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior. - Rejeitado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 23, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 315/87, 333/87 e 442/88.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 158, 334 e 376/87, e 05 e 16/88.

Levanta-se a sessão.

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 010.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 1988
QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Srs. Deputados Lauro Lobo Alcantara e Antônio Belinati.

Às dez horas e quinze minutos, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanuseo, Caíto Quintana, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Romero Oguido, Ironi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulo Furiatti, Pirajá Ferreira, Quielise Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (51). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Paulino José Delazeri e Pedro Tonelli (02). Achando-se em licença o Sr. Deputado Cândido Bastos (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, que é apro-

nada sem observações.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Não havendo expediente a ser lido, Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 51 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 60/88, de autoria do Deputado PIRAJÁ FERREIRA, que declara de Utilidade Pública a INSTITUIÇÃO FILANTRÓPICA SERGIUS ERDERLYI, com sede e foro no Município de Tijuca do Sul. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Public. no D.A. n° 17, de 04.04.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 60/88

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Pirajá Ferreira, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Instituição Filantrópica Sergius Erderlyi, com sede e foro no Município de Tijuca do Sul.

Ao analisar o mesmo, vemos que a referida entidade encontra-se de acordo com os ditames da Lei n° 6994, de 10.01.78, que dita as normas para declaração de Utilidade Pública, já que foi registrada em 1985, sob inscrição n° 418, do Livro de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São José dos Pinhais, tendo conseqüentemente personalidade jurídica há mais de um ano e que está em efetivo exercício junto à comunidade de maneira desinteressada, ou seja, não tem fins lucrativos e que presta incentivo às atividades culturais, sociais e de assistência, provendo o espírito comunitário, prestando assim inúmeros benefícios à coletividade.

Assim sendo, nada encontra esta Comissão de Constituição e Justiça, que possa impedir a legal tramitação do mesmo nesta Augusta Casa de Leis.

Isto posto, opinamos favoravelmente à aprovação do projeto de lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.05.88.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO
Presidente e Relator.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 69/88, de autoria do Deputado EDUARDO BAGGIO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE BACHARÊIS EM TURISMO - APBT, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimi-

dade. - Aprovado. (Public. no D.A. n° 18, de 05.05.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 69/88

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Eduardo Baggio, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Bacharêis em Turismo - APBT, com sede nesta Capital.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela aprovação do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.05.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente
ERONDY SILVÉRIO - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 88/88, de autoria do Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA - APMI, com sede e foro no Município de Santo Antônio do Caiuá. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Public. no D.A. n° 25, de 19.04.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 88/88

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Quielse Crisóstomo, o presente projeto de lei tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Santo Antônio do Caiuá.

O processo, analisado de acordo com as normas estabelecidas pela legislação pertinente à matéria, Lei n° 6994, de 10 de janeiro de 1978, preenche os requisitos nela exigidos, não havendo, conseqüentemente, impeditivos legais para sua normal tramitação por esta Casa de Leis, bem como, sua aprovação.

Nestas condições, o parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 10.05.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente
JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Relator.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 46/88 (Mensagem n° 55/88, ex-Proposição n° 58/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., que aprova o Termo Aditivo Segundo, datado de 06.11.87, ao Convênio de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado em 26.05.87, entre o Estado do Paraná,

através da Secretaria da Fazenda e o Município de CHOPINZINHO, objetivando a construção de prédio destinado à Agência de Rendas Local. - Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 47/88 (Mensagem n° 54/88, ex-Proposição n° 49/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., que aprova os Convênios celebrados em 09.02.88, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e sua vinculada SUCEAM, com os Municípios que especifica, objetivando a execução de Obras de Controle da Erosão Urbana. - Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando uma Sessão Ordinária para segunda-feira, dia 23, à hora regimental, com a Ordem do Dia anunciada anteriormente, e mais

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 60, 69 e 88/88, e dos Projetos de Resolução n° 46 e 47/88.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões

CONSELHO DELIBERATIVO

P A R E C E R:

Os abaixo assinados, membros do Conselho Deliberativo do Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar - FEPPA, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, tendo examinado o sumário geral do Orçamento para o Exercício de 1988, encontraram tudo na mais perfeita ordem, coerência e legalidade, pelo que howeram por bem aprovar e recomendar a execução do mesmo.

Curitiba, 18.12.87.

(aa) ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
EZEQUIAS LOSSO
JOÃO MANSUR

CONSELHO DELIBERATIVO

P A R E C E R:

Os abaixo assinados, membros do Conselho Deliberativo do Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório Anual do Presidente do Fundo, Deputado Artagão Mattos Leão, howeram por bem aprovar, recomendando dar conhecimento do mesmo aos associados do FEPPA.

Curitiba, 05.01.88.

(aa) ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
EZEQUIAS LOSSO
JOÃO MANSUR

COMISSÃO DE FINANÇAS

11.^a LEGISLATURA - 2.^a SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 3.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de abril de hum mil novecentos e oitenta e oito na sala de reunião das Comissões, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Kielse Crisóstomo, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Alexandre Ceranto, Cândido Bastos e José Afonso. Havendo número legal o Senhor Presidente autorizou o início dos trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia. 01) Projeto de Lei n. 89/88, de autoria dos Senhores Deputados Ervin Bonkoski e Nestor Baptista. Relator Deputado Cândido Bastos. Parecer CONTRÁRIO - REJEITADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) KIELSE CRISÓSTOMO

Presidente

WILSON PENKA

Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS

11.^a LEGISLATURA - 2.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 1.^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de abril de hum mil novecentos e oitenta e oito na sala de reunião das Comissões, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Kielse Crisóstomo, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Cândido Bastos, Djalma de Almeida César e José Afonso. Havendo número legal o Senhor Presidente autorizou o início dos trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia. 01) Projeto de Lei n. 55/88, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n. 043/88. Relator Deputado CÂNDIDO BASTOS. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO com Emenda Aditiva ao Substitutivo Geral da Comissão de Constituição e Justiça. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) KIELSE CRISÓSTOMO

Presidente

WILSON PENKA

Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

11.^a LEGISLATURA - 2.^a SESSÃO LEGISLATIVA
TERMO DE ATA

Aos dois dias do mês de abril de hum mil novecentos e oitenta e oito, às 14:00 horas, na sala de Reunião das Comissões, compareceram os Senhores Deputados: Djalma de Almeida César, Presidente, Erondy Silvério, José Afonso Júnior, José Domingos Scarpellini e Romero Oguido, para realizar a 4.ª Reunião Ordinária. Aberta a reunião o Senhor Presidente constatou não haver número legal. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual para constar e produzir os efeitos legais, lavrei o presente Termo de Ata, que após lido e aprovado, será assinado pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes à próxima reunião e por mim, Everlei Terezinha Cleto Chaves, Secretária da Comissão.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Presidente
EVERLEI TEREZINHA CLETO CHAVES
Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
11.ª LEGISLATURA - 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA
TERMO DE ATA

Aos dezanove dias do mês de abril de hum mil novecentos e oitenta e oito, às 14:00 horas, na Sala de Reunião das Comissões, compareceram os Senhores Deputados: Djalma de Almeida César, Presidente, Cândido Bastos, David Cheriegate, Erondy Silvério, Nereu Massignan e Edmar Luiz Costa, para realizar a 4.ª Reunião Ordinária. Aberta a reunião o Senhor Presidente constatou não haver número legal. O Senhor Deputado Edmar Luiz Costa pede a palavra para solicitar que o Senhor Presidente faça constar em Ata, Voto de Louvor e Confiança, pela maneira com que o Senhor Deputado Djalma de Almeida César, Presidente desta Comissão, vem conduzindo os trabalhos da mesma. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual para constar e produzir os efeitos legais, lavrei o presente Termo de Ata, que após lido e aprovado, será assinado pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes à reunião e por mim, Everlei Terezinha Cleto Chaves, secretária da Comissão.

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Presidente
EVERLEI TEREZINHA CLETO CHAVES
Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
11.ª LEGISLATURA - 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 3.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de abril de hum mil novecentos e oitenta e oito, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados:

Nereu Massignan, Erondy Silvério, Gernote Kirinus, Cândido Bastos, Antônio Belinati, Lauro Aloântara, Valderi Vilela e Romero Oguido. Havendo número legal o Senhor Presidente deu início aos trabalhos com a leitura de expediente enviado pelo Supremo Tribunal Federal, declarando a inconstitucionalidade das Leis n.º 8.082, 01/84 e artigos e parágrafos da Lei n.º 7.827 e o Decreto Estadual n.º 3.876. A seguir passou-se a Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n.º 102/87, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 051/87. Relator das EMENDAS: Deputado Nereu Massignan. Parecer CONTRÁRIO. REJEITADO. 02) Projeto de Lei n.º 112/87, de autoria do Deputado José Afonso Júnior. Relator: Deputado Tadeu Lúcio Machado. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. Com Voto Contrário dos Deputados Cândido Bastos e Erondy Silvério. 03) Projeto de Lei n.º 125/87, de autoria do Deputado Paulino Delazeri. Relator: Deputado Nereu Massignan. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 04) Projeto e Lei n.º 148/87, de autoria do Deputado Paulo Furiatti. Relator: Deputado Nereu Massignan. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 05) Projeto de Lei n.º 207/87, de autoria do Deputado Antônio Belinati. Relator: Deputado Erondy Silvério. Parecer CONTRÁRIO. REJEITADO com Voto Contrário dos Deputados Nereu Massignan e Antônio Belinati. 06) Projeto e Lei n.º 343/87, de autoria do Deputado Pedro Tonelli. Relator: Deputado Erondy Silvério. Parecer CONTRÁRIO. REJEITADO. 07) Projeto de Lei n.º 344/87, de autoria do Deputado Pedro Tonelli. Relator: Deputado Cândido Bastos, requer seja o mesmo transformado em diligência junto à Secretaria da Agricultura e do Abastecimento. DEFERIDO. 08) Projeto de Lei n.º 356/87, de autoria do Deputado Ferrarini Júnior. Relator: Deputado Nereu Massignan, requer seja transformado em diligência junto às Secretarias da Saúde, Educação e Especial de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. DEFERIDO. 09) Projeto de Lei n.º 365/87, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César. Relator: Deputado Gernote Kirinus. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 10) Projeto de Lei n.º 384/87, de autoria do Deputado Lindolfo Júnior. Relator: Deputado Nereu Massignan, requer seja transformado em diligência junto às Secretarias da Comunicação Social e Administração. DEFERIDO. 11) Projeto de Lei n.º 386/87, de autoria do Deputado Paulo Furiatti. Relator: Deputado Gernote Kirinus. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 12) Projeto de Lei n.º 001/88, de autoria do Deputado Basílio Zamusso. Relator: Deputado David Cheriegate. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 13) Projeto de Lei n.º 003/88, de autoria do Deputado Cândido Bastos. Relator: Deputado Gernote Kirinus. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 14) Projeto de Lei n.º 011/88, de

autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Relator: Deputado Erondy Silvério. Parecer FAVORÁVEL. REJEITADO pela maioria, sendo designado novo Relator nos termos do art. 60, § 5º do Regimento Interno. 15) Projeto de Lei nº 018/88, de autoria do Deputado Algaci Túlio. Relator: Deputado Nereu Massignan, requer seja transformado em diligência junto à Secretaria da Administração. DEFERIDO. 16) Projeto de Lei nº 033/88, de autoria do Deputado José Afonso Júnior. Relator: Deputado Nereu Massignan, requer seja transformado em diligência junto à Secretaria da Administração. DEFERIDO. 17) Projeto de Lei nº 056/88, de autoria do Deputado Antônio Annibelli. Relator: Deputado Erondy Silvério. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 18) Proposição Veto nº 003/88, oriunda do Poder Executivo, Ofício DTL nº 196/87, vetando o Projeto de Lei nº 108/87, de autoria do Deputado Antônio Bárbara. Relator: Deputado Gernote Kirinus. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO pela apreciação em Plenário. 19) Proposição Veto Parcial nº 007/88, oriunda do Poder Executivo, Ofício DTL nº 258/87, vetando parcialmente o Projeto de Lei nº 337/87, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 116/87. Relator: Deputado Nereu Massignan. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO pela apreciação em Plenário. 20) Proposição Veto Parcial nº 008/88, oriunda do Poder Executivo, Ofício DTL nº 013/88, vetando parcialmente o Projeto de Lei nº 150/87. Relator: Deputado Gernote Kirinus. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO pela apreciação em Plenário. 21) Proposição nº 053/88, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 045/88. Relator: Deputado Cândido Bastos. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO com Projeto de Resolução. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente Ata, pelos Senhores Deputados presentes e por mim Everlei Terezinha Cleto Chaves, secretária da Comissão.

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

EVERLEI TEREZINHA CLETO

Secretária

e mais 7 (sete) assinaturas ilegíveis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

11. LEGISLATURA - 2. SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 1.ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de abril de hum mil novecentos e oitenta e oito, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados, membros da Comissão: Cândido Bastos, Basílio Zanusso, Erondy Silvério, Nereu Massignan, Quielso Crisóstomo, Edmar

Luiz Costa, Valderi Vilela, Lauro Alcântara, Dirceu Manfrinato, Gernote Kirinus, Artagão de Mattos Leão, Caio Quintana, José Domingos Scarpellini, David Cheriegate e Werner Wanderer. Compareceram também à reunião os Senhores Deputados: Rafael Greca de Macedo, Algaci Túlio e Ezequias Losso. Havendo número legal o Senhor Presidente deu início aos trabalhos para analisar o Projeto de Lei nº 055/88, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 43/88, objetivando alterar a redação do Art. 1º, da Lei nº 8.592, de 28/10/87, acrescentando-lhe novos parágrafos, para redefinir a política de reajustes de vencimentos do funcionalismo público estadual. O Senhor Deputado Basílio Zanusso pede a palavra indagando ao Senhor Presidente qual o procedimento a ser adotado na reunião, haja vista a presença do Senhor Deputado Mário Pereira, Secretário da Administração. O Senhor Deputado Erondy Silvério pede a palavra esclarecendo que a reunião foi convocada de acordo com o Regimento Interno e como sentiu a intenção do Plenário em aprovar pura e simplesmente a Mensagem que iria prejudicar o funcionalismo, sabendo que as cobranças chegariam, resolveu apresentar requerimento convidando o Senhor Secretário para que viesse esclarecer quais os mecanismos que o Governo pretende adotar para proteger a corrosão do salário dos funcionários pois não acredita que o Governador pretenda prejudicá-los. Sugere que a ordem natural das coisas é conceder a palavra ao Senhor Secretário. O Senhor Deputado Edmar Luiz Costa pede a palavra para protestar, primeiro, por ser a reunião da Comissão de Constituição e Justiça, convocada para uma sexta-feira, parecendo ser intenção, não pegar os Deputados; segundo, que a reunião foi convocada para as 10:00 horas, tendo começado as 10:25 horas; e, terceiro, que havia sido acordado em reunião anterior, que de todos os projetos polêmicos seriam mandadas cópias aos membros da Comissão para que não fossem pegos desprevinidos. Sugere, então, que a reunião seja suspensa para que sejam providenciadas cópias do projeto em questão, bem como do seu parecer. O Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela pede a palavra defendendo o ponto de vista do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, dizendo não saber da existência de Substitutivo Geral, mas que deseja ouvir o Senhor Secretário para depois discutir o relatório. O Senhor Deputado Erondy Silvério diz não proceder tal sugestão e que o Senhor Secretário deve expor o que se pretende fazer com o vencimento dos funcionários e que a votação do projeto pode ser feita em outra data. O Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, pede a palavra e diz que houve a convocação, propondo que seja cumprida a pauta. O

Senhor Presidente sugere que seja ouvido o Senhor Secretário e que se deixe para segunda-feira a votação do Parecer e que o projeto foi publicado no Diário da Assembléia. O Senhor Deputado Cândido Bastos pede a palavra discordando que a votação seja protelada. O Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela pede a palavra, dizendo que a pauta não será cumprida pois não há o parecer do projeto que trata das Universidades. O Senhor Deputado Nereu Massignan pede a palavra e diz que conversou com os Reitores das Universidades e se comprometeram a discutir e deliberar mais demoradamente. O Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, pede a palavra e faz um adendo para que seja retirada da pauta o projeto que trata das Universidades. O Senhor Deputado Dirceu Manfrinato pede a palavra dizendo não ver razão para protelar a votação e que o importante é ouvir o Senhor Secretário Mário Pereira. O Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, acha que o Senhor Secretário deveria ser ouvido em Plenário, e, diante da não aceitação de seu requerimento verbal para que seja protelada a reunião, se retira da mesma, deixando seu protesto, e dizendo não desmerecer o Senhor Secretário e os demais companheiros, mas que não concorda com a votação do projeto deste modo. A seguir é dada a palavra ao Senhor Secretário que passa a expor a posição do Governo sobre o Projeto em pauta. Que a questão salarial tem sido matéria de estudo deste Governo, que foi o único do País a mandar Mensagem à Assembléia Legislativa com a finalidade de buscar solucioná-la. Que houve uma arrecadação atípica do ICM nesta época do ano e que o Governo se vê impossibilitado de executar as antecipações salariais. Expõe que o aumento da folha de pagamento é assustador e que também o é o decréscimo na arrecadação. Diz que pagará a URP de março a 90% do funcionalismo e que os 10% não atendidos por esta determinação, serão em ocasião oportuna. Diz que, com os seus funcionários está fazendo uma tentativa para calcular a produtividade e buscar dimensionar a necessidade real de servidores nas funções públicas. Que o próprio corpo funcional reage às novas contratações e que a Administração Pública não pode aceitar a crescente descrença da Opinião Pública ao serviço público. Que o Governo está promovendo uma operação de economia de guerra no sentido de diminuir gastos: cancelando compras, paralisando obras na medida do possível, cancelando licitações etc. A seguir o Senhor Deputado Basílio Zamusso pede a palavra dizendo ser muito oportuna a vinda do Senhor Secretário e não causar surpresa seu pronunciamento, pois é pessoa de grande competência, sabendo que sua preocupação vem de longe, pois quando Deputado

apresentou projeto neste sentido. Sugere, ainda, sejam, ouvidos os representantes das Associações presentes à reunião. O Senhor Presidente diz que de acordo com o Art. 45, do Regimento Interno as Associações podem se pronunciar através dos Deputados membros da Comissão. O Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, diz poderem eles conversar com o Senhor Secretário em outra ocasião. O Senhor Deputado Dirceu Manfrinato diz que o Senhor Secretário foi convidado para expor a posição do Governo e que seria inoportuna a manifestação das Associações. O Senhor Deputado David Cheriegate pede a palavra e diz que o Senhor Secretário já tem conhecimento da posição das Associações e sugere que conceda a elas cinco minutos para que se pronunciem. O Senhor Deputado Erondy Silvério pede a palavra discordando e o Senhor Deputado David Cheriegate diz que democraticamente as Associações têm o direito de falar, nem que seja por um prazo mínimo. O Senhor Deputado Artagão Mattos Leão argumenta que de acordo com o Regimento Interno não é possível o pronunciamento das Associações. O Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela pede a palavra dizendo estranhar a radicalidade do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, e diz estar apenas consultando o Senhor Secretário se ele quer responder às Associações. O Senhor Deputado Artagão de Mattos Leão reconhece o direito do Deputado Valderi Mendes Vilela e diz que também tem o direito de expor o seu ponto de vista, que é contrário ao requerimento do Deputado David Cheriegate. O Senhor Deputado Cândido Bastos pede a palavra requerendo que se faça um apelo ao Senhor Secretário para que ele receba uma Comissão das Associações, posteriormente. A seguir o Senhor Presidente coloca em votação o requerimento do Senhor Deputado David Cheriegate, no sentido de dar às Associações presentes: FESPEP, FESPAR, APP, ASPP e ASALEP, um prazo de cinco minutos para se pronunciarem. O Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela diz que a oportunidade é hoje e votará favoravelmente ao requerimento do Deputado David Cheriegate. A seguir se procede a votação do requerimento verbal do Senhor Deputado David Cheriegate, sendo o mesmo REJEITADO por voto dos Deputados: Cândido Bastos, Artagão Mattos Leão, Nereu Carlos Massignan, José Domingos Scarpellini, Dirceu Manfrinato, Erondy Silvério e Lúcio Lobo Alcântara. A seguir é APROVADO por unanimidade o requerimento do Senhor Deputado Cândido Bastos, que explica não poder se manifestar, o público, nesta reunião da Comissão. O Senhor Deputado Basílio Zamusso pede a palavra e solicita que se registre em Ata esta decisão para que seja obedecida nas reuniões posteriores (Art. 45, R.I.). A seguir o Senhor Secretário se

despede agradecendo a atenção de todos. O Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan passa a relatar seu parecer, que é votado FAVORAVELMENTE pela maioria, sendo APROVADO na forma do Substitutivo Geral. Os Senhores Deputados Valderi Mendes Vilela, Basílio Zanusso e David Cheriegate votaram CONTRARIAMENTE. O Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan pede a palavra para dizer que não estamos em um fórum de negociações e sim num processo de discussão permanente, por esta razão o seu veto ao requerimento do Deputado David Cheriegate. Diz, ainda, não ter o seu voto um sentido antidemocrático e que há ainda a oportunidade de votação em Plenário. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual para constar e produzir os efeitos legais laurei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim Everlei Terezinha Cleto Chaves, Secretária da Comissão.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Presidente
EVERLEI TEREZINHA CLETO CHAVES
Secretária

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
2.ª SESSÃO LEGISLATIVA - 11.ª LEGISLATURA
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos 5 dias do mês de abril de mil novecentos oitenta e oito, reuniram-se na Sala de Reuniões da Assembléia Legislativa, os seguintes Deputados: Amélia de Almeida Hruschka, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Luiz Carlos Caíto Quintana, Nereu Carlos Massignan, Werner Wanderer e Algaci Túlio, indicados pelas suas Lideranças Partidárias para comporem a Comissão de Direitos Humanos. Havendo número legal, o Senhor Deputado Werner Wanderer, usou a palavra indicando os Membros da Comissão, propondo a eleição para a presidência e sugeriu a Senhora Deputada Amélia Hruschka para ocupar o cargo. Feita a votação, verificou-se a aprovação por unanimidade de votos à Senhora Deputada indicada. Em seguida a senhora Deputada Amélia Hruschka, eleita Presidente, considerou instalada a Comissão de Direitos Humanos, agradeceu o apoio e a confiança de todos os membros componentes e, justificou a existência da Comissão na Assembléia Legislativa do Paraná, fazendo um breve relato dos objetivos da presente Comissão, destinando-se aos trabalhos especiais no que se refere aos direitos humanos do povo paranaense. Além do objetivo específico a Comissão irá trabalhar mais amplamente para consolidar os direitos de todos. Após sua explanação a Senhora Presidente, agradeceu novamente a todos presentes e encerrou os trabalhos da

reunião. Nada mais havendo a tratar e produzir os efeitos legais, laurei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente, demais membros e por mim, Maria Henrique da Silva, que secretariei a presente reunião.

Membros:

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA
Presidente
MARIA HENRIQUE DA SILVA
Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
11.ª LEGISLATURA - 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 4.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de abril de um mil novecentos e oitenta e oito, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Hermas Brandão, Nereu Carlos Massignan, Edmar Luiz Costa, José Domingos Scarpellini, Cândido Bastos, Acyr Mezzadri, José Afonso Júnior, Artagão Mattos Leão, Dirceu Manfrinato, Valderi Mendes Vilela e Basílio Zanusso. Havendo número legal o Senhor Presidente deu início aos trabalhos com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n. 74/88, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n. 52/88. O Senhor Deputado Edmar Luiz Costa pede a palavra solicitando Vista do referido Projeto. O Senhor Deputado Artagão Mattos Leão argumenta que o Projeto está em Regime de Urgência, portanto não cabe Vista. O Senhor Deputado Edmar Luiz Costa diverge do Regime de Urgência, dizendo não caber tal medida em Projeto tão importante, sendo impossível votá-lo tendo em vista o Substitutivo apresentado pelo Relator. O Senhor Deputado Artagão Mattos Leão solicita que se mantenha a decisão tomada em reunião anterior de que não se conceda Vista a Projeto que se encontra em Regime de Urgência. O Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela diz que um Projeto desta natureza, em Regime de Urgência, é um absurdo, e mais, que da rápida análise do Substitutivo conclui-se que o mesmo peca quanto a constitucionalidade. O Senhor Deputado Basílio Zanusso diz parecer procedente que se atenda o pedido de Vista do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, por ser uma questão regimental. O Senhor Deputado Artagão Mattos Leão reitera ao Senhor Presidente sua solicitação para que continue a votação. O Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, reitera seu pedido de Vista que é INDEFERIDO pelo Senhor Presidente, nos termos do Art. 106 e alíneas, do Regimento Interno vigente. O Senhor Deputado Edmar Luiz Costa pede que se registre em Ata o seu protesto. O Senhor Deputado Edmar Luiz

Costa retoma a palavra para dizer que a análise do presente projeto será superficial, porque a superficialidade é a praxe desta Casa, e mais, que a comunidade universitária tem mais juízo que o Secretário do Ensino Superior. Insiste, ainda, em um prazo para que se possa melhorar o Substitutivo apresentado. O Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela faz suas as palavras do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, dizendo que a Emenda apresentada fere dispositivos da Constituição Federal e Estadual, por isso seu VOTO CONTRÁRIO. Relator: Deputado Nereu Carlos Massignan. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO na forma do SUBSTITUTIVO GERAL, com VOTO CONTRÁRIO dos Deputados Valderi Mendes Vilela, Edmar Luiz Costa e Basílio Zanusso. 02) Projeto de Lei n. 27/85, de autoria do Deputado Homero Oguido. Relator Deputado Valderi Mendes Vilela. Parecer CONTRÁRIO. REJEITADO. 03) Projeto de Lei n. 81/85, de autoria do Deputado Erondy Silvério. Relator Deputado Hermas Brandão, tendo sido designado como 2º Relator de acordo com o Art. 60, § 5º do Regimento Interno atual. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO com VOTO CONTRÁRIO dos Deputados: Nereu Carlos Massignan e Cândido Bastos. 04) Projeto de Lei n. 191/87, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Relator Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO com VOTO CONTRÁRIO dos Deputados Nereu Carlos Massignan e Cândido Bastos. 05) Projeto de Lei n. 324/87, de autoria do deputado José Felinto, declarando de Utilidade Pública o "Lar Eben-Ezer", com sede e foro na Cidade de Apucarana. Relator Deputado José Afonso Júnior. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 06) Projeto de Lei n. 341/87, de autoria do Deputado Eduardo Baggio. Relator: Deputado Artagão Mattos Leão. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 07) Projeto de Lei n. 345/87, de autoria do Deputado Anibal Khury. Relator: Deputado Hermas Brandão. O Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan solicita VISTA. DEFERIDO. 08) Projeto de Lei n. 358/87, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini. Relator: Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 09) Projeto de Lei n. 375/87, de autoria do Deputado Lindolfo Júnior. Relator Deputado Basílio Zanusso. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 10) Projeto de Lei n. 383/87, de autoria do Deputado Lindolfo Júnior. Relator Deputado Nereu Carlos Massignan. O Senhor Deputado Edmar Luiz Costa solicita VISTA. DEFERIDO. 11) Projeto de Lei n. 009/88, de autoria do Deputado Luiz Antonio Setti. Relator Deputado José Afonso Júnior. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 12) Projeto de Lei n. 010/88, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Relator Deputado Edmar Luiz Costa. O Senhor Deputado Valderi Mendes solicita VISTA. DEFERIDO. 13) Projeto de

Lei 012/88, de autoria do Deputado José Afonso Júnior. Relator Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 14) Projeto de Lei n. 015/88, de autoria do Deputado Ezequias Losso. Relator Deputado Basílio Zanusso. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 15) Projeto de Lei n. 017/88, de autoria do Deputado Antonio Belinati. Relator Deputado Valderi Mendes Vilela. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 16) Projeto de Lei n. 019/88, de autoria do Deputado Antônio Costenaro Neto. Relator Deputado Basílio Zanusso. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 17) Projeto de Lei n. 022/88, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini. Relator Deputado Nereu Carlos Massignan. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 18) Projeto de Lei n. 024/88, de autoria do Deputado Algaci Túlio. Relator Deputado Valderi Mendes Vilela. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 19) Projeto de Lei n. 027/88, de autoria do Deputado Artagão Mattos Leão. Relator Deputado Edmar Luiz Costa. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 20) Projeto de Lei n. 028/88, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Relator Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 21) Projeto de Lei n. 031/88, de autoria do Deputado Algaci Túlio. Relator Deputado Valderi Mendes Vilela. Parecer no sentido de aguardar a entidade completar um ano de personalidade jurídica. DEFERIDO. 22) Projeto de Lei n. 034/88, de autoria do Deputado Antônio Belinati. Relator Deputado Basílio Zanusso. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 23) Projeto de Lei n. 038/88, de autoria do Deputado Werner Wanderer. Relator Deputado Basílio Zanusso. O Senhor Deputado Cândido Bastos solicita VISTA. DEFERIDO. 24) Projeto de Lei n. 038/88, de autoria do Deputado Ferrari Júnior. Relator: Deputado José Afonso Júnior. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 25) Projeto de Lei n. 42/88. Relator: Deputado Basílio Zanusso. O Senhor Deputado Cândido Bastos solicita VISTA. DEFERIDO. 26) Projeto de Lei n. 51/88, de autoria do Deputado Algaci Túlio. Relator: Deputado Valderi Vilela. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 27) Projeto de Lei n. 52/88, de autoria do Deputado Cândido Bastos. Relator: Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 28) Projeto de Lei n. 58/88, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n. 37/88. Relator: Deputado Nereu Massignan. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO, com RESTRIÇÃO dos Deputados Basílio Zanusso e Valderi Vilela. 29) Projeto de Lei n. 62/88, de autoria do Deputado Luiz Antônio Setti. Relator: Deputado José Afonso Júnior. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 30) Projeto de Lei n. 73/88, de autoria do Deputado Raul Lopes. Relator: Deputado José Afonso Júnior, requer seja transformado em diligência junto ao autor. DEFERIDO. 31) Projeto de Lei n. 83/88, de

autoria do Deputado Paulino Delazeri. Relator: Deputado José Afonso Júnior. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 32) Projeto de Lei n° 84/88, de autoria do Deputado Alga-ci Túlio. Relator: Deputado Valderi Vile-la, requer seja transformado em diligência junto ao autor. DEFERIDO. 33) Projeto de Lei n° 86/88, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini. Relator: Deputado Valderi Vilela. Parecer FAVORÁVEL. APROVA-DO. 34) Projeto de Resolução n° 111/86, de autoria do Deputado Nilso Sguarezzi. Relator: Deputado Valderi Vilela. Parecer FA-VORÁVEL. APROVADO na forma do SUBSTITUTIVO GERAL. 35) Projeto de Resolução n° 49/87, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, (Ex-Projeto de Lei n° 133/87). Relator: Deputado Edmar Luiz Costa. Pare- cer FAVORÁVEL. APROVADO, com VOTO CONTRÁ- RIO dos Deputados Cândido Bastos, Nereu Massignan e José Domingos Scarpellini. O Senhor Deputado Cândido Bastos pede a pa- lavra para dizer que não pode aprovar tal projeto por ser este um ano eleitoral, de acordo com o Art. 7°, Parágrafo Único, da Lei Complementar n° 27. Diz ainda que não tem nada contra o projeto em si, mas com a condição legal. 36) Projeto de Resolução n° 50/87, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, (Ex-Projeto de Lei n° 58/87). Relator: Deputado Edmar Luiz Costa. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO com VO- TO CONTRÁRIO dos Deputados Cândido Bastos, Nereu Massignan e José Domingos Scarpelli- ni. 37) Proposição Veto n° 02/88. Relator: Deputado Edmar Luiz Costa. Parecer FAVORÁ- VEL. APROVADO pela apreciação em Plenário. 38) Proposição n° 19/88, de autoria do Po- der Executivo, Mensagem n° 10/88. Relator: Deputado Artagão de Mattos Leão. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO, com Projeto de Reso- lução. 39) Proposição n° 30/88, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 21/88. Re- lator: Deputado Artagão de Mattos Leão. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO, com Projeto de Resolução. 40) Proposição n° 41/88, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 32/88. Relator: Deputado Artagão de Mattos Leão. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO, com Projeto de Resolução. 41) Proposição n° 48/88, de autoria do Poder Executivo, Men- sagem n° 53/88. Relator: Deputado José Afonso Júnior. Parecer FAVORÁVEL. APROVA- DO, com Projeto de Resolução. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente en- cerrou a reunião, da qual para constar e produzir os efeitos legais, laurei a pre- sente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Everlei Terezinha Cleto Chaves, Secretária da Comissão.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

Everlei Terezinha Cleto Chaves

Secretária

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.ª LEGISLATURA
ATA DA 10.ª REUNIAO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e oitenta e oito, reuniu-se a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, sob a Presidência do Senhor Deputado Gernote Kirinus e com a presença dos Senhores Deputados Membros da Comis- são. Havendo número legal, o Senhor Presi- dente deu por aberta a presente reunião, com a seguinte Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei n° 208/87, de autoria do Senhor Depu- tado David Cheriegate. Relator: Senhor De- putado Quielise Crisóstomo. Parecer FAVORÁ- VEL. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados, e declarou encer- rado os trabalhos da presente reunião da qual, para constar, eu Marisa Couto de Cristo, Secretária, laurei a presente Ata, que depois de aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Secretária da Comissão, para que se produza os efeitos legais.

(a) GERNOTE KIRINUS

Presidente

Marisa Couto de Cristo

Secretária

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
11.ª LEGISLATURA - 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 2.ª REUNIAO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de abril de hum mil novecentos e oitenta e oito, reu- niu-se ordinariamente a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob a Presidência do Senhor Deputado Tadeu Lú- cio Machado, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Acyr Mezzadri, David Cheriegate e Hermas Brandão. Havendo núme- ro legal, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, com a seguinte Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei n° 323/87, de auto- ria do Senhor Deputado David Cheriegate. Relator Deputado Acyr Mezzadri. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produ- zir efeitos legais, laurei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pe- lo Senhor Presidente, pelos Senhores Depu- tados presentes, e por mim, Sandro Alberto Figueiredo, Secretário da Comissão.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

Sandro Alberto Figueiredo

Secretário

COMISSÃO DE TURISMO
11.ª LEGISLATURA - 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos cinco dias do mês de maio de um mil novecentos e oitenta e oito, na sala de reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão de Turismo, com o fim específico de proceder sua instalação e eleger o Presidente e Vice-Presidente. Presidida na forma Regimental pelo Senhor Deputado Nelson Vasconcellos e mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Rafael Greca de Macedo, Amélia Hruschka, Homero Oguido, Lauro Alcântara, Werner Wanderer e Nilton Barbosa. Havendo número legal o Senhor Presidente abriu a reunião, deixando a palavra livre. Os Senhores Deputados elegeram por unanimidade o Senhor Deputado Nilton Barbosa para presidente e o Senhor Deputado Werner Wanderer para Vice-Presidente, seguindo-se a posse. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião. Para constar e produzir os efeitos legais, laurei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Deputados presentes e por mim Idília Débora Gineste, Secretária designada pelo Senhor Presidente da Comissão.

(a) NELSON VASCONCELLOS
Presidente

Idília Débora Gineste
Secretária

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 11ª LEGISLATURA ATA DE INSTALAÇÃO

Aos três dias do mês de maio de mil novecentos e oitenta e oito, às dez horas, na Sala de Reunião das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniram-se os Senhores Deputados Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Hermas Brandão, Nilton Barbosa, Tadeu Lúcio Machado, Sabino Campos e Antonio Belinati, membros efetivos da Comissão de Tomada de Contas, indicados pela Liderança do Partido da Frente Liberal, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro e do Partido Democrático Trabalhista, respectivamente, para a instalação e eleição do Presidente e Vice-Presidente da citada Comissão. Havendo número legal e de acordo com o Regimento Interno, assumiu a Presidência o Senhor Deputado Werner Wanderer. Procedida a votação, foram eleitos por unanimidade, os Senhores Deputados Hermas Brandão, para Presidente e Antonio Belinati para Vice-Presidente. O Presidente eleito, usando da palavra agradeceu em seu nome e do Vice-Presidente, a confiança depositada pelos seus nobres Pares e deixou estabelecido que as reuniões da Comissão serão condicionadas a existência de matérias. Na oportunidade, indicou a funcionária Maria Regina Subtil, para secretariar a citada Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos e

para produzir os efeitos legais laurei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senhores Membros e por mim, Maria Regina Subtil, que secretariei a presente reunião.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente
MARIA REGINA SUBTIL - Secretária

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 11ª LEGISLATURA ATA DE INSTALAÇÃO

Aos cinco dias do mês de maio de um mil novecentos e oitenta e oito, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, com o fim específico de proceder sua instalação e eleger o Presidente e Vice-Presidente. Presidida na forma Regimental pelo Senhor Deputado Antônio Bárbara e mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Aóyr Mezzadri, Algaci Túlio, David Cheriegate, Hermas Brandão, José Felinto e Paulo Furiatti. Havendo número legal o Senhor Presidente abriu a reunião, deixando a palavra livre. Os Senhores Deputados elegeram por unanimidade o Senhor Deputado Aóyr Mezzadri para Presidente e o Senhor Deputado David Cheriegate para Vice-Presidente, seguindo-se a posse. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião. Para constar e produzir os efeitos legais, laurei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Deputados presentes e por mim Sandro Alberto Figueiredo, Secretário, designado pelo Senhor Presidente da Comissão.

(aa) ANTONIO BÁRBARA - Presidente
SANDRO ALBERTO FIGUEIREDO - Secretário.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 11ª LEGISLATURA ATA DE INSTALAÇÃO

Aos dez dias do mês de maio de um mil novecentos e oitenta e oito, na sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Educação, com o fim específico de proceder sua instalação e eleger o Presidente e o Vice-Presidente. Presidida na forma Regimental pela Senhora Deputada Amélia Hruschka, e mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Djalma de Almeida César, Nereu Massignan, Nestor Baptista, Paulino Delazeri, João Arruda e Antônio Belinati. Havendo número legal a Senhora Presidente abriu a sessão, deixando a palavra livre. Os senhores Deputados elegeram por unanimidade o Senhor Deputado Nereu Massignan para Presidente e o Senhor Deputado Paulino Delazeri para Vice-Presidente, seguindo-se a posse. Nada mais ha-

vendo a tratar a Senhora Presidente declarou encerrada a reunião. Para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pela Senhora Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim Sandro Alberto Figueiredo, que secretariei a presente reunião.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA- Presidente
SANDRO ALBERTO FIGUEIREDO- Secretário.

COMISSÃO DE DEFESA AO CONSUMIDOR
11.ª LEGISLATURA - 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DE INSTALAÇÃO

Aos dez dias do mês de maio de hum mil novecentos e oitenta e oito, na Sala de Reunião das Comissões, às 10:00 horas, reuniu-se a Comissão de Defesa ao Consumidor, com o fim específico de proceder a sua instalação e eleger o Presidente e o Vice-Presidente. Presidida na forma Regimental pelo Senhor Deputado Algaci Túlio e mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Furiatti, Haroldo Ferreira, José Rogério, Luiz Carlos Alborghetti, Paulino Delazeri, Antônio Costenaro Neto e Lauro Alcântara. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu a reunião, deixando a palavra livre. Os Senhores Deputados elegeram por unanimidade o Senhor Deputado Paulo Furiatti para Presidente e o Senhor Algaci Túlio para Vice-Presidente, seguindo-se a posse. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião. Para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Deputados presentes e por mim Idília Débora Gineste, Secretária designada pelo Senhor Presidente da Comissão.

(aa) ALGACI TÚLIO- Presidente
IDÍLIA DÉBORA GINESTE- Secretária.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
BANCO DEL PARANÁ
2.ª SESSÃO LEGISLATIVA- 11.ª LEGISLATURA
ATA DA 6.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de março de hum mil novecentos e oitenta e oito, às nove horas, reuniram-se na Sala de Reunião das Comissões, sob a presidência do Senhor Deputado Edmar L. Costa, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Artagão de Mattos Leão, David Cheriegatte, Rafael Greca de Macedo e Tadeu Lúcio Machado, membros titulares desta Comissão Parlamentar de Inquérito que apura possíveis irregularidades no Banco do Estado do Paraná S.A. e no "Banco Del Paraná". Compareceu, também, a Doutora Neide Menarin, designada pela Procuradoria Geral da Justiça do

Estado para acompanhar os trabalhos desta Comissão. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, solicitando à Secretária que fizesse a leitura da Ata anterior. É pedida a dispensa da mesma pelo Senhor Deputado David Cheriegatte. O Senhor Presidente coloca em votação- Aprovado. Em seguida o Senhor Presidente comunica a presença dos Senhores Oderval Figueiredo Lula, Elias Sarú, Luiz Piaskowski e Lyrio Bertoli, testemunhas acareadas, acompanhadas de seus respecti-

vos advogados, que passaram a responder às indagações dos Senhores Deputados, conforme consta nas notas taquigráficas em anexo. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos, quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim Hilda Maria Cesar de Oliveira, Secretária da Comissão.

(aa) EDMAR LUIZ COSTA- Presidente
HILDA MARIA C. DE OLIVEIRA- Secretária.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
2.ª SESSÃO LEGISLATIVA - 11.ª LEGISLATURA
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos nove dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e oitenta e oito, reuniu-se a Comissão de Saúde Pública, para a Sessão de Instalação, com a presença dos Senhores Deputados membros da mesma. Assumiu a Presidência na forma regimental o Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, que após verificar a existência de número legal declarou abertos os trabalhos, destinados à eleição de Presidente e Vice-Presidente efetivos, conforme nomina o Regimento Interno desta Assembléia Legislativa. Foram indicados os nomes do Senhor Deputado Lauro Alcântara para a Presidência e do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos para a Vice-Presidência, os quais foram aceitos por unanimidade. O Senhor Presidente usou da palavra para agradecer a confiança nele depositada por todos os membros da Comissão. O Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, também fez uso da palavra agradecendo a todos. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrado os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu Cinthia Beatriz Fernandes Luiz, lavrei a presente Ata que depois de aprovada e assinada pelo Senhor Presidente, bem como por mim, Secretária da Comissão e demais membros da Comissão, para que se produza os efeitos legais.

(aa) LAURO ALCÂNTARA- Presidente
CINTHIA BEATRIZ F. LUIZ- Secretária
NELSON VASCONCELLOS

LUIZ ANTONIO SETTI
 ORLANDO PESSUTI
 HAROLDO FERREIRA
 ANTONIO COSTENARO NETO
 JOSÉ FELINTO
 ALGACI TÚLIO

COMISSÃO DE FINANÇAS E OBRAS PÚBLICAS,
 TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
 11.ª LEGISLATURA - 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA
 ATA DA 3.ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
 DA COMISSÃO DE FINANÇAS
 ATA DA 1.ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
 DA COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
 TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES.

Aos vinte e seis dias do mês de abril de um mil novecentos e oitenta e oito, às 09:00 horas, reuniram-se no pequeno Plenário Deputado Luiz Gabriel Sampaio, extraordinariamente, as Comissões de Finanças e Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob a Presidência do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo, mais as presenças dos seguintes Senhores Deputados, pela Comissão de Finanças: Alexandre Ceranto, Cândido Bastos, Homero Oguido, José Afonso, José Rogério e Rafael Greca de Macedo; pela Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações: Acyr Mezzadri, Artagão de Mattos Leão, David Cheriegate, Djalma de Almeida César e Hermas Brandão, e ainda os seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Antônio Annibelli, Antônio Belinati, Basílio Zanusso, Edmar Luiz Costa, Haroldo Ferreira, Irondi Pugliesi, José Domingos Scarpellini, José Felinto, Nereu Massignan, Nestor Baptista, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli e Valderi Vilela. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, passando a palavra ao Senhor Francisco Luiz Sibut Gomide, Presidente da COPEL, que passa a expor detalhadamente aos Senhores Deputados, esclarecimentos sobre o processo de participação das empreiteiras que se habilitaram à concorrência pública para a construção de obras da Usina Hidrelétrica de Segredo. Após sua explanação o Senhor Francisco Luiz Sibut Gomide, Presidente da COPEL, passa a responder às perguntas formuladas pelos Senhores Deputados: Antônio Belinati, Rafael Greca de Macedo, Cândido Bastos, Hermas Brandão, David Cheriegate, Paulo Furiatti, Haroldo Ferreira, José Domingos Scarpellini, José Felinto, Nereu Massignan, Valderi Vilela, Basílio Zanusso, conforme notas taquigráficas em anexo, devidamente numeradas na sequência dos debates. Durante o questionamento dos Senhores Deputados ao Senhor Francisco Sibut Gomide, Presidente da COPEL, o Senhor Deputado Quielse Crisóstomo, Presidente desta reunião necessitando ausentar-se, passou a Presidência ao Senhor Deputado David

Cheriegate. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião convocando outra para amanhã, dia 27/04/88, às 09:00 horas no mesmo local, para oitiva do representante da C.R. Almeida S/A. Encerrados os trabalhos, para que os mesmos produzam os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados membros das Comissões em questão e por mim Wilson Penka, que secretariei a presente reunião.

QUIELSE CRISÓSTOMO

Presidente da Comissão

DAVID CHERIEGATE

Vice-Presidente da Comissão de Obras
 Públicas, Transportes e Comunicações

WILSON PENKA

Secretário

ABERTURA

O SR. PRESIDENTE (Quielse Crisóstomo) -

Esta Presidência inicialmente pede vênua aos companheiros que somos obrigados a abrir a Sessão sem som mesmo. Mas como a sala oferece condições para que haja reunião mesmo sem som, e verificando a existência de número legal, nós declaramos, sob a proteção de Deus, aberta a Sessão Conjunta das Comissões Técnicas e Permanente de Finanças e de Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Na presente Sessão, o Senhor Francisco Luiz Sibut Gomide, Presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL - convocado por este Poder Legislativo, exporá aos Senhores Membros das Comissões de Finanças e de Obras Públicas, Transportes e Comunicações e demais Deputados sobre fatos que originaram a aprovação por esta Casa de um Requerimento, cujo teor leremos a seguir.

Antes, porém, nós convocamos o Senhor Presidente da COPEL, Francisco Gomide, para que tome assento nesta Mesa. Esta Presidência lerá o Requerimento aprovado em plenário (Lê):

Para que haja um melhor ordenamento no andamento da presente Sessão, esta Presidência irá ditar as seguintes normas:

I - A Sessão Conjunta será integralmente destinada à arguição do Senhor Francisco Gomide, Presidente da Companhia Paranaense de Energia - COPEL -, e que o mesmo só responderá sobre fatos que originaram a sua convocação;

II - Para as considerações iniciais, o Senhor Francisco Gomide, Presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL -, terá o prazo de 30 minutos, prorrogáveis por mais 10 minutos;

III - Os Senhores Deputados que desejarem formular perguntas, deverão inscrever-se com antecedência na Mesa, com o

Secretário da Comissão;

IV - Cada Deputado inscrito poderá fazer uso da palavra uma única vez pelo prazo de 3 minutos, improrrogáveis, para formular uma ou mais perguntas;

V - Cada Líder após a fase de perguntas poderá fazer uso da palavra por 5 minutos prorrogáveis por mais 3 minutos, se assim o desejar cada Líder para tecer considerações ou pressionar o Engenheiro Francisco Gomide;

VI - As demais questões regimentais serão reguladas pelo regimento Interno - Questões de Ordem e outras manifestações.

Esta Presidência tem a satisfação de conceder a palavra ao nosso convidado especial desta Sessão o Engenheiro Francisco Luiz Sibut Gomide - Presidente da COPEL, para suas considerações iniciais. Queremos, também, comunicar que por Ofício do Senhor Francisco Gomide, também esta Comissão terá como convidado um assessoramento do Presidente da COPEL - três técnicos: Senhor Odilon Guedes, Senhor Rubens Roberto e o Senhor Evilásio Martins.

O SR. FRANCISCO LUIZ SIBUT GOMIDE - Gostaria inicialmente de agradecer a oportunidade que os Senhores nos dão de apresentar aqui uma questão que é tão importante para o desempenho do Governo Álvaro Dias e tão vital para o progresso do Paraná e para o futuro do sistema interligado de energia elétrica.

Nós organizamos esta exposição em três partes tentando dar uma visão de conjunto aos Senhores. Numa primeira parte da nossa exposição, que nós chamamos de Introdução, nós gostaríamos de definir o pano de fundo para a discussão de hoje. Numa segunda parte nós entramos nos detalhes do orçamento da COPEL. E finalmente uma terceira parte é reservada para as conclusões. Se os Senhores acharem interessante nós podemos ir projetando síntese de cada parte da nossa exposição, em transparência, que quando chegarmos na parte numérica provavelmente vai ajudar à compreensão dos Senhores que nos honram com a sua presença aqui.

Na primeira parte gostaria de apresentar a visão de conjunto de arcabouço da nossa apresentação. Na introdução nós temos 4 observações a fazer: a primeira que recupera a idéia básica de quais são as causas da revogação da concorrência. É muito importante que os Senhores percebam que o que se discute hoje, na justiça, não é o preço da COPEL, nem o orçamento, o que se discute é o direito que tem uma empresa do Governo, uma empresa da administração pública, de revogar uma concorrência que produz valores que a companhia absolutamente não pode pagar. Esta é a essência da questão e é isto que se discute na Justiça.

ça.

Gostaria de lembrar aos senhores que foi invocado pela COPEL um item do nosso edital, o item 5.6. Este item eu vou tomar a liberdade de ler porque é muito importante. Diz o seguinte: "A COPEL reserva-se o direito de anular, revogar ou transferir esta concorrência em qualquer fase em que se encontra, sem que caiba qualquer proponente direito à reclamação, ou indenização. A apresentação da proposta implica tacitamente na aceitação por parte dos proponentes de todas as disposições dos documentos do contrato e das presentes instruções".

Em carta que a COPEL enviou aos proponentes, em 24 de março, alegamos motivos de interesse público em consonância com as disposições legais aplicáveis no artigo 39, Decreto-Lei 2.300. Repetimos aqui parte da carta: motivos de interesse público, em face das necessidades de a COPEL avaliar alternativas técnicas, econômicas e financeiras que possibilitem a introdução de sua capacidade de geração, com valores inferiores aos cotados pelos proponentes. Estas são as causas da revogação da concorrência em relação à usina de Segredo.

Numa segunda parte apresentamos o que de fato se discute na Justiça.

As causas da revogação eram claramente explícitas no item 5.6 do edital e que em carta aos proponentes nós invocávamos motivos de interesse público.

Numa segunda parte queria discutir, deixar claro, o que se discute na Justiça por iniciativa da CR Almeida, de agora em diante chamada de CRASA, em ação de segurança. O que se discute em ação de segurança, cuja iniciativa foi da CRASA, é o direito da COPEL de revogar uma concorrência que produziu valores tão altos, que não existem recursos para pagar. É muito importante que os Srs. compreendam que não está sendo discutida a exequibilidade do orçamento da COPEL, o que estamos discutindo é que a concorrência produziu valores muito superiores às expectativas da COPEL e para as quais nem COPEL, nem Governo do Estado, nem ELETROBRÁS, nem setor elétrico brasileiro, têm condições de fazer estes pagamentos. Esta é a real situação para a revogação e que está sendo contestado na Justiça. A COPEL não se utilizou de outro item do edital que envolve hierarquia, que é o item 5.4 e que dizia o seguinte: "poderiam ser sumariamente desclassificadas todas as propostas que:

1. fizessem parte do conluio.
2. apresentarem a importância total proposta superior a 18 bilhões de cruzados, referentes ao mês da apresentação da proposta.
3. apresentassem o preço da subestação 3 superior a 48% da importância total.

4. apresentassem o preço da subestação superior a 28% da importância total da proposta.

O item 5.4 do nosso edital não foi invocado. Ela não está comparando os preços cotados pelos proponentes com este pedido. A COPEL está revogando a concorrência.

Por que dissemos isto? Porque a COPEL entende que mesmo que não tivesse colocado este item 5.4 estabelecendo um teto para as propostas, ela teria a obrigação de revogar a concorrência em nome do interesse público. Porque o interesse público impõe que se busquem alternativas menos onerosas. Mesmo que não tivéssemos dito claramente no edital que temos apenas 18 bilhões de cruzados para fazer esta obra produzindo numa concorrência a proposta menos exorbitante sendo 28 bilhões de cruzados, tínhamos a obrigação de revogar, independente de ter sido comunicado previamente o orçamento da COPEL.

Mesmo que não tivéssemos publicado no item 5.4 o teto da COPEL, ele é de conhecimento público.

Há dois anos atrás no Palácio Iguazu retiramos um contrato de financiamento da Usina de Segredo com o então Governador João Elísio. E Eletrobrás veio até o Palácio Iguazu e assinamos um contrato em que se asseguravam recursos da ordem de 175 milhões de dólares para fazer as obras civis que são a soma dos desvios e a soma da segunda etapa. O nosso teto não poderia ser superior aos 18 bilhões de cruzados que hoje corresponderiam, em março, a 170 milhões de dólares e é de conhecimento público.

Este é o montante de recursos atribuídos para as obras. Eu repito: mesmo que não tivéssemos o item 5.4 estabelecendo um teto nessa concorrência nós teríamos de, em nome do interesse público, revogar a concorrência.

O que dizem os juristas e a Lei sobre a revogação de concorrência? Eu queria a permissão dos Senhores Deputados para citar três juristas: Professor Eli Lopes Meireles - num livro intitulado Licitação e Contrato Administrativo, na página 135 da 7.^a edição. O Professor Eli Lopes Meireles esclarece que "a revogação decorre de uma conveniência administrativa superveniente, de não mais realizar o objeto da licitação ou de realizá-lo de maneira diversa do pedido no edital".

O que diz a Consultoria Geral da República na Exposição de Motivos 02/86, para o decreto Lei 2.300 - isso publicado em Diário Oficial da União, em 25 de março de 1986, na página 17.756. Ouçam, Senhores Deputados, o Consultor Geral da República, diz ele: "A inquestionável supremacia do interesse público não pode ser condicionada em sede licitatória pela conveniência

dos administrados. O licitante não pode, em ocorrendo motivos de interesse público, compelir a administração a prosseguir ou a completar o procedimento licitatório. Este, pode ser revogado a qualquer tempo ou em qualquer fase".

O que diz o Art. 39 do Decreto-Lei 2.300: "A administração poderá revogar a licitação por interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou mediante provocação de terceiros".

Tomei a liberdade de citar apenas três itens retirados de livros de juristas e da Legislação para ver como é líquido e certo o direito da COPEL de revogar essa concorrência. Mais que um direito, é uma obrigação.

O que diz a impetrante na sua ação de segurança com medida liminar, assinada por Machado Toscano de Pilati? Tomo a liberdade de citar dois parágrafos da Ação de Segurança. Um deles, "os motivos tão amplos, que não são motivos jurídicos, alegados pelo Presidente da revogada concorrência não são verdadeiros. E, por não serem verdadeiros, como se demonstrará depois, caracterizam abuso ou desvio de poder".

Vejam, na Ação de Segurança os Senhores Machado de Toscano e Pilati dizem, em nome da impetrante, que os motivos alegados pelo Presidente - entendam o Presidente da COPEL - não são verdadeiros. Mas não diz a razão pela qual não são verdadeiros. E como se demonstrará: o depois, não aparece em nenhuma outra parte da sua Ação de Segurança.

Vocês acham que não são verdadeiros os motivos que levam uma Empresa Pública revogar uma concorrência que apresentam sobre preço de 93 milhões de dólares, ou de 10 bilhões de cruzados e que pedem recursos que inexistem na Companhia? Esses não são motivos de interesse público?

Esses motivos de interesse público não são verdadeiros? Isso é o que diz a ação de segurança. E o que é mais grave: em outra parte da ação de segurança já há a seguinte transcrição que eu tomo a liberdade de ler aqui o pedido de liminar. O pedido é o seguinte:

"Diante do exposto, e do muito que será suprido por V.Eza., requer, já que o Presidente irá dar segmento ao seu ato ilegal por desvio de poder, mantendo a mesma concorrência para admitir a entrada de empresas estrangeiras com preços superiores, requer a concessão de medida liminar para sustar a revogação".

Eu tomo a liberdade de introduzir uma opinião de caráter pessoal: na hora em que se envia ao Poder Judiciário uma declaração que não é verdadeira, é cometido um desrespeito ao Poder Judiciário.

A COPEL não tem a menor intenção de,

como diz aqui, admitir a entrada de empresas estrangeiras com preços superiores. Isso nunca passou pela cabeça de ninguém, isso seria um absurdo. Um Juiz recebendo essa declaração, só poderia conceder a liminar, porque ficaria assustado com este aparente absurdo. Em instante algum, a COPEL pretendeu admitir a entrada de empresas estrangeiras, com preços superiores.

O que nós fizemos foi, em declaração à imprensa, mantendo a transparência característica do Governo Álvaro Dias, que é nossa obrigação como membro desse Governo, de falar francamente com a imprensa, que uma das possíveis alternativas há de ser uma concorrência internacional, mas em sendo esta uma das alternativas que venha a se materializar no futuro, certamente teria o mesmo teto de preços.

Em instante algum passaria pela nossa cabeça praticar numa concorrência internacional, preços superiores ao teto da COPEL, mas isso foi ao senhor Juiz num flagrante desrespeito ao Poder Judiciário.

Essa é a nossa introdução. Essas são as razões para a revogação da concorrência. Apresentamos o que diz a Lei e o que dizem os juristas e apresentamos alguns trechos do mandado de segurança.

Numa segunda etapa da apresentação, nós gostaríamos de falar sobre o orçamento da COPEL.

O Orçamento da COPEL segue a seguinte metodologia: - nos perdoem se a exposição agora parecer um pouco técnica, mas eu chamaria a atenção dos senhores para aquilo que nós chamamos de "VETORES", o que na verdade são COLUNAS.

Imagine naquele 1º VETOR, cheio de números, mais especificamente, 151 números. Aqueles 151 números são o que nós chamamos de "Custos Unitários". Cada Seção do nosso orçamento, tem vários custos unitários. Por exemplo:

A Seção 1 - Serviços preliminares - tem três custos unitários. Ali usamos a letra A1.1, A1.2 e A1.3 para simbolizar matematicamente esses três custos unitários que entrariam na seção nº 1.

Na Seção nº 2 - Há 10 custos unitários: A2.1, A2.2 etc. até A2.10.

Na Seção nº 3 - Limpeza e Escavação - 21 custos unitários.

Na Seção nº 4 - temos 14 custos - unitários.

E assim por diante. Os senhores compreenderam que temos 151 números que são colocados numa COLUNA. O que significa isso? Preços unitários, e se nós estivéssemos fazendo uma comparação com compras de Supermercado, seria a Tabela de Preços. O valor A1.1 é o valor da lata de azeite, que eu vou multiplicar pelo número de latas de azeite que eu vou comprar.

Se nós estivéssemos fazendo uma comparação com compras de supermercado, seria a tabela de preços do supermercado, eu entro ali e vejo que o valor A-11 é o valor da lata de azeite, que eu vou multiplicar pelo número de latas de azeite que eu comprar. Esse Vetor é o vetor de Custos Unitários.

E o que é o Vetor A? São os preços cotados pelos Empreiteiros de 1985, na Concorrência de desvio do Rio Iguaçu, preços hoje que deveriam estar sendo praticados no desvio do Rio Iguaçu, e esses preços são aqueles cotados pelos Empreiteiros. feita a correção para Março de 88, e introduzido um coeficiente de Segurança de 10%.

Mais uma vez, nós estamos frente a uma inverdade.

Freqüentemente é dito pela Casa e em Jornal, que os preços teto da Copel, levaria a valores menores do que os preços do desvio, o que é uma inverdade.

O Vetor A, que os Srs. vão ver, que é um dos ingredientes do nosso Orçamento, são os preços da concorrência do desvio trazidos para Março de 88, pelos Índices Setoriais, já vamos ver o que são índices setoriais, corrigidos com um coeficiente de segurança de 10%.

Vamos olhar o outro Vetor. Mais 151 custos unitários é o B, onde vem 151 preços unitários, agora tirados o preço de Custos.

Os valores cotados na Concorrência de Xingó, que é uma Usina Hidrelétrica que está em execução, pela Companhia Hidrelétrica de São Francisco pela CHSF. Então o Vetor A - São os Preços da COPEL a do Desvio.

Vetor B - Xingó da CHSF, trazida para Março de 88.

Vetor B - O que é o Vetor B, de novo 151 preços Custos Unitários, cotados na Concorrência da nossa co-irmã a Empresa Energética de Minas Gerais CEMIG, na Concorrência de Nova Ponte, pegamos só dados recentes. A concorrente Segredo do Desvio foi em 85, Xingó e Nova Ponte, depois disso.

Esses são a nossa base de dados. Vamos ver que produtos eles produziram. Tem um Vetor que nós chamamos de M-Mínusculo, onde tem 151 preços, que vão nos dar o limite inferior do orçamento da Copel, que a propósito, não foi publicado no Edital de Licitação.

Mas nós tínhamos aqui, como tínhamos no Desvio, um limite máximo e um limite mínimo. Como obter um limite mínimo: Vejam, é como se nós fizéssemos 151 negócios, 151 transações comerciais, entrávamos ou melhor o Computador entrava, em cada Linha e dizia: Nesse negócio, qual é o melhor preço? É o do desvio, com 10% de

Segurança, contra o desvio do Rio Iguaçu em Segredo com 10% de segurança? Ou é o de Xingó ou é o de Nova Ponte?

Queremos saber o melhor dos três negócios. O melhor desses números seria um ingrediente do Vetor M de mínimo, e assim íamos pelas 151 linhas. Não temos um vetor de preços unitários mínimos, olhando para apenas 3 negócios e o melhor negócio, ou aquele que nós melhor conhecemos, que é o do desvio do Rio, com um coeficiente de Segurança de 10%. Nos temos a impressão, que os valores de Xingó e de Nova Ponte são valores muito gordos.

Administrássemos nós a CEMIG ou a CHSF, fosse o Governador Álvaro Dias o Governador de Minas Gerais, fosse o Governador Álvaro Dias o Presidente da República, a qual responde CHSF, essas Concorrências não teriam passado.

Nós vamos usá-las para engordar o nosso orçamento.

Porque o objetivo principal da Copel, é produzir um teto que seja factível. A Copel tem um compromisso com a Saúde Financeira de seus fornecedores e de seus Empreiteiros.

A Copel tem como filosofia empresarial, que é a filosofia do Governo Álvaro Dias não infringir prejuízo a quem quer que seja. A Copel não se permitiria a publicar um limite superior inexecutável. Pelo contrário, foi se louvar em obras como Xingó e Nova Ponte para preencher os valores dos Custos Unitários que não tínhamos na Concorrência do Desvio de Segredo.

Temos então um Vetor com 151 preços mínimos.

Vamos ver um Vetor com 151 preços máximos.

Pegamos os valores de desvio do Rio, todos os preços praticados no desvio do Rio. Pegamos o valor do enrocamento de Foz do Areia, que é uma obra feita pela Copel. Preenchemos esses valores, ficam vários valores em branco. Porque ficam vários valores em branco?

Porque há vários negócios que não eram feitos no desvio e serão feitos na obra principal.

Portanto como preencher esses valores. Íamos olhar para Xingó e para Nova Ponte. E, pegávamos o menor desses dois, e íamos voltando o vetor de preços baixos. Voltamos assim o vetor no 151 preços unitários.

Essa é a metodologia da COPEL. Vamos ver a que resultado ela leva, os Srs. compreenderam que eu tenho 151 preços. como se fosse uma tabela de supermercado. Daí eu vou comprar tantos volumes de tal unidade, e vou fazendo esta multiplicação, que em matemática se chama de convolução, vamos convoluir os custos unitários pela quantidade, e o que obtemos como resultado? O

orçamento da COPEL, o limite mínimo e o limite máximo que aqui eu coloco para apreciação dos Srs., contrastado com a proposta menos exorbitante da concorrência revogada, que era a da CRASA.

Ali vai ser difícil dos Srs. lerem, mas eu vou mencionar alguns valores que são os mais importantes. Esses orçamentos foram fornecidos ao Sindicato dos Engenheiros que criaram uma Comissão para analisar isso e já estão trabalhando em cima disso há mais de 20 dias. Foi enviado em ofício ao Dr. José Alberto Ribeiro, aqui presente, como Presidente do Sindicato de Construção de Estradas, que congrega as empresas interessadas neste assunto, foi enviado por carta, estes números, são então, de conhecimento público.

Eu cito apenas alguns valores. Vamos olhar a 2ª linha - 2ª linha diz: Seção, desvio e controle do rio, limite inferior para a proposta global, quer dizer, multiplicando os preços de vetor M, mínimo, pela respectiva quantidade, a COPEL chegou a 182 milhões, 38 mil, 864 e 91 centavos. Pegando os vetores ou os custos unitários do veto de preços máximos a COPEL chega a 184 milhões 576 mil 478 e 11 centavos. Qual é a proposta da CRASA? Um bilhão 335 milhões, 788 mil e 26; mais de seis vezes superior ao limite superior do item! Se bem que não era pretensão da COPEL estabelecer limites, item por item, nós queríamos estabelecer um limite global. Somando todos os os valores de nove seções do orçamento mínimo nós chegamos ao valor mínimo. Penso que alguém trabalhar por menos deste valor seria muito difícil! Esse orçamento mínimo da COPEL seria 16 bilhões, 3 milhões, 534 mil e 97 cruzados. Pegando a 2ª coluna, as nove Seções, nós chegamos a um valor de 17 bilhões 929 milhões, 564 mil e 766 cruzados, esse valor é que foi arredondado e aparece 18 bilhões de cruzados, no Edital. Portanto a COPEL estava preparada para conviver com propostas que viessem na faixa entre 16 bilhões e 18 bilhões de cruzados.

A primeira coluna mostra a proposta da CRASA? que, no seu total chega a 27 bilhões e 923 milhões, praticamente 28 bilhões.

É muito importante que se reporte o que é uma proposta válida. Nós dissemos que havia três condições, na verdade quatro, mas uma é muito difícil de discutir. Havia quatro condições obrigatórias para as propostas serem classificadas: - a primeira que não fizesse de conluio, isso é muito difícil de discutir. A 2ª é fácil de discutir é o total, não pode ultrapassar a 18 bilhões de cruzados! E, do item, limpeza e escavação não pode ultrapassar aquele valor que estava na transparência, 8 bilhões, 640 milhões, ou seja, 48% do

total. E no item concreto, não pode passar 28% do total, ou seja 5 bilhões e 40 milhões.

Qualquer proposta que se encaixe nestas três condições e que não faça parte de conluio, é uma proposta válida. Qualquer valor, por isso nós chamamos ali de X1, X2, são números quaisquer. Por exemplo, este valor, quase que obscuro de 1 bilhão 335 milhões, para um item que nós avaliamos em 184 milhões, é seis vezes superior ao nosso limite, mas, passaria, porque tecnicamente é uma proposta válida, não há um limite superior, nesse item. Só há um limite na escavação e rocha, no concreto e no total. Esse item é o item de desvio e controle do rio.

E que nós estabelecemos esses controles? Porque na limpeza e escavação e no concreto nós estamos falando em 76% da obra. Esses preços condicionam 76% da proposta. Estão, podemos pagar o preço de deixar mais seis graus de liberdade. Havia seis graus de liberdade nesta proposta. Quaisquer números, ali, fora destes itens, 3 e 6, desde que o total fosse 18 bilhões, eram aceitos.

Isso era uma proposta que seria válida. Continuando a exposição sobre o orçamento, eu entraria no assunto que não é um assunto vital, mas eu compreendo bem o que disse à imprensa o meu querido ex-aluno, Ricardo Beltrão de Almeida, Diretor Financeiro da CRASA, que em recente comunicação à imprensa disse que esse debate deveria ser Público. Isso é um pouco inconsistente com a nota Oficial da CRASA, porque na nota oficial da CRASA, publicada nos jornais há algum tempo atrás, a diretoria dizia que essa questão deveria ser resolvida no decoro e no resguardo de nossas instituições. Mas uma semana depois o Diretor Financeiro, que entendo eu ser parte da Diretoria, a não ser que a organização seja muito atípica, diz que isso é objeto público de um debate público. Então, vamos ao debate público, vamos falar sobre a exequibilidade do orçamento da COPEL, que não é o que está sendo discutido na justiça. O que está sendo discutido na justiça é: Governo do Paraná, COPEL, Poder Público: Tem ou não tem o direito de revogar uma concorrência que produz um valor que ela não pode pagar? Não é a exequibilidade do orçamento, nós vamos discutir a exequibilidade. Os preços que conduziram ao teto da COPEL, como nós esclarecemos aqui na metodologia, são 10 vezes superiores aos preços praticados no desvio. No entanto, com muita frequência é tido também pelo Poder Judiciário um desrespeito ao Poder Judiciário, que os preços que levaram ao teto

seriam inferiores aos preços do desvio. Não é verdade. 2ª Informação: Há uma diferença entre os preços cotados pelos empreiteiros lá atrás, corrigidos para março e os preços efetivamente praticados.

Na verdade Senhores Deputados, os preços que conduziram o teto da COPEL, são mais do que 40% superiores aos efetivamente praticados por CRASA no desvio do rio. Mais do que 40% superiores, este é o orçamento inexigível e nós vamos mostrar os números e temos a fatura e recentemente paga pela COPEL para esses mesmos senhores. Qual é a nossa tese central aqui? A nossa tese central é que a exequibilidade do orçamento da COPEL está sendo provada pela empresa mais insuspeita, que é a própria interessada - C.R. Almeida, está provando a exequibilidade do orçamento da COPEL, na medida que executa uma obra por preços muito menores, que é a atual concorrência do desvio.

Para dar um exemplo numérico, basta analisar um item, que é aquele item que eu chamo a atenção dos Senhores para a transparência. O teto da COPEL, no item "escavação e rocha", é o produto de 5 milhões 870 mil metros cúbicos por um preço unitário que nós estamos dispostos a pagar de 1.121,20 cruzados, este produto dá 6 bilhões 581 milhões. Veja, isso é parte dos nossos 18 bilhões, só de um item dá mais do que 1/3 da concorrência, basta portanto, discutir esse item para ter uma excelente visão do orçamento. No entanto, na proposta da CRASA, o valor unitário é de 1 cruzado e 85 centavos, que multiplicados por 5 milhões e 870 mil metros cúbicos, levaria a 10 bilhões e 365 milhões, ou seja, esses 10 bilhões são parte dos 28. No entanto os senhores estão convidando para analisar as faturas da COPEL, as faturas de março, mesmo mês da concorrência mostra e prova que estamos pagando por metro cúbico de rocha, 785 cruzados e 59 centavos, que multiplicado pelo volume de cinco milhões e oitocentos e setenta mil metros cúbicos, conduziria a quatro bilhões e seiscentos, ou seja a C.R. Almeida está praticando quatro e seiscentos, COPEL tem como teto seis e quinhentos, mas CRASA quer dez bilhões. Notem aquela continha rápida que eu fiz a título de retrospecto, para ter a visão de conjunto, mil cento e vinte e um cruzados e vinte centavos que faz parte do orçamento teto da COPEL dividido por setecentos e oitenta e cinco e cinquenta e nove, que é o preço do metro cúbico de rocha praticado em março, a relação é 1,42 ou seja, há 42% de aumento real nesse índice, em relação ao teto da COPEL, e ao preço recebido por CRASA em março de 1988. Mas se nós pegássemos o 1.765,85 centavos que é o preço cotado na proposta menos exorbitante das

quatro e dividisse por 785 que é o preço realmente faturado em março, a relação mostra 184% de aumento real.

Tese central nossa, a exequibilidade do orçamento da COPEL está sendo provada a sociedade pela impetrante, exatamente a C.R.Almeida está fazendo o favor de provar quão exequível é o orçamento da COPEL. Quanto mais não seja, ainda no item exequibilidade nós tivemos a satisfação de receber uma proposta firme e assinada por um consórcio que declara que os preços da COPEL são muito exequíveis e que se põem à disposição do Governo do Paraná para ser contratados, portanto não se trata mais de uma discussão da COPEL, há uma proposta firme que está conosco e foi mostrada ao Governador Álvaro Dias ontem e que apresenta um orçamento perfeitamente dentro dos parâmetros criados pela COPEL. Então há um grupo de empresários, especificamente um grupo de empresários paranaenses mostrando que acreditam na exequibilidade do orçamento da COPEL.

O que é que os senhores têm visto por aí em termos de argumentação numérica? Eu pediria a liberdade para encerrar a parte de orçamento com uma transparência, que é a transparência que eu intitulei "o sofisma da regra de três". Mantenho uma declaração forte, na hora em que quatro grandes empresas do Brasil vão a uma concorrência que tem um teto máximo e o desrespeitam, desrespeitaram o Poder Executivo, na hora em que uma dessas quatro entra com ação de segurança declarando uma inverdade ao Senhor Juiz Federal desrespeita o Poder Judiciário. Temo que na apresentação de amanhã apresentem esta regra de três desrespeitando também o Poder Legislativo; estarão então completando um desrespeito aos três Poderes.

O raciocínio que eu tenho feito e que aqui eu chamo "O sofisma da regra de três", com conhecimentos básicos das operações dá para fazer bastante confusão com números. Para provar, entre aspas, que o teto da COPEL é menor que os preços do desvio, por incrível que pareça tentam fazer esta prova, a regra de três utilizada é a seguinte: pega-se o denominador da primeira razão um sub-conjunto de preços da proposta da CRASA, multiplicados pelas respectivas quantidades, pega pelo denominador o total da proposta da CRASA, olha separa a outra parte da regra de três, para a outra fração, põem-se no numerador, um subconjunto de preços praticados no desvio. E perguntam? Qual será o denominador x que seria, no entendimento da CRASA o teto correto que a COPEL deveria impor, se quisesse praticar os mesmos

preços do desvio na segunda etapa do atual. Esse é o documento que tem mostrando aos Senhores Deputados, que tem mostrado em carta à COPEL, que tem mostrado ao Governador do Paraná.

E esse raciocínio é errado; esse raciocínio é indefensável. Nós vamos dar dois exemplos numéricos, para mostrar quão ridículo é trabalhar com essa regra de três. Imagine por exemplo, que o subconjunto de preços, que nós usássemos como exemplo, fossem aquele da seção dois; Lembrem daquele orçamento, havia na seção dois, o valor total era de um bilhão e 385 milhões.

Divide-se isto pelos 28 bilhões da proposta total. Coloca-se na outra fração do numerador, o orçamento da COPEL, apenas para a seção dois, 184 milhões.

E se pergunta, qual será o valor de x ; como se precisasse perguntar qual é o valor de x . O valor de x é 18 milhões. Só que esta regra de três daria erradamente o valor de 3,8 bilhões.

Um outro exemplo numérico, o mesmo exercício, só que em vez de pegar a seção dois, vamos pegar a seção 5; pegamos o preço cotado por CRASA da seção 5, o preço total da CRASA o preço do orçamento da COPEL e procura-se investir novamente.

Como se isto fosse um número que muda em cada cálculo, e na verdade ele muda em cada cálculo. Nós podemos produzir qualquer número que os Senhores queiram. Me perguntem, quanto é que gostariam que eu fizesse um cálculo para produzir o valor de x , e eu lhes dou o número que quisessem.

Pegando o item 5, o número de x passa a ser 30 bilhões. O raciocínio da regra de três produz qualquer número dentro de 4 ou 30. E é esse raciocínio que estão usando para mostrar que Chingó é muita cara, que Nova Ponte é muito cara, que a COPEL está querendo praticar valores menores do que os praticados...

O SR. PRESIDENTE - Esta Presidência toma a liberdade de interromper o orador para comunicar-lhe que os seus 30 minutos iniciais já estão esgotados. Concede a Vossa Senhoria mais 10 minutos.

O SR. FRANCISCO GOMIDE - Muito obrigado. Agora falta mais dez minutos, porque nós terminamos a segunda exposição, que é a do orçamento, e entramos na 3ª parte da exposição, conclusões.

Essas conclusões nós alinhavamos aqui 4 observações diferentes.

1º - Sobre a exequibilidade no orçamento da COPEL. Os Senhores perguntariam, mas, como é que os preços da C.R.Almeida estão tão baixos no desvio. Porque apenas 785 cruzados, quando a COPEL está disposta

e pagar 1.121. A COPEL não está sendo exageradamente generosa? Está praticando 775 cruzados para o seu teto, quando deu 121. Como explicar essa variante inconsistente.

Tem uma história por trás disso, e tem uma história mais uma vez envolvendo o Poder Judiciário. Quando nós assinamos o contrato das obras do desvio, nós unilateralmente alteramos as condições de reajustamento, porque achávamos que estávamos aperfeiçoando e adaptando ao plano cruzado. Contra esse nosso aperfeiçoamento da forma de reajuste, insurgiu-se a empresa C.R.Almeida S/A, e entrou com uma ação na justiça e nos obrigou a retornar a fórmula principal, apesar de nós dizermos, meus Senhores, essa fórmula é defeituosa, essa fórmula pode levar os Senhores a um ganho indevido, que nós como administradores públicos não podemos aceitar.

Em compensação, a ação vem recrudescer, e essa fórmula pode dar aos Senhores uma perda. Mas insistiram, entraram na Justiça, e daí em fevereiro de 87, nós nos reunimos e dissemos, muito bem, os Senhores venceram.

Eu volto para a fórmula principal, e os Senhores param contra essa ação na justiça, digo, contra essa ação em relação à COPEL na justiça. Porque eu como Empresário faço um bom negócio, eu acho. Não é possível que de fevereiro de 87, os Senhores como empresários ainda achem que a inflação desse País não vai estourar.

E agora estão trabalhando com a defasagem do índice. Deveriam estar recebendo mil cruzados, o déficit público está devendo 775; porque nos obrigaram na Justiça a retornar à fórmula do edital. Recentemente nos procuraram pedindo um novo aditivo; por favor agora voltem a sua fórmula que era tão bem imaginada; nós não podemos ficar indo de uma fórmula para outra, conforme naquele mês o empreiteiro tenha maior vantagem numa fórmula ou na outra. Esta, então, é a razão porque apesar de nós querermos praticar apenas 10% acima dos custos produzidos na verdade estamos oferecendo 40%.

Novamente o Poder Judiciário envolvido. A título de conclusão, Parte II. Sobre otenização da economia.

Eu tenho visto, também, com muita surpresa, nos jornais, declarações do Diretor-Técnico da CRASA que teríamos aumentado o orçamento de dezesseis para dezoito milhões. Eu pensei que a objeção era de considerarmos os dezoito baixo, não pode haver uma reclamação por termos aumentado de dezesseis para dezoito. Mas isto também não é verdade. O que acontece é que aquela metodologia que vocês viram produz para

cada mês diferentes valores diferentes, tanto em cruzados, como em dólares, como em OTN. Como a otenização da economia a OTN passou a ser uma moeda como outra qualquer. O próprio orçamento da C.R.Almeida, transformado em OTN, em meados de 87 vai produzir um outro número de OTN também.

Quando nós lançamos a concorrência nós dissemos que não aceitaríamos nenhuma proposta acima de dezoito milhões de OTNS e um mês antes da concorrência emitimos um último informe aos proponentes, passando de OTNS para Cruzados e passando de dezoito milhões de OTNS para dezoito bilhões de cruzados, apesar do cruzado na OTN não valer mil cruzados. Por que fizemos isto? Porque houve uma defasagem da OTN em relação ao índices setoriais e o nosso compromisso é com o orçamento técnico sempre o mesmo. Só que ele produz valores numéricos dependendo da moeda que os Senhores escolham diferentes mês a mês. Eu tenho certeza que os Senhores Deputados sabem que todos os contratos de empreiteiras são reajustados mensalmente, mês a mês, inclusive no item mão-de-obra, apesar que os seus assalariados não têm correção mensal de salários.

Sobre os índices eu não vou tomar muito tempo dos Senhores, mas fazemos ali na transparência uma relação dos diversos itens que corrigem o orçamento. CUSTO NACIONAL DE CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS:

1. Escavação comum
2. Escavação em rocha a céu aberto
7. Concreto sem fornecimento de cimento.
10. Enrrocamento.
11. Aterro compactado.

Cada um daqueles preços é corrigido segundo um desses índices e a correção é mensal.

Finalmente, talvez seja a grande inflamação e a grande razão para confusão: o nosso contrato indeniza os Senhores empreiteiros, integralmente, com todos os 55 dias que decorrem entre o fim do mês da execução do serviço e o efetivo recebimento. Por que fizemos isto? Em outros contratos é a responsabilidade do empreiteiro por no preço a projeção da inflação, durante o tempo que eles ficam esperando receber o dinheiro. Nós quisemos tirar isto da preocupação do empreiteiro. Imaginem que dificuldade, fazer um preço para receber em sessenta dias. Ele tem que por 44%, que é duas vezes vinte por cento de inflação para esperar estes sessenta dias. Para tirar esta preocupação dos empreiteiros nós dissemos: nossos preços são à vista, Quando receber com uma defasagem de 55 dias ou de dois meses será integralmente ressarcido pela OTN fiscal. Então, é cla-

ro, que é injusto comparar o orçamento da COPEL com o orçamento de outras obras, onde o preço é firme e pagável em sessenta dias. Portanto, ele se deteriora em dois meses. Se quiserem comparar o preço da COPEL a sessenta dias os Senhores têm que aumentar os dezoito bilhões de cruzados pela inflação de dois meses, porque isto, efetivamente, os vencedores da concorrência ganhariam. É um item do contrato. Estamos falando em preços à vista, entre o fim do mês que o Senhor trabalhou para nós e o recebimento será integralmente ressarcido pela OTN fiscal. Então, de novo, estamos comparando "alhos com bugalhos". Este contrato é ótimo! É uma barbaridade que estas empresas tenham recusado uma grande obra por um bom preço e deixado a oportunidade de colaborar com o Governo Alvaro Dias, num setor vital como este.

Para encerrar, a última observação. Eu queria falar um minuto sobre estatais eficientes e estatais ineficientes e os direitos de revogar as licitações. É evidente que a Legislação dá direito ao Administrador Público para revogar licitações isto é claro! E se não fosse este direito líquido e certo ele teria que ser conquistado porque certas estatais querem romper as suas barreiras de ineficiência e querem, realmente, se tornar eficientes elas têm que agir, intransigentemente, na defesa dos seus interesses, que na verdade são os interesses dos consumidores e dos contribuintes.

Deixe eu dar um exemplo, o empresário Antônio Ermirio de Moraes, recentemente declarou a imprensa nacional, que ele faz as suas usinas hidrelétricas, por 60% do preço dessas estatais ineficientes, muito a propósito, o orçamento da COPEL é mais ou menos 60% do preço menos exorbitante que essa concorrência reproduziu e está aqui a COPEL uma empresa que tem 34 anos de trabalho eficiente, dedicando, procurando defender o interesse público, procurando atender o consumidor com obras baratas e está ela tentando revogar uma concorrência e imitar o Antônio Ermirio de Moraes, na maneira como faz as suas hidrelétricas.

Muito obrigado, pela atenção.

O SR. PRESIDENTE - (Quielise Crisóstomo)

Antes de conceder a palavra pela ordem ao Deputado Antônio Belinati, nós queremos agradecer a presença do Senhor Presidente da COPEL, pela clareza de sua exposição.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - (Pela Ordem) Senhor Presidente, inicialmente para cumprimentar o nobre colega Furlatti, pelo convite feito ao Presidente da COPEL para aqui comparecer e nós gostaríamos, Senhor Presidente, para iniciar já que se trata

de um relato sobre Segredo, de indagar ao Senhor Presidente da COPEL, porque há uma Lei, nós temos aqui um xerox, a Lei n. 8358 de 1986, que obriga as empresas da Administração Indireta a mandarem toda e qualquer licitação para esta Casa de Leis e isso desde os responsáveis pelo processamento de qualquer modalidade de licitação de valor igual ou superior a mil vezes o maior valor de referência, então de acordo com esta Lei assinada a COPEL teria que ter mandado esta licitação de Segredo para esta Casa no prazo máximo de 30 dias e ontem eu pude percorrer alguns gabinetes, inclusive a Direção desta Casa e não encontrei a licitação de Salto Segredo.

Eu indago ao Senhor Presidente da COPEL, por que razão a COPEL não nos mandou essa licitação.

O SR. PRESIDENTE (Quielise Crisóstomo) -

Esta Presidência em questão de ordem, concede a palavra ao Presidente da COPEL para responder ao nobre Deputado.

O SR. FRANCISCO GOMIDE - Essa Lei foi regulamentada internamente na COPEL, por uma série de procedimentos e há circulares internas que vão para diversas seções da COPEL que têm responsabilidade de licitações e é um assunto que nós consideramos rotineiro, elas vêm vindo para Assembleia Legislativa.

Me causaria surpresa que uma concorrência em particular não tivesse vindo. É a rotina, nós discutimos isso com o Deputado Anibal Khury quando saiu a Lei, aguardamos algum tempo para passar a cumpri-la, esperando que ela fosse regulamentada internamente, depois em troca de correspondência com o Deputado Anibal Khury, nós passamos a mandar, mesmo sem haver ainda a regulamentação interna desta Casa. Nós regulamentamos dentro da COPEL e é uma obrigação de todas as pessoas da COPEL que estão envolvidas com concorrência cumprir esta determinação.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Mas esta não veio para cá.

O SR. FRANCISCO GOMIDE - O Senhor me apanha de surpresa com esta pergunta, porque isso é uma rotina e obrigação dos empregados da COPEL seguirem esse procedimento já delineado pelos trâmites burocráticos dentro da COPEL, se esta não veio, talvez nós tenhamos um caso daqueles de que a concorrência é tão grande, tão grande, que certos de que os Senhores Deputados estariam acompanhando a concorrência, temos mandado dossiês para as Lideranças...

O SR. RAFAEL GRECA - Para as Lideranças?

O SR. FRANCISCO GOMIDE - Para a Liderança do Governo e para Liderança da Bancada.

Perdão pela generalização.

Mas eu quero dizer que a Lei é para ser cumprida e eu pediria ao meu assessor da área de Engenharia, que verificasse se essa concorrência, dentro das centenas feitas pela COPEL, porque exatamente essa não teria cumprido esse ritual, que é obrigatório.

O SR. ANTONIO BELINATI - Essas licitações têm que ser mandadas para Assembléia como Poder e não isoladamente para as Lideranças.

O SR. FRANCISCO GOMIDE - Sim, perfeito. Poderia verificar isto para mim?

O SR. PRESIDENTE - Esta Presidência, na sequência dos trabalhos, concede a palavra aos membros da Comissão de Finanças desta Casa de Leis que terão, para fazerem as suas perguntas, 3 minutos para cada nobre Deputado.

Inicialmente aos membros da Comissão de Finanças, por questão de norma de andamento dos trabalhos para questões financeiras.

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO - Questão de Ordem, Senhor Presidente (Assentimento). Nós, membros da Comissão, quando ouvimos a proclamação do seu regulamento, Deputado Hermas Brandão, Deputado David Cheriegate e meu, não concordamos que nos seja dado apenas o espaço de 3 minutos, porque é da nossa competência, enquanto Comissão de Finanças, fazer um questionário correto e consencioso com o Professor Gomide, de maneira que três minutos para cada membro da Comissão é muito pouco.

Se isto vale para os que não são membros, para os Deputados que não são membros das Comissões, não deve valer para nós, caso contrário não se vai esboçar nenhum raciocínio satisfatório e de interesse público.

O SR. PRESIDENTE - Esta Presidência, no decorrer dos trabalhos, poderá analisar se o número e perguntas for muito grande nós poderemos rever este regulamento.

Contudo, é preciso que nós tenhamos uma norma aqui na sequência para que possamos ouvir a todos os Senhores Deputados.

Evidentemente, se um Deputado tiver trinta perguntas a serem formuladas, esse deputado irá impedir os demais colegas de fazer uso da palavra.

Então, eu pediria a compreensão inicial do nobre Deputado, numa tentativa de nós oferecermos a todos os Senhores Depu-

tados aqui da Assembléia a oportunidade de fazer uso da palavra.

Então, inicialmente, aos membros da Comissão de Finanças para fazer uso da palavra.

As normas fazem com que, respondendo aqui a consulta do Deputado David Cheriegate, em seguida serão concedidos a oportunidade aos membros da Comissão de Obras e aos demais Deputados.

Então, na sequência, inicialmente, para assuntos financeiros, aos membros da Comissão de Finanças.

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO - Senhor Presidente, diante do que levantou o nobre Deputado Antônio Casemiro Belinati, e diante da afirmativa do Senhor Presidente da COPEL, de que envia regularmente os editais das Licitações para a Presidência da Casa, ou seja, para a Assembléia, enquanto um Poder, e em defesa do princípio democrático de que a Assembléia deva ser tratada como a Casa de todo o povo e não apenas a parte do povo é filiada ao PMDB, mesmo porque ela diminui a cada dia, nós sugeriríamos que a Comissão de Finanças, represente-se junto a Presidência da Casa para que doravante os editais de licitação, objeto da Lei referida pelo Deputado Belinati, venham a ser publicadas no Diário da Assembléia.

O SR. PRESIDENTE - Esta Presidência anota e pede ao Secretário que providencie.

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO - Eu posso começar a perguntar?

O SR. PRESIDENTE - Está dentro do seu horário de três minutos. Está com a palavra.

O Sr. Alexandre Ceranto - Senhor Presidente, eu cedo meus três minutos para ele.

O SR. PRESIDENTE - Esta Presidência acata sua sugestão. Vossa Excelência têm seis minutos.

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO - Eu agradeço seu voto de confiança, Deputado.

O SR. PRESIDENTE - Antes de conceder a palavra, data vênica ao nobre colega, eu solicito a presença na Mesa do Presidente da Assembléia que me informaram que está no Plenário. Presidente, poderia nos conceder...

O SR. ANTONIO ANNIBELLI - Eu agradeço a deferência, mas me sinto muito bem ao lado do Líder do Governo, Deputado da nossa Bancada, e para aqui, em igualdade dos

demais companheiros, assistir as perguntas e respostas.

O SR. PRESIDENTE - É um destaque que esta Comissão queria fazer ao representante do nosso Poder. Com a palavra o nobre Deputado.

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO - Senhor Presidente, Professor Gomide, em primeiro lugar nós queremos lhe agradecer a gentileza de aquecer o convite do Deputado Ayr Mezzadri de vir a este Parlamento, porque muitas vezes o bem público, o interesse público esbarra na questão partidária, exatamente porque nesta Casa deve se fazer cada vez mais o espaço da Política, que é o espaço do diálogo. A sua assessoria de Imprensa teve a gentileza de visitar os Senhores Deputados, quando num "releases" de esclarecimento a bem do interesse público que, no entanto, devo dizer nos deixou um pouco confusos. E é com base no que a Assessoria de Imprensa nos entregou que eu vou fazer a minha intervenção na parte que me cabe nesta questão, a quem eu solicito a sua boa vontade de nos esclarecer, pedindo desculpas se o nosso entendimento não for a altura do elevado descortêneo técnico do professor, e também viemos a esta Casa, e como somos agora Deputados, pois esta Assembléia autorizou o aumento do endividamento do Estado em até 700 milhões de dólares para a campanha energética do Paraná e a COPEL ainda nesta Legislativa.

Bom, eu gostaria de saber em primeiro lugar: o Senhor acusou publicamente, e o documento que ontem nos foi enviado, as empreiteiras em acordo prévio entre os consórcios participantes no sentido de aumentar artificialmente os seus preços em prejuízo do Erário Público. Isso é o que se chama de formação de um cartel. A sua solução seria uma eventual concorrência internacional para calibrar corretamente os preços da Engenharia Nacional. Eu pergunto: As 8 empresas paranaenses que participaram da concorrência também fazem parte do Cartel?

O SR. FRANCISCO GOMIDE - Nós somos muito cuidadosos quando discutimos isso. De novo nós somos ligados à franqueza e à transparência imposta pelo Governador Alvaro Dias dizendo uma frase que eu tomo a liberdade de transcrever ou de repetir, dizia: o Paraná não pagará o preço do conluio. É fatalmente no dia seguinte à revogação da concorrência e à concorrência a Imprensa nos procurou. E a pergunta colocada era: os Senhores acham que há cartelização? Respondendo com a franqueza de sempre, há indícios, diferente de dizer que foi uma acusação de cartelização. E

como o Senhor deve ter reparado, conluio é uma das razões para a gente desclassificar a proposta. E o Deputado há de concordar comigo que é muito difícil de provar o conluio. Nós estamos trabalhando com uma hipótese, quer dizer, há indicações de que possa ter havido combinação prévia. Esse é o cuidado que o assunto merece.

O SR. RAFAEL GRECA - Houve a mesma preocupação na licitação para a compra das turbinas e geradores da Usina de Segredo? O Paraná sabe que não houve preço teto e que só 4 empresas participaram. Qual a sua argumentação para provar a Assembléia que não há cartel ou conluio? Ou a COPEL ataca os cartéis nas obras de construção civil, privilegiando os fornecedores de maquinaria elétrica pesada? Nós sabemos que na área as empresas nacionais são fachadas de transnacionais.

E eu permitiria propor à Assembléia um texto do Rudolf Muller, no livro "A Ditadura dos Cartéis", a anatomia do nosso subdesenvolvimento, publicado pela Editora Civilização Brasileira, onde ele afirma com todas as letras: "o Brasil constitui atualmente um dos maiores mercados para a venda de usinas hidráulicas e geradores elétricos, e na indústria nacional esse setor deveria ser o que mais cresce, mas não é o que tem acontecido".

O Senhor pode provar, Senhor Presidente, que a afirmação do autor não pesa como prática e como acusação sobre a COPEL?

O SR. FRANCISCO GOMIDE - O Deputado há de concordar comigo que nós achamos que é difícil a existência de cartéis, e muito mais difícil será provar a não existência de cartéis. Então, a sua pergunta realmente me embaraça inicialmente para eu responder. Mas vamos tentar.

Veja o Deputado que é uma questão de estratégia comercial. É uma má estratégia comercial, e definitivamente perderá o seu teto. Eu tomo a liberdade de dar um exemplo prosaico. Eu quero comprar uma caneta e entro numa loja e digo: olha aqui, eu quero comprar uma caneta e não pago mais que 10 mil cruzados. O que pode dizer o vendedor: está aqui, é 9 mil, quando evidentemente poderia ser 3 mil. Então, nós não podemos estabelecer teto. Nós estabelecemos teto quando temos muita segurança na maneira de medi-lo, se não seria incoerência técnica, que é aquilo contra o que nós, além de técnicos queremos ter percepção política, tanto combatemos na tecnocracia. A arrogância de estabelecer um teto em ambientes que nós não sabemos controlar os custos. Mais do que isso, quando não há nenhuma razão para suspeitar que haja possibilidade de um acordo prévio, colocar um preço teto é uma estratégia co-

mercado (errada?). Quanto a esse Senhor no seu texto ele diz o óbvio: que o Brasil é o melhor mercado de turbina para hidrelétrica. Mas é claro que é, o maior potencial hidrelétrico do mundo! É o único país do mundo que tem 92% da sua capacidade de geração totalmente por hidrelétricas, talvez nenhuma similaridade com países escandinavos e com o Canadá, mas, mesmo assim eles tem problemas de compra de energia elétrica térmica por causa da proximidade com os Estados Unidos e Canadá. O Brasil é o único e por ser único, por ter um programa gigantesco tem que ser o melhor mercado.

A outra assertiva desse autor é o único país que tem 4 fábricas enormes de fabricação de turbinas. Isso não existe em nenhum outro país do mundo, tem 4 fábricas que estão competindo por esse mercado. O senhor não encontrará em nenhum outro país do mundo que tenha 4 fábricas de turbinas.

Tem uma totalmente nacional que é a Villares e tem três empresas que são associadas respectivamente à (??) e à mecânica pesada de capital Alemão que é a (??) e a de capital italiana que é a (??).

O SR. PRESIDENTE - (Quielise Crisóstomo) Deputado Rafael Greca, sinto informar mas o seu horário está encerrado. Com a palavra o Deputado Cândido Bastos.

O SR. CÂNDIDO BASTOS - Quero me congratular com a explanação feita pelo Sr. Presidente da COPEL e que muitos itens já foram esclarecidos das nossas dúvidas, mas ainda teria duas perguntas: a primeira seria que a não observância por parte dos 4 empreiteiros que entregaram a proposta item como limite teto, era razão suficiente para anulação da concorrência? A segunda: Estando expressamente salientado no edital, é válido supor que a participação das empreiteiras na concorrência configuraria a aceitação dessa e das demais cláusulas, como por exemplo, a aceitação do limite-teto estipulado pela COPEL?

O SR. FRANCISCO GOMIDE - Na verdade nós enfatizamos nesse ponto.

Nós queremos ressaltar o aspecto de mesmo que não houvesse um teto de preço imposto pela COPEL, nós teríamos que revogar essa concorrência. Existe no art. 6º do Decreto 2300 que eu tomaria a liberdade para ler para os Senhores. É claramente ilegal contratar essa obra por preços não assegurados previamente em orçamentos. Eu tomo a liberdade para ler aos senhores o Art. 6º, que diz o seguinte: "As obras e os serviços só podem ser licitados quando houver projeto básico aprovado pela autoridade competente e contratado somente quando existir previsões de recursos orça-

mentários".

Quer dizer, mesmo que não tivéssemos o teto de 18 bilhões por não termos os recursos orçamentários assegurados teríamos que revogar a concorrência. Esse é um ponto importantíssimo.

Quanto à segunda pergunta tem a ver com a aceitação das cláusulas do edital. É claro que as pessoas que participam da concorrência deveriam ter levantado objeções das cláusulas do edital antes da concorrência. Eu tenho dito sempre, e se o Deputado me permite a impertinência, quase, que isso é uma estratégia para estabelecer uma chantagem junto à sociedade, porque ao invés de ter levantado as objeções antes, há procedimentos que visam, na justiça, coonestando o Poder Judiciário para isto a arrastar causas óbvias como estas e que nem deviam estar sendo discutidas, nem cabe discutir em Ação de Segurança, a arrastar por tempos e tempos para colocar o Governo do Estado, o administrador público e toda a sociedade em que uma posição de chantagem, fazendo as contas, o que é que é pior, pagar o sobre-preço ou incorrer em prejuízo.

O SR. CÂNDIDO PACHECO - Próxima pergunta: Por que a COPEL fixou o preço teto e quais os critérios para esse estabelecimento?

O SR. FRANCISCO GOMIDE - A idéia do estabelecimento do preço teto é a confiança que nós temos de que não eram em todos os itens que nós temos essa confiança que nos levem a estabelecer os critérios, e os critérios são aquela metodologia dos preços mínimos e máximos.

O SR. CÂNDIDO PACHECO - A última pergunta seria: Tendo em vista que as evidências da caracterização de preços, por que a Copel não partiu de início para a concorrência internacional?

O SR. FRANCISCO GOMIDE - Há um compromisso de todo o cidadão brasileiro com a sua indústria, então, isso, é muito forte na Engenharia. Nós estamos dizendo claramente que nossas informações são de que essa obra de concorrência internacional seria feita por volta de 120 milhões de dólares, no máximo.

O Poder Público, o consumidor de energia elétrica, o contribuinte, está disposto a pagar até 170 milhões de dólares para prestigiar a indústria nacional. Mas, não está apto para pagar 273 milhões de dólares. Essa diferença de custos está coberta por essa margem de preferência para fazer a concorrência ser justa. Mas a questão talvez fosse outra. Como o País não tem condições de pagar o seu setor elétrico e

ela deve ser feita, será que não temos que, nesse item em particular, arcar com o eventual prejuízo da Engenharia Nacional para salvar o principal que é a disponibilidade e o suprimento de energia elétrica para o futuro? Essa é a questão. Tem duas partes: uma, é a margem de preferência - até quanto a sociedade brasileira quer pagar para prestigiar a sua indústria. Eu acho que deve prestigiar. Mas deve haver um limite, e mesmo para os valores internacionais já há pouco dinheiro, o que é mais importante? O setor elétrico ou a economia como um todo ou algumas empresas, construtoras...

O SR. PRESIDENTE - (Quielise Crisóstomo)
Com a palavra ainda os Membros da Comissão de Obras.

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR - (Pela Ordem)
Com o devido respeito que eu tenho pela Presidência, e como membro da Comissão de Finanças, eu gostaria de conceder os meus três minutos ao Deputado Rafael Greca de Macedo para que ele possa elaborar sua pergunta.

O SR. PRESIDENTE - (Quielise Crisóstomo)
Esta Presidência acata a Questão de Ordem. Com a palavra o Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Sr. Presidente, há uma flagrante contradição no documento da Copel que nos entregou o Assessor de Imprensa ontem.

No item 5, confirmando as declarações de V.Exa. em vários jornais de edições passadas, nós vemos que a Copel iniciou contato com Instituições internacionais como o BIRD para viabilização de créditos complementares ao orçamento de mais ou menos 100 milhões de dólares. E adiante, no item 9 se diz que numa eventual concorrência internacional o limite de preços fixados pela Copel seria mantido. Pergunto, esta contradição pode ser resolvida por V.Exa. se o preço vai ser mantido. O porquê dos contatos com os bancos internacionais de financiamento. Este contato não dá razão à argumentação jurídica de defesa do grupo CRASA ou dos empreiteiros nacionais, ou a COPEL não tem uma composição de preços definidos. A assertiva que nos assalta pela dubiedade de argumentação do item 6 do documento onde o senhor coloca duas linhas de raciocínio, ou isto ou aquilo. Eu apelo no sentido de resolver esta contradição e afirmo que o documento de sua assessoria colocando a argumentação no condicional, nos obriga a duvidar da firmeza e da autoridade na revogação da concorrência, porque ficou muito dubio. E depois também esta ideia de calibrar preços atra-

vés de uma concorrência internacional ela é muito duvidosa, porque no nosso ver a concorrência internacional não é um caminho correto para questão de preços, pois podemos encontrar em algum país desenvolvido uma empresa com equipamento ocioso. Sem contar que o equipamento é sabidamente mais barato lá fora. Um trator custa metade do preço nos EEUU do que aqui. Esta empresa poderia se habilitar e até financiada pelo governo do seu País para vir negociar no Brasil. Sangrar o Brasil. Ou o senhor acha que o senhor George Schultz não conseguiria financiamento para uma empreitada similar nos EEUU onde ele é todo-poderoso Secretário de Estado?

Quero saber por que a COPEL iniciou contato com o BID e ao mesmo tempo disse o senhor que vai manter o preço velho?

Também quero saber se a COPEL aceita colocar sua composição de preços em julgamento, em comparação com a empreiteiras paranaenses.

O SR. FRANCISCO GOMIDE - Confesso que estava frustrado com o fim do seu tempo. Sua perguntas me dão grande prazer em responder. Começando que o assunto, na verdade, é superado. Hoje a exequibilidade do contrato com a COPEL está superado, na medida que temos uma proposta firme com um grupo de empresários paranaenses que acham perfeitamente razoável o orçamento da COPEL.

Sobre o capital estrangeiro tenho alguma coisa a falar. Temos uma grande experiência com produto internacional. Já tivemos dezenas de concorrências e o Deputado deve saber que revogar concorrência da COPEL é rotina. Já chegamos a convidar proponentes indianos para virem numa concorrência para romper um cartel que se instalou temporariamente numa situação. A simples presença dos estrangeiros mostra que o preço cai. Graças a esta estratégia agressiva é que a COPEL está tendo um bom desempenho e repassando estes custos, ou custos menores, para o consumidor. Mas a concorrência é justa. Em relação ao banco internacional há mais interferência da indústria nacional. Quando um estrangeiro entra com um equipamento dele, comprado no exterior, ele não paga impostos, portanto o seu argumento é que seria uma concorrência injusta; porque o equipamento dele poderia estar ocioso e entra sem pagar a taxa alfandegária do País. Isto é chamado de "....." (ininteligível) ele entra e depois tem de sair, porque entrou no País e não pagou imposto. Os brasileiros, quando usam insumos importados, utilizam-se da cláusula de "....." (ininteligível) verde-amarela, ou seja, para efeito de concorrência internacional também eles estão isentos. A concorrência internacional tam-

Estão isentos. A concorrência internacional é "um primor de justiça" em termos de competição.

Há um paradoxo aparente. De novo somos escravos da fraqueza com que falamos. Falamos isto para a imprensa e isto foi distorcido. Realmente há um aparente paradoxo. Estamos convencidos de que não faltam 100 milhões de dólares no nosso orçamento. Queríamos registrar o absurdo que estamos vivendo, se houvesse uma falta de recursos de cem milhões de dólares, concedendo o benefício da dúvida, nós teríamos um furo de 100 milhões de dólares. Mas digamos que houvesse, nós não temos como tapar esse "furo", sem recorrer a entidades internacionais que, em contrapartida, imporiam a concorrência internacional. Eu poderia ter parado aí, mas aí é que eu fui escravo do meu muito falar e ironicamente, a concorrência internacional é que vai provar que não há a falta de 100 milhões de dólares. O que vamos fazer? Vamos tentar substituir o endividamento do Governo do Estado que está previsto em virtude do tesouro, por um eventual dinheiro no âmbito internacional. Mas é uma hipótese que, aparentemente está superada. Temos um número enorme de empresas, de propostas de empresas que querem fazer essa obra pelo orçamento da COPEL. Hoje à tarde às 5 horas, eu recebo uma empresa que vem lá de Minas Gerais, pronta para fazer esta obra com o orçamento da COPEL. O senhor quer mais prova de exequibilidade do orçamento da COPEL? Isso afasta a possibilidade internacional.

O SR. PRESIDENTE - (Quielise Crisostomo)
Com a palavra, os Membros da Comissão de Finanças. Esta Presidência passará a Presidência dos trabalhos para o Presidente da Comissão de Obras e pede desculpas por ter que se retirar desta reunião, em virtude de ter uma audiência em Paranaguá e o horário com a Justiça é improrrogável.

Neste momento, passo a Presidência ao Deputado David Cherigate, que assumirá os trabalhos a partir deste momento.

Antes porém, eu gostaria de solicitar ao Presidente da COPEL, que toda essa documentação que V.Ea. apresentou, que seja encaminhado à Mesa para que conste dos nossos Anais.

O SR. PRESIDENTE - (David Cherigate) Dando continuidade aos trabalhos, nós deixamos a palavra livre inicialmente aos membros da Comissão de Obras para poderem fazer as suas perguntas ao Professor Francisco Gomide.

O SR. HERMAS BRANDÃO - O Senhor afirmou que foi apresentada oficialmente uma proposta para a construção e o senhor poderia nos informar qual o ...

O SR. FRANCISCO GOMIDE - Recebemos ontem uma proposta da DM-Construtora de Obras Ltda - Cesbe S/A - Engenharia e Empreendimentos e S... - Construções S/A. Apresentou proposta perfeitamente dentro dos parâmetros estabelecidos no orçamento da COPEL.

O SR. HERMAS BRANDÃO - Essas empresas não participaram anteriormente em fornecer propostas à concorrência?

O SR. FRANCISCO GOMIDE - A D.M. era uma empresa consorciada de uma empresa paulista e, como parte no consórcio, minoritária nas decisões do Consórcio. Então eu imagino que ela, consorciada, como minoritária, chegou à conclusão de que não deveria ter participado como efetivamente não participou da concorrência. CESBE S/A não é consorciada no momento mas foi consorciada da C.R.Almeida, exatamente na 1. etapa da Construção de Segredo.

No Contrato em andamento, CESBE, é uma Associada da C.R.Almeida.

O SR. HERMAS BRANDÃO : A "Sinoda", não tinha, ela estava associada a uma Empresa chamada "..."(?) do Rio Grande do Sul, e quem foi na verdade desclassificada foi a Lider do Consórcio.

O SR. DAVID CHERIGATE - Mais algum membro da Comissão de Obras presente, que queira fazer sua pergunta?

Não tendo ninguém, eu passo a Presidência ao Deputado Hermas Brandão, para que eu possa fazer algumas perguntas ao nosso entrevistado de hoje.

O SR. HERMAS BRANDÃO - Com a palavra o Nobre Deputado David Cherigate.

O SR. DAVID CHERIGATE - A mim Senhor Presidente, não existe mais nenhuma dúvida, do direito que a COPEL tinha e tem de cancelar essa concorrência, porque constava do item do Edital esse direito.

No entanto, Senhor Presidente, conhecendo o Senhor e tendo sido até quase que contemporâneo da Escola de Engenharia do Paraná. Nós estranhemos as acusações que Vossa Excelência fez, sobre a existência de um Cartel de Empreiteiros. Estranhemos porque pela prática que temos, porque tive a oportunidade de servir o DER durante muitos anos e tive a oportunidade de participar de muitas concorrências.

Nós não entendemos a forma que existe para se justificar a existência de um Cartel. Então a pergunta que eu faço inicialmente, é qual é o conceito que Vossa Senhoria faz de Cartel?

O SR. FRANCISCO GOMIDE - É preciso sermos

muito cuidadosos para discutirmos a hipótese e a possibilidade de existência de Cartel. Nós não (precisamos)? Fizemos uma declaração de que há um Cartel.

Agora lógico que a definição de Cartel é a definição de Dicionário, significa uma situação em que há um acordo prévio entre os participantes para elevados preços, suprimindo ao nível de (concorrência) concorrente.

Mas é muito interessante que vendo no meu dicionário que eu tenho lá em casa, eles põem um ponto e vírgula e põem também um ponto para entendimento da palavra Cartel, significa também provocação.

O SR. DAVID CHERIEGATE - Eu tenho aqui vários recortes de Jornais, tanto para-anaenses como Jornais de renome nacional, onde eles colocam aqui, talvez tenham colocado na sua boca, acusação que Vossa Senhoria tinha feito da existência de Cartel.

Então nesse caso o Senhor confirmaria aqui que esses jornais, à própria Gazeta Mercantil de São Paulo seria logo a que eu citaria, faltaram com a verdade?

O SR. FRANCISCO GOMIDE - Não Deputado eles disseram exatamente o que disse para eles, e eu repito para o Senhor que é o seguinte:

"Nós não temos dinheiro para pagar uma obra tão cara e os Senhores desrespeitaram um item do Edital e pediram preços que nós optamos exorbitantes". Daí o repórter perguntou: O Senhor acha que isso é um Cartel? Minha resposta: eu seria ingênuo se não admitisse que há indicações nesse sentido.

O SR. DAVID CHERIEGATE - Eu perguntaria quais as evidências que conduziram Vossa Senhoria a reconhecer, pelo menos, a existência desse Cartel?

O SR. FRANCISCO GOMIDE - Perdão, quais são as indicações?

O SR. DAVID CHERIEGATE - Quais seriam as evidências?

O SR. FRANCISCO GOMIDE - Ah, pois não, eu prefiro chamar de indicações porque evidência é matéria de prova e nós não estamos querendo provar nada, nem acusar nada. Nós estamos querendo revogar uma concorrência que produziu um valor que não podemos pagar.

Mas, falando na indicação de que houve acerto prévio, eu me reportaria à concorrência do desvio do rio. Na concorrência do desvio do rio, C.R. Almeida foi colocada em 4º lugar, na nota técnica, e havia um empate de preços. E, fez uma objeção legal

também, através de Mandado de Segurança, também na Justiça Federal, se declarando prejudicada. E o que aconteceu? Quem era prejudicada, realmente, era o 1º lugar, o 2º lugar e o 3º lugar, esses escreveram cartas dizendo que não tinham mais interesse na obra. O Senhor veja, gastaram fortunas para fazer uma proposta, ganharam uma concorrência e depois desistiram! E nós contratamos o 4º lugar, como era o mesmo preço, e de quebra, o 4º lugar era paranaense, nós, com grande alegria contratamos C.R. Almeida, para fazer o desvio do rio, mas por desistência do 1º, 2º e 3º. O Senhor acha que isso indica alguma coisa?

Pouco depois, a empresa que desistiu do 1º lugar, ganhou a concorrência de Xingó! O Senhor acha que isso é indicação de alguma coisa? Nós não chamamos de evidência porque não queremos ficar com o chamado ônus da prova.

Quando eu perguntei para o Deputado Anibal Khury, porque que é que eu vinha na terça e não na quarta, ele me respondeu com a franqueza de sempre, que eu devia vir antes porque o acusador vem antes. Eu disse: - "Mas, Deputado, nós não estamos acusando ninguém, nós estamos revogando uma concorrência e defendendo o bolso de seus eleitores, dos contribuintes, dos consumidores.

O SR. DAVID CHERIEGATE - Eu gostaria de colocar, Senhor Presidente, que existe no Paraná, e talvez seja de conhecimento público, um acordo...

O SR. JOSÉ FELINTO - (Pela Ordem) - Eu queria saber se o Presidente tem mais tempo que os demais Deputados, com relação ao tempo determinado, no início dos trabalhos da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Esta Presidência concede mais um minuto para a última pergunta.

O SR. DAVID CHERIEGATE - Eu solicitaria ao Deputado Basílio Zanusso se ele poderia me ceder o seu tempo, para algumas perguntas.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Deputado Cheriegate, pode usar o tempo que caberia à Liderança da Frente Liberal.

O SR. PAULO FURIATTI - (Questão de Ordem) - Olha essa história de tempo de Liderança é o seguinte: aqui nós estamos numa Comissão de Obras e Finanças, eu fui autor de um Requerimento para que fosse convocada uma Comissão Geral e houve um acordo para que houvesse a convocação das Comissões, de forma que os demais Deputados

também tenham oportunidade de perguntar e de participar. Então Senhor Presidente, eu, nesta Questão de Ordem, solicitaria que fosse a Discussão democratizada pela Mesa, sem imposições, de forma que nós não tenhamos aqui a concentração de um ou outro Deputado, de forma que nós possamos também participar.

Essa é a Questão de Ordem que eu levanto.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Pois não, nobre Deputado Furiatti, todos os Deputados vão ter oportunidade de discutir, de serem ouvidos.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, é evidente que, para mim é novidade, estou nesta Casa há muito tempo, uma Reunião atípica essa, porque ela instala uma Comissão de Finanças, depois o seu Presidente sai, e ele, Presidente, estabelece 3 minutos para cada integrante da Comissão, ele sai e se instala uma outra Comissão, isso é atípico...

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Deputado, é uma Comissão conjunta, não só a Comissão de Obras como a Comissão de Finanças.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Mas, Presidente, 3 minutos é um prazo insignificante para qualquer Deputado, qualquer pessoa interessada dirigir uma pergunta ou algumas perguntas, do maior interesse do Estado e da própria COPEL; inquirido se cedia o meu Horário eu o fiz, na oportunidade. E para dizer a Vossa Excelência, Presidente, esse protesto, 3 minutos é insignificante para que o Deputado Greca foi impedido de formular suas perguntas, como o Presidente da COPEL também, o tempo não lhe permitiu formular as respostas. Eu acho que a questão de 3 minutos é insuficiente.

O SR. PRESIDENTE - (Hermes Brandão) Nobre Deputado Basílio, nós na presidência interina das Comissões, nós respeitamos os 3 minutos usados por cada Parlamentar e não estamos contando o tempo de resposta do Presidente da COPEL. Está livre o tempo para o Presidente Gomide responder as questões aqui levantadas e continua a palavra com o nobre Deputado Cheriegate para concluir sua última pergunta.

O SR. DAVID CHERIEGATE - Eu infelizmente, eu concordo com o Deputado Basílio Zanusso que o tempo é muito pequeno para que nós pudéssemos aproveitar essa oportunidade, até para poder esclarecer os assuntos de interesse Público, aproveitando a inteligência e a maneira exemplar como o Doutor Francisco Gomide tem respondido e ex-

planado esse assunto aqui na Assembléia. Eu só quero para encerrar, dizer que é de conhecimento Público, praticamente no Paraná, que há alguns anos existe um acordo entre a associação dos empreiteiros do Paraná e a Secretaria dos Transportes, na distribuição das obras que são realizadas por aquela Pasta. É de conhecimento Público também, que a Associação dos empreiteiros sempre indica à Secretaria dos Transportes qual a Empreiteira que deve realizar determinada obra. Eu perguntaria, O senhor tinha conhecimento disso? E se tinha conhecimento, reconhece que existe oficializado no Paraná a existência de um Cartel, avaliado pela Secretaria dos Transportes?

O SR. FRANCISCO GOMIDE - Eu não tenho conhecimento da mecânica interna do DER, eu até pensei que as concorrências do DER eram similares às concorrências que nós temos na COPEL para a distribuição rural. Nós temos um teto e as pessoas convivem debaixo desse teto, há várias concorrências, centenas de obras de eletrificação rural e eventualmente possa até haver um acordo entre os empreiteiros para cortar aqui e não cortar lá, mas como nós temos o teto nos dando segurança, nós não ficamos tratando de investigar sobre o que há ou não há no uso. Agora, eu lhe confesso que por excesso de trabalho na COPEL, eu não conheço o procedimento de outras áreas do Governo e antes de vir para a diretoria da COPEL, eu tinha uma carreira puramente universitária, teórica.

O SR. PRESIDENTE - (Hermes Brandão) Encerrou-se o tempo do Deputado David Cheriegate e nós devolvemos a presidência ao Presidente em exercício.

O SR. PRESIDENTE - (David Cheriegate) Pela ordem de inscrição, nós passamos a palavra ao Deputado Furiatti para fazer o uso dos 3 minutos que lhe cabe.

O SR. PAULO FURIATTI - Bem, Senhor Presidente, antes de fazer a pergunta, houve aqui uma afirmativa de Vossa Excelência a respeito de uma possível cartelização e uma afirmação que as obras do DER são indicadas pela Associação de Empreiteiros, o que é uma coisa gravíssima. Portanto, a livre concorrência, a livre iniciativa que é título há 4 cantos desse País, os empresários estariam concorrendo no DER ou na Secretaria de Transportes. Tanto a título de proposição, eu solicito que a Comissão de Finanças deixando de lado essa questão aqui, faça uma convocação também em tempo oportuno e na data que vier, para que este assunto venha a ser debatido aqui nas Co-

missões.

Senhor Presidente da COPEL! Eu fiquei muito bem esclarecido pelas suas afirmações aqui, amanhã nós vamos ter aqui os esclarecimentos da C.R. Almeida e até agora para mim ficou muito claro todo esse processo de concorrência. Eu estava com uma dúvida, e lhe faço a pergunta! Como há interesses de empresas Nacionais e paraenses de fazer a obra por um preço estabelecido no teto mínimo, no teto máximo, me parece que esse problema está resolvido. Agora eu pergunto: Há alternativa que porventura não se estabelecer o preço, a COPEL não tiver orçamento, não tiver dinheiro, quais as alternativas para Segredo?

O SR. FRANCISCO GOMIDE - Esse é um assunto bastante complexo e que nós temos tentado explicar à sociedade, é o argumento feito pelos empreiteiros de que a obra tem que ser feita é um argumento quase que infantil, não é a qualquer preço que se faz a expansão do setor elétrico, esse é um cálculo muito técnico e muito complicado chamado de avaliação do custo marginal de expansão da capacidade de geração do País, traduzindo esse termo técnico imaginem o seguinte, o que faz o administrador do setor elétrico? Ele de um lado contempla a possibilidade de racionamento e vê que potencial prejuízo há nisso, de outro lado ele orça uma obra e vê qual é o custo de obra, qual a decisão economicamente racional, sempre que o custo da obra for menor do que o potencial prejuízo da não construção da obra, vamos construí-la. Então é evidente, é infantil o argumento dos Senhores empreiteiros que acham que como nós temos um cronograma para cumprir ele tem que ser cumprido a qualquer preço. Não é a qualquer preço. Eventualmente se o preço é muito alto nós temos que nos conformar com a situação do País pobre que tem que passar a conviver com o racionamento, porque o custo do racionamento é mais barato do que o custo de uma obra. Então automaticamente há um suicídio no raciocínio empresarial dessas grandes empresas que ao aumentarem os preços das suas obras estão matando a galinha dos ovos de ouro, porque o País vai achar que é melhor conviver com o racionamento, em essência, não é a qualquer preço que se faz uma construção.

O SR. PRESIDENTE - (David Cheriegate) Deputado Antônio Belinati.

O Sr. Antônio Belinati - Para ceder o horário ao Deputado Rafael Greca.

O SR. PRESIDENTE - (David Cheriegate) Ele já falou. Então passo a palavra ao

Deputado Haroldo Ferreira para utilizar os três minutos que lhe cabe.

O Sr. Haroldo Ferreira - Senhor Presidente em primeiro lugar eu queria agradecer a Vossa presença nesse Parlamento, acho que foi muito importante a sua vinda aqui. Devo dizer que pessoalmente eu estou satisfeito com as colocações com relação ao orçamento e as questões técnicas muito bem levantadas por Vossa Excelência nesta Casa. Mas gostaria de dar um enfoque e vou fazer uma pergunta sobre a questão política. Nós sabemos que desde a denúncia pela Folha de São Paulo sobre a questão da concorrência da Norte Sul, e foi levantado aqui pelo Deputado David Cheriegate as questões das próprias concorrências com o DER com algumas indicações, e chega para nós então a observação que dá a impressão que cartelização na questão da concorrência ela está generalizada e dissimulada desde o Governo Federal a partir da Norte Sul, e segundo indicações do Deputado Cheriegate também no Estado do Paraná no DER.

Eu acho que esta é uma questão política muito importante, e quando foi levantado por Vossa Excelência, também de que a questão de contratar obras sem orçamento existente, e nós estamos vendo que a CPI de Corrupção à nível de Senado tem demonstrado as questões desde o início de Anibal Teixeira assim como de Saulo Ramos e do próprio governo Sarney de liberar uma série de obras sem prévio orçamento, que a CPI da Corrupção está levantando.

Então eu acho que o Paraná uma vez mais e o Governo Álvaro Dias sai à frente de uma questão que é fundamental e está sendo discutido a nível Nacional. Eu acho que essa questão política, todos nós inclusive aqui na Assembléia independente de Partido vamos ter que tomar junto ao Governador Álvaro Dias e porque não junto à COPEL sobre esta questão que vai ser muito importante e pressões enormes virão sobre o Governo do Paraná no momento em que se questiona e desnuda esta questão da cartelização.

Então eu fico com a preocupação da questão política de como nós nos organizamos inclusive em função das grandes pressões que virão e no sentido que nós possamos dar sustentação para que esta questão seja levada avante, uma vez que é um problema muito sério a nível nacional com repercussões em muitos Estados, inclusive possivelmente nos Municípios.

Eu agradeço a sua presença e vejo que a COPEL sai à frente no momento que tem a coragem de enfrentar uma polêmica dessas que não tenho dúvida será muito desgastante para todos nós.

Cumprimento o Presidente da COPEL e

também o Governador Álvaro Dias por ter a coragem política de enfrentar esta questão.

O SR. FRANCISCO GOMIDE - Obrigado Deputado, gostaria de fazer um comentário. Eu agradeço as suas palavras, e pediria a permissão para fazer um comentário sobre a incursão na área política, o que não fizemos até agora: em termos puramente políticos, se o Senhor me permite que eu dê a minha opinião, nós estamos aqui frente a um paradoxo do déficit público. A iniciativa privada não fala que todos os males desse País são causados pelo Governo, que gasta mais do que pode, criando o déficit público, e agora a iniciativa privada quer nos conseguir na justiça a aumentar o déficit público para cem milhões de dólares, numa hora em que nós temos, ou melhor estamos começando folha de pagamento e com a URP do trabalhador.

Politicamente, o Senhor me perdõe, mas é absolutamente indefensável. Então, retiro-me agora do campo político e volto a ficar à disposição dos Senhores para exposições técnicas financeiras.

O SR. PRESIDENTE - (David Cheriegate) Com a palavra o Deputado José Domingos Scarpellini.

O Sr. Domingos Scarpellini - Eu gostaria de perguntar ao ilustre Presidente da COPEL, se foi feito um parâmetro, para a avaliação destes custos, com relação aos preços praticados pelo DER do Paraná nas licitações e nas contratações para feitu-
ras de estradas; e se Vossa Senhoria pudesse nos dar uma explicação, com relação a movimentação do material que é retirado do desvio do leito, e que deve ter um custo diferente do material que é retirado de um outro lugar, para se levantar na estruturação da barragem; uma vez que o material tirado do leito, ele praticamente está em nível ou em desnível de, no máximo entre 10 e 13%.

É o material retirado das encostas, ele está muitas vezes, sempre se trabalha com ele, e inclusive há mais de 20% de desnível.

Eu gostaria que Vossa Excelência me desse essas explicações.

O SR. FRANCISCO GOMIDE - Pois, não. Nós não entramos, nós não fizemos especificamente comparações com os preços do DER, porque nós achamos que seria um exercício, cujo resultado poderia ser compensado devido ao caráter específico de obras hidrelétricas; não havendo numa barragem algo tecnicamente muito mais sofisticado do que um adendo de uma estrada. Quer dizer podemos dizer que numa estrada aparece

uma barragem, mas uma barragem de 340 metros de altura, tem problemas técnicos, que faria os preços do DER não serem como se fala. Mas, eu digo e acato a sugestão do Deputado, para identificar este aspecto.

Quanto a maior distância de transporte da escavação no desvio, veja Deputado, quando nós queremos produzir um teto máximo, nós achamos que já estamos com um teto máximo até muito alto, pusemos 10% de segurança nas obras do desvio. Usamos os parâmetros de Chingó e Nova Ponte de tão altas distâncias tão muito altas. E eventualmente, nós poderíamos introduzir um fator para levar em consideração a maior distância de transporte; e se esse percentual é muito pequeno, mesmo porque o maior efeito que nós nos consideramos credores, nós não estamos pleiteando que é uma economia de escala.

O Senhor compreende que a atual revolta é 5 vezes maior do que o desvio. Se vocês me permitem, mais um exemplo prosaico, quando eu vou comprar 4 garrafas de coca-cola, eu compro no bar da esquina, e quando eu quero comprar 2 dúzias, eu vou comprar no fornecedor.

Quer dizer, na hora em que nós usamos os preços do desvio, para remunerar os custos de uma obra 4 vezes maior, nós queremos obter um ganho, na economia de escala.

O SR. PRESIDENTE - (David Cheriegate) Com a palavra o Senhor Deputado José Felinto.

O SR. JOSÉ FELINTO - Primeiramente eu quero parabenizar o Presidente da COPEL pela firmeza, pela clareza e baseado na explanação algumas perguntas que eu tinha ficaram prejudicadas. Mas, eu gostaria de saber do Presidente da COPEL: os prejuízos causados pela decorrência da ação na justiça à COPEL, o que pretende fazer a COPEL? Se a COPEL assumirá estes prejuízos ou se cobrará da empresa, da casa, judicialmente. Era isto.

O SR. FRANCISCO GOMIDE - Nós temos declarado que vamos pedir indenização, porque achamos que o setor público tem sido sempre autuado, está sempre na defensiva e está sempre sendo prejudicado sem fazer valer os seus direitos também. Nós achamos por encerrado este episódio, materializadas as perdas e os prejuízos infringidos à COPEL, nós vamos acionar.

O SR. PRESIDENTE - (David Cheriegate) Eu passo a palavra ao Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Pre-

sidente desta Comissão, Senhor Presidente da COPEL.

O empresário Antonio Ermírio, na "Folha de São Paulo" de hoje, ante uma pergunta a respeito do que se discute na Constituinte neste momento sobre o conceito de empresa nacional, respondeu, deu a sua posição: "Nós não podemos ser xenóforos, eu sou contra o capital estrangeiro, quando ele traz 10% de capital de risco e 90% de capital emprestado, "me parece que isto é uma constatação do Ilustre empresário. "Isto precisa acabar. De cobrança de dívida nós estamos lotados, então é preciso que a empresa estrangeira venha para o Brasil com capital próprio. Se amanhã eu for para o Mato Grosso, mas chego lá e peço dinheiro emprestado ao Banco do Brasil, peço subsídios ao Estado, peço favores especiais, então eu não estou dando nada para o Mato Grosso ..." Parece-me que aí aludia à questão do déficit público. " ... eu estou sendo apenas um oportunista, não estou levando nenhuma vantagem para o Estado. Então, a mesma coisa é com o capital estrangeiro."

Isto não é palavra de Marx é de um empresário nacional, Antonio Ermírio de Moraes. Não é do Bakunin ou não é também, para citar, o Ilustre nacional, Luis Carlos Prestes.

Muito bem, a minha pergunta, a partir disso, vale as constatações do empresário, é no seguinte sentido: se a COPEL descarta a possibilidade de abrir concorrência internacional, tendo em vista que há uma proposta de um consórcio nacional e, em descartando a concorrência internacional, como se vai viabilizar esta proposta do consórcio nacional. Se é através de nova concorrência, qual é a mecânica e a sistemática que nós vamos usar para que isto ocorra? E esta minha pergunta tem uma preocupação: está em jogo aí cem milhões de dólares, a questão, então, não é pura e simplesmente de se discutir na Justiça se há um direito líquido certo quanto às teses e teorias do direito administrativo, se na verdade a COPEL não dimensionou o seu orçamento e há este furo de cem milhões. Nada disso! Eu acho que aí a questão é muito maior. Parece-me que a premissa do interesse público está acima de qualquer outra questão. Cento e trinta e oito milhões de dólares foi o programa do "click" rural do Paraná, se não me engano é em torno desses números. O Governador Alvaro Dias está aí pleiteando duzentos milhões de dólares para implantar o Paraná Rural. Então esta questão, que eu levanto, da possibilidade da concorrência internacional, a partir da constatação que faz o empresário Ermírio, eu não vejo porque não se consultar, mas se há a possibilidade de excluir os internacionais da

participação ...

O SR. PRESIDENTE - (David Cheriegate) Eu comunico ao Deputado Nereu Carlos Massignan que o seu tempo está encerrado e lhe concedo um minuto para conclusão da sua pergunta.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Então, dentro desse meu raciocínio, de que eu excluo a participação internacional, mas gostaria que o presidente nos desse alternativas de que a questão pudesse ser resolvida por empresários nacionais, porém colocando como premissa o interesse público.

O SR. FRANCISCO GOMIDE - Nós temos a certeza que numa concorrência internacional, os valores, os resultados da concorrência seriam bem inferiores a 170 milhões de dólares, digamos 130. Essa diferença é o tanto que a sociedade brasileira e o consumidor de energia elétrica estão dispostos a pagar para prestigiar a indústria nacional, mais do que isto não tem cabimento, em havendo propostas dentro desse parâmetro, efetivamente não há porque contemplar a solução internacional.

Basicamente, o nosso raciocínio daqui em diante tem que ser um raciocínio de benefício e custo, olhando o problema do prejuízo causado pelo atraso. Basicamente, daqui em diante nós temos que racionalizar a importância do cronograma.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Gostaria de saber se a alternativa nacionalista então ela é viável.

O SR. FRANCISCO GOMIDE - É viável
(vozes sobrepostas).

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Através de nova concorrência?

O SR. FRANCISCO GOMIDE - A maneira como fazer isto é pouco complicada, porque nós temos que verificar se as empresas que estão circulando, efetivamente, têm condições de fazer a obra.

Nós fizemos pré-qualificações que eram bastante indulgentes e que terminaram se restringindo a um número pequeno de grandes empresas, que resultaram em grandes figurantes na medida em que nas empresas de tamanho médio começa haver um avaliação de riscos maiores que correremos.

O SR. PRESIDENTE (David Cheriegate) - Com a palavra o Deputado Valderi Mendes Vilela.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Senhor Presidente, gostaria inicialmente de cum-

primentá-lo pela sua vinda a esta Casa de Leis e queremos estar sempre na defesa dos interesses do público paranaense.

Senhor Presidente, o Senhor, é informação sua e nós sabemos que a COPEL possui um quadro de funcionários altamente abalizado, altamente credenciado, um nível altíssimo.

Já houve, Senhor Presidente, algum erro na avaliação de alguma concorrência pública, para se estabelecer esse teto, alguma vez no passado a COPEL já teve que reformular a sua própria avaliação? Esta é uma pergunta que eu gostaria de fazer a Vossa Senhoria.

Depois a outra, nós sabemos, falando em concorrência pública, em licitação, em modalidade de concorrência pública, nós sabemos que o Senhor não se nega em falar com as empresas, que o Senhor tem procurado sempre dentro do seu trabalho o interesse público e as vezes modifica, cancela licitações ou até deixa as vezes de praticar licitações.

Senhor Presidente, em 1984, o Senhor ocupando o cargo de Diretor Administrativo Financeiro da COPEL, autorizou a compra de peças de reatores no valor em cruzeiros na época, de um bilhão, trezentos e oitenta e três milhões de cruzeiros.

Nós temos um memorando da sua autorização e sabemos que outra empresa ...

O SR. CÂNDIDO BASTOS - (Pela Ordem) Foi convencido, desde o início deste encontro que as perguntas e as respostas seriam exclusivamente com relação a convocação do Senhor Presidente da COPEL e a sua pergunta, me perdoe não está dentro ...

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem)

Eu gostaria de dizer que a minha pergunta está dentro da ordem, porque se refere a concorrência pública, portanto eu só quero um parâmetro em benefício da COPEL e do próprio Estado do Paraná. Veja bem, Deputado Cândido Bastos, que não tem nada a ver, eu gostaria apenas de ouvir do Presidente, porque ele sabe e ouvir a sua resposta, se a Mesa houver por bem indeferir a minha pergunta eu aceito, dizer que ela não tem nada em relação a matéria, é um absurdo.

Era isso, Senhor Presidente, o Senhor entendeu a minha pergunta.

O SR. PAULO FURIATTI - ...Questão de Ordem, Senhor Presidente. (Assentimento) - Parece-me que depois de feita uma pergunta deste nível, há que ser respondida, porque nós estamos aqui afinal de contas para que as coisas sejam esclarecidas e não me parece que seja adequado.

Eu apenas pediria à Presidência que

voltasse a reiterar que os assuntos se restringissem ao assunto da convocação, porque depois de levantada uma pergunta dessa, é impossível não responder.

E, para concluir, é claro que nós sabemos todos os artifícios num debate como este, aonde as pessoas querem chegar, que lado as pessoas estão, quais são as suas alternativas e os seus posicionamentos, mas é justo que haja essa resposta.

O SR. PRESIDENTE - Eu pergunto ao Presidente se o Presidente aceitaria responder a pergunta do Deputado Valderi Vilela.

O SR. FRANCISCO GOMIDE - Com muito prazer.

A primeira parte da pergunta: se já houve erro eu devo confessar ao Deputado que da minha lembrança, erro em avaliação de tetos em concorrência na COPEL eu não tenho notícia, mas eu lhe garanto que se erro houvesse nós admitiríamos o erro sem o menor problema. Não há nenhuma vergonha.

Eu sou professor universitário há dezoito anos, várias vezes em aula cometi erros de conta no quadro negro e acho que isto não é desabonador, mas certamente se tivéssemos algum erro reconheceríamos imediatamente, mas não tenho notícias.

Agora, a segunda parte sobre uma concorrência de reatores eu acho que ela é apropriada no atual contexto, porque nós entendemos que, há pouco eu respondi ao Deputado Rafael Greca de Macedo que revogação e lutar pelo interesse do consumidor é assunto de rotina na COPEL.

Nós fazemos isso no dia-a-dia, nós revogamos concorrência, nós não nos conformamos com sobrepreços e esse caso que o Senhor está lembrando é algo que aconteceu, ocorreu há muitos anos atrás, onde o mercado estava dominado por uma empresa e nós entendemos, tem até um departamento dentro da COPEL que tem a obrigação, dentro do regulamento interno de desenvolver fornecedores.

Nós começamos a montar reatores num galpão do nosso suprimento, lá no Atuba, e até alguns menores infratores, no nosso convênio de amparo ao menor, montavam os reatores e nós acomodávamos os custos e descobrimos que estávamos fazendo três vezes no item reator. Então, nós fomos desenvolver um fornecedor que trabalhando em vez de nós estatizarmos a economia fazendo reatores dentro do galpão no Atuba, no suprimento da COPEL, essa empresa começou a fabricar reatores e vendeu por 40% ou 50% do preço estabelecido por aquele cartel.

Por isso que eu tenho que dizer que a palavra cartel tem que ser usada com muito cuidado, porque há caracterizações e elas se desarranjam e nós entendemos que é nossa

missão ficar desequilibrando eventuais caracterizações.

Isto é um das dezenas de exemplos que eu posso lhe dar.

O Sr. Valderi Vilela - Pela Ordem, Senhor Presidente, peço a palavra. (Assentimento) - Senhor Presidente, para provar que a minha pergunta não tem nada a ver, eu gostaria que registrasse em Ata o agradecimento especial pela resposta para solucionar uma pergunta minha que como Deputado eu tenho o direito de fazer.

O SR. CÂNDIDO BASTOS - Senhor Presidente, Pela Ordem. (Assentimento).

Eu apenas quero declarar que não é no sentido de tolher o seu direito de fazer a pergunta. Apenas porque foi convencional desde o início desta reunião que seriam as perguntas e as respostas atinentes a convocação específica.

Eu tenho certeza que a COPEL e o Senhor Presidente tão prazerosamente respondeu a vossa pergunta, mas que está fora da pauta está.

O SR. PRESIDENTE - A Mesa defere e fará registrar na Ata.

Pela ordem de inscrição passo a palavra a Deputado Basílio Zanusso.

O Sr. Basílio Zanusso - Senhor Presidente, a Assembléia Legislativa votou ano passado Mensagem do Senhor Governador do Estado, autorizando a COPEL a contrair empréstimos de 700 milhões de dólares, sendo que 100 milhões deles seriam destinados para as obras (inaudível devido a pergunta ter sido feita em voz baixa, sem som) e 600 milhões para a obra de Segredo.

Pergunto a Vossa Senhoria esses 600 milhões de dólares, quanto foi negociado? Quanto a COPEL ou o Governo do Estado obteve com as promessas de empréstimos? Se algum empréstimo, se alguma liberação em dólares ou em cruzados, esse dinheiro o que é que foi dele aplicado? Onde está? Porque considerando a imparcialidade das obras...

O SR. FRANCISCO GOMIDE - Pois não, Deputado. Na verdade este valor é a autorização que a Assembléia deu ao Governo do Estado para avaliar a COPEL, não é um empréstimo à COPEL. Significa que a COPEL vai às Centrais Elétricas Brasileiras, ELETROBRÁS, tem um contrato, onde o Governo do Estado é avalista. Então, a Assembléia aprovou o direito do Governador avaliar a COPEL.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Perfeitamente. O Estado é o responsável da COPEL.

O SR. FRANCISCO GOMIDE - Exatamente. Então, o Estado sendo o responsável, ele foi o nosso avalista no contrato com a ELETROBRÁS; ele será o nosso avalista no contrato com o BID em vias de ser assinado, e estamos negociando um contrato com o BID que é de 125 milhões de dólares; o Governo do Estado será o nosso avalista no financiamento do BNDES, através da agência FINAME. Então, a composição do Orçamento eu pediria a permissão para eu ler aqui:

Financiamentos: FND - Fundo Nacional de Desenvolvimento: 101 milhões de dólares; FINAME: 86 milhões de dólares; ELETROBRÁS com encargos refinanciados: 226 milhões de dólares; BID: 125 milhões de dólares.

Desse total de 886 milhões, que é o Orçamento da COPEL e que é o Orçamento dentro da qual está embutido 180 milhões como máximo para obras civis. A única parte em dólares é do BID, Deputado. Há um mal hábito nosso em falarmos em um orçamento de 886 milhões de dólares, quando na verdade tudo é em cruzado, transformado em dólares do BID; o resto: a ELETROBRÁS veio em cruzados; BNDES é em cruzados; FND é em cruzados.

O SR. PRESIDENTE (David Cheriegate) - Pela ordem de inscrição, eu passo a palavra ao Deputado Homero Oguido.

O SR. HOMERO OGUIDO - Eu vou declinar por que ele já respondeu ao Deputado He-reu.

O SR. PRESIDENTE (David Cheriegate) - Pela ordem de inscrição ainda, o Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente, o uso da palavra que nós fazemos é de apelar, e nós ouvimos atentamente o Senhor Presidente da COPEL, um apelo paranaista e nacionalista no sentido de que Vossa Excelência se empenhe e evite uma concorrência internacional para a construção de Segredo e para lembrar que uma obra de vulto de Segredo vai favorecer a nossa tecnologia nacional e vai criar empregos locais. E não é demais, Senhores Deputados, Senhores convidados, lembrar que a tecnologia de construção civil do Brasil tem sido reconhecida nos mais diversos quadrantes do mundo: no Iraque onde está a brasileira Mendes Júnior; na Venezuela onde está outra empreiteira brasileira Camargo Correia; na Argentina outra brasileira a Norberto Odebrecht; na Índia, uma empreiteira ligada à família do nosso ilustre líder Rafael Greca, a empreiteira de Olívio Greca Neto, e tantas outras empreiteiras do Brasil que têm se destacado fora do Brasil.

Por isso, Senhor Presidente da COPEL, nós queremos até nesta manhã fazer um apelo ao Governador e também ao Presidente da COPEL, quem sabe até com a mediação desta Assembléia Legislativa no sentido de que não cessem os entendimentos com as empreiteiras locais. A nossa grande preocupação, se houver uma porta, uma luz, que nos conduza a um bom entendimento com a empreiteira local, nós entendemos que isso trará grandes benefícios para a tecnologia brasileira, e muito especialmente do Paraná.

Então, eu quero indagar, concluindo, se Vossa Excelência considera fechado o diálogo com a empreiteira local, ou se estaria disposto ainda com intermediação de todos o interessados no bom desenvolvimento do Paraná de sentar a uma Mesa, de manter o diálogo, o entendimento, e quem sabe até chegar a uma solução que corresponda à expectativa de todos?

Vossa Excelência está fechado a esse diálogo, está aberto, é possível ainda esse entendimento?

O SR. FRANCISCO GOMIDE - São duas questões diferentes: uma é o direito da COPEL revogar esta concorrência - isso está na justiça e isso viemos discutir, e um eventual insucesso do Poder Público nessa questão que traga um futuro muito sombrio para o Paraná e para o Brasil. O direito da revogação não pode ser contestado, essa é a nossa tese central e tem muito a ver com o futuro do nosso Estado. Uma segunda etapa é como resolver a questão criada. Eu acho louvável o conselho do Deputado Belinati e vamos levar em consideração, nós com muito constrangimento, contemplamos a alternativa de concorrentes internacionais e fazemos isso por lealdade ao Governador do Paraná que nos honrou com a escolha para presidir a COPEL. Nós entendemos que nas nossas análises nós temos que ser exaustivos, como é a nossa oportunidade, é a nossa possibilidade nós levamos ao Governador a possibilidade de contemplar concorrência internacional como solução.

Mas hoje venho com certo alívio na medida que trago aos Senhores Deputados a informação que ontem demos ao Governador de que há empresários paranaenses que apresentaram uma proposta firme e fechada na COPEL em data de ontem. Não poderia ser mais agradável a notícia. São paranaenses e são brasileiros.

O SR. RAFAEL GRECA - Não julga Vossa Excelência que o princípio da concorrência, ou seja, o princípio do segredo do preço apareceu a partir dessa celebração toda rompe de uma certa forma a lei de licitações, a conclusão da licitação não fica prejudicada no caso de proposta nova?

O SR. FRANCISCO GOMIDE - Essa é uma concorrência atípica no sentido de que havia o teto e os preços da COPEL foram claramente expostos e a proposta que nós temos é que acha razoável o orçamento da COPEL, portanto não estamos discutindo praticamente um fato novo, nós estamos discutindo que publicidade foi dada por força do próprio edital. Agora, quando se revoga uma concorrência ela não existe mais, este é um ponto importante, inexiste qualquer resquício de direito adquirido dos participantes de uma concorrência revogada. E eu peço permissão para mais uma vez citar o Prof. Eli Lopes Meirelles, "ele declara que revogação decorre de uma conveniência administrativa superveniente de não mais realizar o objeto da licitação ou realizá-lo de maneira diversa do que diz o edital".

Agora, definitivamente temos que realizar esta obra de maneira diversa do que diz o edital. É um novo assunto e nós estamos muito interessados em distinguir essas duas questões.

O SR. RAFAEL GRECA - Não vai se abrir uma nova concorrência?

O SR. FRANCISCO GOMIDE - Mas com novo edital.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Vamos supor, imaginar que a justiça dê ganho de causa à CR.Almeida. O Estado, compulsoriamente pela decisão judicial terá que conceder, adjudicar essa obra à CR.Almeida ou se vai discutir em perdas e danos?

O SR. FRANCISCO GOMIDE - Aliás essa é uma pergunta muito interessante porque realmente não se entende o que é que se tem aqui por objetivo. O que está sendo discutido na justiça é o direito de revogar ou não revogar. É óbvio que temos o direito de revogar, mas imaginemos que assim não entenda a Justiça Federal. Daí nós não temos o direito de revogar, daí nós contrariando o que diz a exposição de motivos do Decreto 2300 que mais uma vez tomo a liberdade para ler:

"O licitante não pode em ocorrendo motivo de interesse público, compelir a administração a prosseguir ou a completar o procedimento licitatório." Este pode ser revogado a qualquer tempo ou em qualquer parte".

Imaginando que não entenda assim o juiz, daí a concorrência não sendo revogada nós estamos compelidos a continuar o julgamento. O que significa continuar o julgamento, significa constatar que efetivamente o item que não invocamos ainda - de teto - foi desrespeitado e desclassificar as propostas. Daí, o que significa

que caso a C.R. Almeida fará. Provavelmente entra novamente na Justiça contestando o nosso direito de desclassificar. E daí vamos ficar discutindo e infringindo um brutal prejuízo para o Estado, para a economia do Estado. É mais um caso de interesse público se subordinando ao interesse particular e empresarial. Mas, vamos discutir o nosso direito de desclassificar que também é líquido e certo.

Imaginemos que não sejamos felizes na defesa também desse direito, daí resta à empresa receber um comunicado nosso de que não vamos contratá-la porque não podemos ferir o Art. 6º do Decreto-Lei 2.300 por falta de recursos. É ilegal na contratação.

Então seria uma concorrente que não produziria um contrato. Meses e meses, muito trabalho, muitas horas de trabalho vão ser desperdiçados até se chegar a esta conclusão, inflindo um brutal prejuízo para o Estado do Paraná para o consumidor de energia elétrica só por uns atrasos que estão havendo.

É por isso que eu tenho certeza de que o Juiz dará uma sentença favorável.

O SR. NEREU MASSIGNAN - A C.R. Almeida está discutindo não o teto, mas o direito?

O SR. FRANCISCO GOMIDE - Está discutindo o direito.

O SR. PRESIDENTE (David Cheriegate) - Encerrada a fase de perguntas, porque todos os inscritos tiveram oportunidade de colocar aqui as suas indagações, nós gostaríamos de dizer ainda aos Deputados que se sentiram prejudicados e queiram ainda encaminhar alguma pergunta ao Presidente da COPEL, poderiam fazê-la por escrito. E, com a aquiescência do Senhor Presidente, ele poderá responder por escrito às indagações. Em nome dos componentes das Comissões de Finanças e de Transporte e Obras Públicas da Assembléia Legislativa do Paraná e também dos demais Senhores Deputados que tiveram a participação nesta reunião, nós queremos agradecer, também, a presença do ilustre Professor Francisco Gomide - Presidente da Companhia de Energia Elétrica do Estado do Paraná -, e também aos demais membros da diretoria da COPEL aqui presentes e também de toda a equipe da COPEL, equipe de assessores da COPEL do Paraná, e nada mais havendo a tratar, nós... se o ilustre Presidente quiser colocar ainda mais alguma coisa?

O SR. FRANCISCO GOMIDE - Agradecemos o convite que nos dá essa oportunidade valiosa. Eu gostaria de comentar com os Senhores Deputados que o Governo Álvaro

Dias e a COPEL têm recebido um número enorme de manifestações de fora do Estado. Essa questão já passou para fora das fronteiras do Paraná. Nós temos relacionado aqui, entre os documentos que vamos entregar, uma série de Associações, Empresas, pessoas jurídicas que estão apoiando a COPEL e o Governo do Paraná nesta questão.

Nós vamos levar essa discussão contra a nossa vontade porque somos convocados e para outros Estados em Sindicatos de Engenheiros, em Institutos de Engenharia, em Clubes de Engenharia, porque este assunto foi percebido pela Engenharia Nacional, porque é um assunto de vital importância para o País. E quem está discutindo esse assunto hoje é o mesmo grupo de Engenheiros corajosos que há cinco anos atrás deu um basta ao Programa Nuclear do Brasil. Este é o grupo que está discutindo isto no ambiente brasileiro, carioca, paulista e em Brasília. Então o assunto não está mais no Estado do Paraná e é muito importante que a nível local nós tenhamos uma posição clara dos Senhores Deputados e das classes de Engenharia locais que já se manifestaram. Eu pediria também uma especial atenção dos senhores para que nos dessem uma oportunidade para uma eventual réplica ao que for acrescentado aqui, amanhã, pela C.R. Almeida.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Senhor Presidente, eu tenho um requerimento para formular. Eu gostaria que o Senhor Presidente da Comissão repassasse aos Senhores Deputados o documento que o Senhor Presidente da COPEL vai deixar para a Comissão para que nós tenhamos acesso às informações passadas.

O SR. PRESIDENTE (David Cheriegate) - A Mesa, para agilizar, passará a todos os membros e aos Senhores Deputados.

O SR. RAFAEL GRECA - Eu quero e gostaria de fazer um requerimento, com base no que o Presidente da COPEL formulou, de ele ter direito a uma eventual réplica ao que o Presidente da CRASA apresentar, no sentido de que se assim julgar conveniente o Presidente da COPEL, que também seja concedido uma tréplica ao Presidente da CRASA. Imagino que deva haver mais uma Sessão para debates e confrontação entre as duas partes, se as duas partes julgarem conveniente.

O SR. PRESIDENTE (David Cheriegate) - A Mesa entrará em entendimento com as duas partes.

Agradeço a presença do ilustre Presidente e dos Membros da imprensa, que cobriram essa reunião, nada mais havendo a

tratar, declaro encerrada a presente Sessão, em conjunto, convocando outra para amanhã, às 9:00 horas, para ouvirmos o representante da CRASA.

Levanta-se a sessão.

**COMISSÃO DE FINANÇAS E OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES**

**11.^a LEGISLATURA- 2.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 4.^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
DA COMISSÃO DE FINANÇAS
ATA DA 2.^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
DA COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES
E COMUNICAÇÕES.**

Aos vinte e sete dias do mês de abril de um mil novecentos e oitenta e oito, às 09:00 horas, reuniram-se no pequeno Plenário Deputado Luiz Gabriel Sampaio, extraordinariamente, as Comissões de Finanças e Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob a Presidência do Senhor Deputado Kielse Crisóstomo, mais as presenças dos seguintes Senhores Deputados, pela Comissão de Finanças: Alexandre Ceranto, Cândido Bastos, José Afonso, Homero Oguido e Rafael Greca de Macedo; pela Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações: Acyr Mezzadri, Algaci Túlio, Artagão de Mattos Leão, David Cheriegate, Djalma de Almeida Cesar e Hermas Brandão, e ainda os seguintes Senhores Deputados: Anibal Khan, Antônio Amibelli, Antônio Belinati, Antônio Costenaro, Basílio Zanusso, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, José Domingos Scarpellini, José Felinto, Nereu Massignan, Nestor Baptista, Pedro Tonelli, Paulo Furiatti e Raul Lopes. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, passando a palavra ao Senhor Henrique do Rego Almeida, Vice-Presidente da C.R. Almeida S.A., e seus assessores, Senhores Reinaldo Coimbra Belich e Luiz Alberto Machado, que passaram a expor detalhadamente aos Senhores Deputados, esclarecimentos sobre o processo de participação desta Empreiteira, que venceu a Concorrência Pública para a construção de Obras da Usina Hidrelétrica de Segredo. Cabendo ao Senhor Henrique do Rego Almeida a apresentação do Senhor Reinaldo Coimbra Belich para expor bem como responder as perguntas referentes à parte Técnica, e o Senhor Luiz Alberto Machado responsável pela exposição da parte jurídica, bem como suas respectivas respostas, formuladas pelos Senhores Deputados: David Cheriegate, Rafael Greca de Macedo, Cândido Bastos, José Afonso, Paulo Furiatti, José Domingos Scarpellini, Pedro Tonelli, José Felinto, Nereu Massignan, conforme notas taquigráficas em anexo, devidamente numeradas na sequência dos debates. Feito o questiona-

mento pelos Senhores Deputados, e obtidas as respostas, o Senhor Deputado Kielse Crisóstomo, Presidente desta reunião, pede a palavra comunicando ter nomeado quatro relatores, Deputados: Acyr Mezzadri, David Cheriegate, José Afonso e Rafael Greca de Macedo, para apresentarem um trabalho coletivo na quarta-feira, dia 04.05.88, às 09:00 horas, em caráter interno, para que as Comissões conjuntas, de Finanças e Obras Públicas, Transportes e Comunicações visem discutir e apreciar primariamente as declarações dos relatores. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, para que os mesmos produzam os efeitos legais, laurei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados membros das Comissões em questão e por mim Wilson Penka, que secretariei a presente reunião.

(aa) KIELSE CRISÓSTOMO

Presidente da Comissão de Finanças
DAVID CHERIEGATE
Vice-Presidente da Comissão
de Obras Públicas, Transportes e
Comunicações
WILSON PENKA
Secretário.

**SESSÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES TÉCNICAS
DE FINANÇAS E DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES**

O SR. PRESIDENTE- Havendo número legal e sob a proteção de Deus, declaro aberta a presente Sessão conjunta das Comissões Técnicas e Permanente de Finanças e de Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Na presente Sessão, o Senhor Henrique do Rego Almeida, representante da C.R. Almeida S.A., convocado por este Poder Legislativo, exporá aos Senhores Membros das Comissões de Finanças e de Obras Públicas, Transportes e Comunicações e demais Deputados sobre fatos que originaram a aprovação por esta Casa de Leis, de requerimento cujo teor passo a ler:

(Lê requerimento).

Para que possamos nortear os trabalhos, as comissões elaboraram normas que passamos a ler:

I- A Sessão Conjunta será integralmente destinada a arguição do Senhor Representante da C.R. Almeida que só responderá sobre fatos que originaram a sua convocação;

II- Para as considerações iniciais, o Senhor Henrique do Rego Almeida, acompanhado de seus assessores, passa a citar a comunicação feita ao Senhor 1º Secretário.

C.R. ALMEIDA S.A.

Engenharia e Construções

Curitiba, 22 de abril de 1988.

Senhor Deputado.

Tenho a honra, em resposta ao ofício nº 1346/88/DA/CEA/SC, de 21 de abril de 1988, aceitar o convite para comparecer no dia 27 de abril de 1988, às 09:00 horas, perante as Comissões Técnicas de Finanças e de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, a fim de prestar os esclarecimentos solicitados.

Aproveito para indicar os nomes dos Senhores Reinaldo Coimbra Belich, Paulo Celso Gomes de Castro, Fernando Humphrys e Luis Alberto Machado como os Assessores que me acompanharão nesse dia.

Na oportunidade, apresento a Vossa Excelência, os meus protestos de alta estima e distinta consideração.

(a) HENRIQUE DO REGO ALMEIDA
Vice-Presidente

Ao
Excelentíssimo Senhor
Deputado Anibal Khury
Digníssimo Primeiro Secretário da
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Curitiba-Pr.

O SR. PRESIDENTE - que são os seguintes:
(Lê o Ofício).

O SR. PRESIDENTE - então somente para citar os Assessores que terão condições de participar na Assessoria dos debates e que terá o prazo de trinta minutos, prorrogáveis por dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Quielise Crisóstomo da Silva) - ... por mais 10 (dez) minutos.

III - Os Senhores Deputados que desejarem formular perguntas deverão inscrever-se com antecedência na Mesa com o Secretário da Comissão.

IV - Cada Deputado inscrito poderá fazer uso da palavra por 3 (três), improrrogáveis para formular uma ou mais perguntas;

V - Cada Líder, após a fase de perguntas, poderá fazer uso por 5 (cinco) minutos, prorrogáveis por mais 3 (três) minutos, se assim o desejar cada líder, para tecer considerações ou questionar o Senhor Henrique do Rego Almeida;

VI - As demais questões regimentais serão reguladas pelo Regimento Interno da Casa.

Esta Presidente tem a honra de convidar o nosso entrevistado do dia, representante da C.R. Almeida, o Senhor Henrique do Rego Almeida, que, se quiser, poderá participar da Mesa, sentando-se à Mesa, ou então da tribuna como lhe convier.

Com a palavra então o representante da C.R. Almeida.

O SR. HENRIQUE ALMEIDA - Senhoras e Senhores Deputados.

Antes de tudo, eu quero agradecer a esta ilustre Casa na pessoa de cada um dos Senhores, por esta oportunidade. Eu vou insistir nos meus agradecimentos porque foram os Senhores ilustres Deputados os primeiros a nos oferecer o direito de uma explicação, os primeiros a nos estender em espírito democrático que tanta honra esta Casa, o direito de expor os fatos que julgamos abrigar a nossa razão.

Se até agora calamos e ouvimos tudo o que se disse ao nosso respeito com serenidade e calma, é porque confiamos na Justiça, é porque confiamos no bom senso e no discernimento de um foro desta categoria, que tínhamos certeza haveria de nos ouvir. É fácil, e os Senhores sabem disso como ninguém, usar a mídia para denegrir reputações. É muito fácil. É muito fácil usar unilateralmente os canais de comunicação para atingir a respeitabilidade de pessoas e de instituições.

Pois bem. Não somos moleques. Não somos um bando de aventureiros a caça de lucros fáceis. Senhores, nós somos a C.R. Almeida, nós somos uma família, nós somos gente. E acima de tudo, somos gente do Paraná, nossos investimentos estão aqui no Paraná, nossos filhos aqui cumprindo o destino idêntico aos muitos filhos deste nosso Paraná.

Merecíamos um mínimo respeito para que repassássemos esse respeito a todos aqueles que conosco convivem, aos nossos 10 mil funcionários diretos que vêm na C. R. Almeida a fonte de sua subsistência e a fonte de sustentação de suas famílias.

Ora, Senhores, não é justo insultar 10 mil famílias, não é justo constranger mães, crianças só porque seus maridos e seus pais trabalham na C.R. Almeida.

É por isso que estou aqui, Senhores, para levantar esse ultraje, para tentar restabelecer a verdade dos fatos, para tentar chamar à razão aqueles que sucumbiram diante do brilho fácil das câmaras de TV que se desviaram.

Não vou fazer isso sozinho. Estão aqui comigo os nossos colaboradores o Dr. Luiz Alberto Machado e o Dr. Reinaldo Belich. O primeiro abordará a questão do ponto de vista jurídico, e o segundo abordará o enfoque do ponto de vista técnico. Eles têm muito mais a dizer. Eu estou emocionado, estou com um travo de revolta aqui no peito. É por causa desse travo de revolta que eu quero abrir a nossa defesa atacando um fato recente deste episódio.

Ontem, nesta Casa, o Sr. Presidente anunciou um consórcio de três empresas de médio porte que se propôs a construir a segunda etapa da Usina de Segredo pelo

preço-teto por ele estabelecido.

Com licença dos Senhores eu gostaria de acrescentar algumas informações sobre essas empresas citando os seus nomes. A primeira delas, SINODA, uma empresa que participou da concorrência em questão juntamente com a SULTEPE e TONIOLO GUSNELO e foi desclassificada pela COPEL técnica e financeiramente. A segunda, CESBE é nossa consorciada na construção da primeira fase da usina. A CESBE, Senhores, não entrou com um único dinheiro na obra, com um único caminhão, com uma única máquina. A CESBE não está estruturada para construir barragens. E finalmente a DN - é uma empresa e que eu tenho até uma carta aqui na minha mão e vou mostrar aos Senhores que foi endereçada à COPEL na qual a empresa comunica que desiste da concorrência. Aqui está a carta e vou daqui a pouco passar aos Senhores Deputados. E o mais interessante de tudo, a principal razão alegada pela DN para não participar da concorrência X era que os preços praticados pelo mercado estavam em média 70% acima do preço teto estabelecido pelo Presidente da COPEL.

Srs. Deputados, eu agradeço. Porque eu tenho certeza que daqui vai aparecer a verdade. Eu quero encarar novamente os nossos dez mil funcionários. Nós não podemos ser denegridos em televisão, falando de conluio, de conchavos. Isto é uma farsa! A proposta que daqui a pouco o Dr. Vinícios vai mostrar aos senhores, a proposta que foi feita no gabinete é diferente dessa nossa que teve estudo técnico durante 90 dias. Qualquer preço que chame esses empreiteiros lá, pode ser 12, pode ser 15, pode ser 18 eles aceitam. Porém depois nós não sabemos mais nada.

Então, Senhores Deputados, o que eu peço dos senhores é justiça, justiça! Se nós fizemos errado nós queremos ser punidos; mas, se nós fizemos certo eu quero um atestado de que eu estou certo! É isso só, Srs. Deputados. Muito obrigado!

O SR. LUIZ ALBERTO MACHADO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, em primeiro lugar gostaria de fazer uma ressalva, até por formação profissional de direção de ensino, tenho muito respeito pelo poder instituído por ordem jurídica, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

Foram exatamente juristas que conseguiram dividir o poder absolutista nesses três Poderes.

Eu os respeito, até por que leciono, formando um dos Poderes, que é o Poder Judiciário como professor de direito que sou há muitos anos.

O Sr. Presidente da COPEL disse ontem que o item 5.6 permitia à COPEL revogar a concorrência, anular a concorrência, fazer

o que quisesse com a concorrência.

Diz o item 5.6 "A COPEL exerce o direito de anular, revogar ou transferir essa concorrência em qualquer fase que se encontra sem que caiba a qualquer proponente o direito a reclamação ou indenização". É desde logo visível a nulidade desse item, por força do que dispõe o Decreto-Lei 2.300, Art. 39, parágrafo 1º. A Lei determina que "a administração poderá revogar a licitação por interesse público, devendo anular por ilegalidade de ofício ou mediante provocação de terceiros. A anulação de procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar". Portanto, a revogação gera a obrigação de indenizar. E a disposição que diz que não cabe indenização é uma disposição contra a Lei e, portanto, nula. E nula esta disposição, nulo este dispositivo é absolutamente imprestável. A COPEL não poderia realmente usar isto!

Quem fala que por ser nulo é inaproveitável além do autor citado, sem conhecimento pelo Presidente da COPEL, e não tem obrigação de conhecer Eli Lopes Meireles, e ainda já o Jurista chamado Miguel Cepa Fagundes - uma figura fantástica do Direito -, em seu livro "Ontológico" "O controle do ato administrativo pelo Poder Judiciário, além de dizer que administrar é aplicar a Lei de ofício - e a COPEL tinha a obrigação de não inserir essa cláusula nula ou de declarar a sua nulidade, ele diz que do nulo absolutamente não gera direito.

Portanto, nulo, não gera direito para a COPEL. Esse item 5.6 não pode ser chamado tabulação porque não vai abrir mão.

Bom, em relação ao item 5.4 que é de igual hierarquia, segundo ele, como se alguma coisa de hierarquia pudesse ser falado aqui e que poderia ser desclassificada as propostas comerciais, tanto pela existência de conluio ou como pela inflação ao preço teto. Na verdade o preço teto é nulo e não inexequível como ficaria demonstrado. E o Decreto-Lei, o mesmo Decreto-Lei que ele afronta aí de tal forma como se o conhecesse serão desclassificadas as propostas manifestamente inexequíveis. O preço teto inexequível é nulo e, por ser nulo, não pode ser atendido. Mas não é nulo só por isto. É nulo por confronto à técnica do edital. Este edital que dispõe no artigo 5.2: que a presente licitação é do tipo técnica e preço, sendo considerado vencedor o proponente que atendendo as condições estabelecidas apresente proposta técnica aceitável e proposta comercial de menor preço não pode ter preço teto. E o ilustre Professor de Engenharia, que preside a COPEL, que pretendeu citar Lopes Meireles, não conhece o autor. Ele esqueceu de citar a mesma edição de um mesmo

livro quando diz assim: concorrência de técnica e preço. Concorrência de técnica e preço é aquela em que se combina técnica e preço e termina, conjugam-se os dois fatores sem limite de preço. E esta concorrência é de técnica e de preço. Portanto, para se aceitar o limite, tem que aceitar como um todo, sem limite de preço. O preço teto é nulo, por confronto com o tipo de licitação. A lei não permite que a COPEL crie, porque a Lei fixa no artigo 37, parágrafo 2º: "para os efeitos deste artigo constituem-se tipos de licitação a de menor preço, a de melhor técnica, a de técnica e preço, a de preço base. Então a COPEL não poderia inventar um novo tipo de licitação de técnica e preço com preço teto. E o autor, tão festejado pelo Presidente, que não leu o livro, - não tem obrigação de fazê-lo, mas devia ter a obrigação de não citá-lo, disse que não pode ter preço teto.

Mas além destes, há pareceres. O Professor Adilson de Abreu Dallari, o Professor Geraldo Ataliba, fulminam esta cláusula do edital dizendo que absolutamente, não pode haver em relação à concorrência de técnica e preço, preço teto. Se não há preço teto o que aconteceu em relação a isto juridicamente? Tinha que ser obedecido. Não se pode obedecer uma norma nula. A administração, diz o Supremo Tribunal Federal, tem a obrigação, é o dever-poder de declarar a nulidade de seus atos. E este ato nulo de se colocar um regime de preço em relação à concorrência de técnica e preço, que deve ter sido feita até pelos advogados da Copel e portanto tiveram um sistema, toda a lei tem um sistema, mas depois o Presidente resolveu criar o caso de uma proposta num edital criando um limite de preço. Por quê?

Porque na verdade sabendo que este preço era inexecutível, como ficará demonstrado de que o que se quis foi fazer uma simulação de licitação, o que se quis foi criar este falso dilema que se coloca para os Poderes constituídos que respeitamos muito, a tal ponto que evitamos os debates públicos a respeito disto.

Vossas Excelências são testemunhas que a empresa se manteve com a maior lisura, e se há alguma divergência entre diretorias da empresa, é porque embora uma empresa privada, ela atua democraticamente, sem o despotismo, sem autoritarismo.

Disse o Presidente que houve um desrespeito ao Poder Judiciário quando desrespeitosamente o Machado, o Toscano e o Pilatti disseram que ele havia dito que as empresas estrangeiras não teriam o teto. Não houve desrespeito nenhum. Foi o "Correio de Notícias" numa longa entrevista no dia 30 de março que disse que ele ia abrir a concorrência estrangeira, porque os cem

milhões de dólares que ele ia necessitar seriam trazidos pelo Banco Mundial através desta concorrência estrangeira. Não foi invenção. Está na imprensa. Agora, se os senhores notarem, o Presidente a cada dia muda sua posição. Cada dia ele tem uma faceta diferente. É a técnica (ininteligível) da grande mentira, mentir sempre, mentir grande, mentir constantemente, para ver se transforma a mentira em verdade.

Na verdade o que estamos discutindo não é preço no mandado de segurança. Não o poder da Copel, de uma administração pública, revogar o seu ato, mas sim é o desvio de poder deste ato constituído. A administração pública pode revogar os seus atos, desde que não altere o direito dos objetivos criados. Mas a administração pública não pode utilizar um instituto jurídico por outro. Se ele tinha o dever de desclassificar e não o fez porque não tinha condições de provar a exequibilidade de seu preço, ou a existência de um cartel, ele não podia revogar a concorrência depois de sua fase de iniciação.

É também Dalmo de Abreu Dallari e Geraldo Atila que dizem isso, nos seus pareceres. Se V. Exas., quiserem poderão ficar com cópia para o seu conhecimento.

Então, nós não estamos discutindo o poder de revogar da Administração Pública. Revogar com fundamento, revogar motivadamente, revogar sem desvio de poder. O que nós estamos discutindo é que esta revogação específica, pelo arbítrio, pelo despotismo, pela mentira constituem um desvio de poder.

Vejam V. Exas., que revogada a licitação em 24 e 25 de março, o mandado de segurança só deu entrada no dia 05 de abril. Porque no dia 30 de março o Presidente mostrou que o seu objetivo não era revogar a licitação, não era estudar tentativas técnicas, financeiras e econômicas. Era, sim, desclassificar a CR Almeida, punir a CR Almeida, através do instituto da revogação, que é o instituto que representa a validade de uma licitação, e apenas o desinteresse na continuação do objeto da obra, como ele citou ontem, ou a sua modificação.

Esqueceu-se o ilustre Presidente de continuar a leitura de Hely Lopes Meirelles, que diz: "Em ambos os casos da revogação da anulação, exige-se justa causa. Ou seja, na primeira hipótese, há indicação do interesse público na revogação". Não basta dizer que o interesse público quer. Isto é nada. Em Direito Penal nós ensinamos que quando o Promotor faz uma denúncia e cita o tipo penal, ele comete uma inépcia de denúncia, porque ele tem que descrever o fato que compõe aquele ti-

po.

Dizer se é interesse público é dizer o nada. É preciso se mostrar qual o interesse público que se sobressai neste tipo. Qual o fato concreto que representa o interesse público. E por este desvio de poder, por esta falta de motivação, é que nós impetramos mandado de segurança. Não vamos discutir o mandado de segurança. Nós temos respeito pelo Poder Judiciário. Nós temos respeito pelo Poder Legislativo, porque eu ensino leis. Nós temos respeito pelo Poder Executivo porque não fomos responder no mesmo tom, com a mesma medida e a mesma intensidade, as aleivosias, as mentiras e os assaques passados pelo Presidente da COPEL.

Finalmente, ele fala numa proposta séria e firme no consórcio formado pela, SINODA e SESBI (?).

Ele está brincando!

Primeiro que é uma ilegalidade. Ele não pode fazer uma concorrência sem qualificação técnica anterior, como determina a lei, no artigo 35, ou melhor, artigo 20, § 1º e 15 do Decreto-Lei 2.300.

Em segundo lugar, a DM está desclassificada, porque ela disse que os preços praticados pelo mercado eram 70% superiores aos impostos pelo Presidente. E por isso, não queria concorrer. A SINODA foi desqualificada técnica e financeiramente e por força do disposto no Artigo 33, § 2º do Decreto-Lei 2.300 está impedida de continuar a licitação, de obter a adjunção desta obra. E finalmente, a SESBI sequer concorreu.

Então, neste aspecto, o Decreto-Lei 2.300, no § 40, diz: "A Administração não poderá celebrar, o contrato sob pena de nulidade, com preterição (?) da ordem de classificação das propostas ou com terceiros estranhos ao procedimento licitatório.

Ela não pode contratar, A não ser que vá fazer mais uma de suas ilegalidades, a não ser que exerça de novo uma advocacia proibida e absolutamente prejudicial à COPEL.

Nós queremos, com respeito ao Poder Judiciário, que está examinando o mandado de segurança, é que esta Casa tenha conhecimento, pelo respeito que temos a ela. Por força de obrigação constitucional, aliás, profissional. Porque é o nosso socorro e porque nós aceitamos que numa democracia realmente haja um equilíbrio harmônico entre os Poderes independentes, por isso é que nós viemos aqui para prestar estes esclarecimentos a V. Exas.

O DR. REINALDO BELICH - Senhores Deputados, eu vou me ater aqui à parte técnica e em especial à parte que diz respeito ao orçamento da obra. Eu acho que ini-

etalmente cabe um esclarecimento para mostrar aos senhores o que é um orçamento de uma obra. Orçar uma obra, principalmente uma obra do tipo e do porte de uma hidroelétrica como Segredo, exige uma série de etapas que compreende um planejamento detalhado desta obra, um dimensionamento de seus equipamentos, de pessoal, para a execução desta obra, os métodos executivos, definir quais estes métodos para executar esta obra dentro do prazo, nas condições exigidas, um levantamento de preços, de insumo de mão de obra, materiais e equipamentos de mercado. E daí calcular um preço e chegar a um orçamento final da obra. Isto é um orçamento.

Este senhores, é o orçamento da CR Almeida para a obra de Segredo, elaborada e entregue à COPEL. Os senhores vejam que existe um trabalho enorme para se chegar a um preço de concorrência.

Agora, vamos analisar o preço teto da COPEL, conforme foi demonstrado ontem pelo Dr. Gomide. Os critérios usados para chegar a esses preços de teto, a COPEL não fez o orçamento, a COPEL simplesmente usou da planilha conforme demonstrou ontem o Doutor Gomide e transpôs preços de outras obras para a usina Hidrelétrica de Segredo. Usou principalmente, como ele mesmo afirmou, os preços do desvio do rio de primeira etapa, corrigiu-os para março de 88 e acrescidos de 10%. Naqueles preços onde não existiam preços do desvio, usou preços de outras obras como obra de Xingó, e obras de Nova Ponte, ele mesmo afirmou que teve preços bastante altos.

Com essa sistemática teriam sido obtidos (todos) os 151 preços unitários dos serviços principais da execução da segunda etapa. É lamentável que para o esclarecimento dos Senhores Deputados e da opinião pública, a COPEL mais uma vez furtou-se em mostrar a tão decantada transparência dos seus procedimentos. Não apresentou a lista com os 151 preços unitários para alcançar o valor teto de 18 bilhões de cruzados. A C.R. Almeida, utilizando-se dessa mesma metodologia, apenas como exercício de cálculo elaborou os custos da mesma planilha. Nosso exercício diverge daquele adotado pela COPEL apenas nos preços referentes a Xingó e Nova Ponte, nesses itens onde não havia preços na primeira etapa, nós usamos os nossos preços orçados para a segunda etapa. Preços esses que têm pouco peso no total desse exercício e ao nosso entender são mais aplicáveis por serem específicos para a obra de Segredo e não preços para outras obras ou situações executivas diversas.

Com essas considerações a C.R. Almeida usando exatamente os mesmos critérios, expostos ontem pelo Doutor Gomide, chegou a um preço de 22,6 bilhões de cruzados, por-

tanto bem acima dos 18 bilhões de cruzados fixados pela COPEL. Para melhor apreciação nós vamos passar às mãos de Vossas Senhorias - estará à disposição aqui na mesa - cópia desse exercício de cálculo para que se possa verificar a correção dos cálculos executados. Vejam bem, Senhores Deputados, a COPEL ao omitir as informações relativas ao preço unitário o fez intencionalmente com o objetivo de (incluí-los?) a este, pois somente com os preços comuns da primeira etapa de Segredo, já ultrapassou o teto de 18 bilhões de cruzados.

A primeira conclusão a que chegamos é que a COPEL errou ao calcular seu teto que deveria ser, pelo menos, pelo seu custeio, 22,69 bilhões de cruzados e não os 18 conforme afirma o Doutor Gomide. O Presidente da COPEL mostrou ainda, aos Senhores Deputados, dois itens principais onde reside a maior diferença entre os preços da C.R. Almeida e os preços da COPEL. Nós podemos afirmar que são 3 e não 2. O primeiro nós já demonstramos que há um erro cometido pela COPEL, que não é infalível como pensa o Senhor Presidente, na elaboração da planilha para cálculo do teto máximo da obra. Esse erro representa, conforme demonstrado, uma primeira diferença de 4,69 bilhões de cruzados. "A pouca diferença" reside no motivo: desvio do rio e escavação em rocha.

Vamos analisar esses dois valores, o desvio do rio, o que compreende esse desvio do rio Segredo. Seguintes serviços: Nós relacionamos os itens que abrangem o desvio do Rio de Segredo. Como vocês podem notar pela transparência, somente em volume de movimento de terras e rochas existe um milhão e trezentos mil metros cúbicos de movimento de terras, além dos outros itens deslocamentos, montagens de comportas, fechamentos de comportas. É um verdadeiro absurdo e uma total falta de zelo e respeito pela qualidade técnica, desta obra, basear o valor dessa sessão.

Aplicamos simplesmente o valor obtido em outras obras, sem considerar as particularidades e as características que (?) as obras.

Vejam os Senhores que a CR Almeida, está concluindo a barragem de Passaúna no Rio Passaúna aqui em Araucária.

Os Senhores já imaginaram o absurdo que seria comparar os custos do desvio do Rio de Passaúna com os custos do desvio do Rio Iguaçu em Segredo? O nosso preço, Senhores Deputados, foi calculado com base no estudo detalhado com planejamento e direcionamento de cálculo dos custos reais e que está demonstrado de forma transparente a nossa proposta técnica feita pela COPEL e que está aqui à disposição dos Senhores para ser examinada.

Eu pergunto: a COPEL lançou o desvio

do Rio Iguaçu em Segredo? O Doutor Gomide afirmou aqui que usou o preço de Xingó e Nova Ponte, por que nas obras da 1.ª etapa não existe preço para o desvio do Rio.

Portanto o valor colocado na Planilha da COPEL, para a 2.ª etapa, não é sério, confiável e para ser preciso, é totalmente errado.

Portanto, o valor colocado pela COPEL, não pode ser levado em conta.

Vamos agora analisar o preço de escavação e rocha, quando o Doutor Gomide afirma que reside a maior diferença de valores, e realmente ele tem razão.

Qual o preço considerado pela COPEL em sua Planilha?

Afirma o Doutor Gomide que o preço usado foi o do desvio do Rio 1.ª etapa, corrigido para março de 88 e acrescido de 10%, correção esta que determinou um preço de 1.121,20, por metro cúbico de rocha.

Enquanto o preço da C.R. Almeida é de 1765,85 por metro cúbico. Esses preços multiplicados pelo volume total, cinco milhões, oitocentos e setenta mil metros cúbicos, determina os seguintes valores:

- Valor da COPEL- 6,4 bilhões de cruzados.

- Valor da Proposta 10,3 bilhões de cruzados.

Então a diferença no preço da rocha, somente no preço rocha é de 3,9 bilhões de cruzados.

Tudo isso é correto. Porque esta diferença? É um absurdo Senhores Deputados, que a COPEL com um Corpo Técnico de alto nível, que realmente possui e do qual já tive a honra de fazer parte durante 8 anos, venha utilizar os preços de outras obras na elaboração de sua planilha. Sem o cuidado de analisar as diferentes condições e particularidades entre uma obra e outra.

Para não dizer mais uma vez, que o correto é orçar uma obra, e não transpor preços de outras obras para as usinas.

Para melhor elucidação vou mostrar três pontos fundamentais que determinam as diferenças significativas de custo entre escavação e rocha do desvio que foi utilizado pela COPEL na sua Orçamentação, e escavação da Obra principal orçada pela C.R. Almeida.

O 1º ponto, nós projetamos um "Slide" onde pode ser mostrado naquele "slide" as obras da 1ª etapa do desvio. Não está bem claro, mas pode ser observado que as condições de escavação da 1ª etapa são também mais tranquilas mais fáceis que a 2ª etapa.

Na 2ª etapa, se necessita escavar a rocha na altura de 140 metros descer até o nível do Rio Iguaçu, atravessar o Rio e subir a barragem até uma cota de 140 metros acima do nível do Rio. O que não

ocorre na 1.^a etapa.

Para melhor elucidação, essa distância de transporte é diferente de uma obra para outra.

É como, eu vou dar um exemplo bastante simples, para os Senhores entenderem melhor.

É como os Senhores pegarem um táxi e ir até o Centro da Cidade, andar até uma certa distância e vai pagar uma determinada tarifa.

No dia seguinte, o Senhor pega o mesmo táxi e vai até o Portão, é evidente que a tarifa é diferente. Então não deixa de ser uma viagem de táxi, mas são preços diferentes. Esse é o problema da rocha, para uma maior distância, um maior custo.

A outra condição que apresenta uma diferença bastante acentuada, é o fato de que, na primeira etapa, tira de uma determinada cota e ela anda praticamente num nível e é lançada de uma maneira muito mais tranquila.

Na segunda etapa, nós necessitamos reconhecer todos os desníveis. Como um exemplo mais simples, eu diria que se os senhores tivessem que mandar transportar um piano de sua casa a uma outra casa, a 100 metros de distância, contrataria os carregadores de piano que iriam lá e iriam cobrar um certo valor para essa distância de 100 metros. Por outro lado, se se pegasse o mesmo piano e fosse transportar para o 20º andar de um prédio, onde tivesse que subir todas as escadas, é evidente que o custo desse transporte seria muito maior. Essa é a diferença entre as duas condições da obra de Segredo.

O terceiro ponto é que na segunda etapa, existe um volume considerável de rocha e vai ter que ser depositado e reescalado, o que não ocorre na primeira etapa. Essa reescalação de estacas, também tem um maior custo, como se os senhores tivessem que fazer uma mudança. Fossem mudar de sua casa para uma outra casa. O senhor tem que deixar a casa em um determinado dia e a sua casa não está pronta. E senhor pegaria a mudança, contrataria uma empresa e transportaria a um depósito, colocaria nesse depósito e dois ou três meses depois, pegaria novamente essa mudança e a levaria para a sua casa. E se o senhor levasse diretamente para sua casa, o custo seria outro.

Então essas são as diferenças que levam a se ter preços diferentes para uma obra ou obras similares.

Os preços de rochas variam de uma obra para outra. Não se pode comparar o preço de obras hidrelétricas, sem uma análise detalhada das condições daquele serviço.

Então como exemplo, vou citar os preços de rochas de várias obras:

Temos o preço de rochas, praticado pe-

la COPEL, com os 10% do Doutor Gomide, que deu origem ao seu orçamento. Em seguida eu tenho o preço proposto pela C.R. Almeida. Tenho o preço da Nova Ponte, que é uma Hidrelétrica da SEMIG.

Em seguida os senhores têm o preço de Serra da Mesa, que vai a 2.197,97- E por último, o preço de Xingó que vai a 3.304,00.

Diz o Doutor Gomide que, sem analisar o planejamento dessas obras, os preços das obras de Nova Ponte são excessivamente altos, afirmando aqui que se ele fosse Presidente da SEMIG ou da CESBE, essas obras não seriam contratadas. Como pode ele afirmar isso se não deixou sequer o Corpo Técnico da COPEL elaborar o orçamento e querer analisar o preço das outras obras e considerá-los excessivamente altos.

Se tivéssemos vários outros senhores Gomide como Presidente de outras concessionárias, não se construiriam mais hidrelétricas no Brasil. Em curto prazo, nós estaríamos envolvidos na maior crise de abastecimento de energia, comprometendo o desenvolvimento da Nação.

Senhores Deputados, fomos surpreendidos conforme já afirmou o Doutor Almeida, que o Doutor Gomide afirma ter em mãos propostas de um consórcio de três empresas do Paraná, para a execução das obras, com preços inferiores ao teto da COPEL.

Mais surpresas ainda, ficamos quando soubemos que esse consórcio é formado pelas Empresas D.M. Construtora de Obras- CESBE Engenharia e Empreendimentos e SINO-DA.

Nos parece que algo estranho existe por trás de tudo isso, senão vejamos: conforme já afirmou o Doutor Almeida, a D.M. participou do processo de elaboração das obras principais de Segredo em consórcio com empresa paulista CBPO. Apresentou uma Carta à COPEL, onde afirma que deixou de apresentar propostas, porque o preço-teto fixado pela COPEL era inexecutível e que os preços de mercado são 70% superiores ao preço da COPEL.

Essa Carta está assinada pelo... Temos em mãos e fica à disposição dos senhores.

Isso sem entrar no aspecto jurídico, e como já demonstrou a ilegalidade, nos parece um desrespeito à opinião pública, em especial, ao Exmo. Sr. Governador Álvaro Dias e aos Senhores Deputados.

Cumpra esclarecer Srs. Deputados, que mesmo após uma pré-qualificação bastante rigorosa efetuada pela COPEL, onde foram selecionados 7 consórcios do mais alto nível, capacidade e tradição para execução das obras desta envergadura, onde temos a honra e o orgulho como empresa paranaense estarmos incluídos, a COPEL concedeu 3 meses às empresas para elaborarem os orça-

mentos. O orçamento da C.R. Almeida é este que os senhores estão vendo e cujo resultado destes estudos são oriundos de um trabalho exaustivo onde são utilizados mais de 50 técnicos para se chegar a estes preços.

Ora, Srs. Deputados, a Cesb consegue elaborar em menos de 3 semanas uma proposta à COPEL e esta foi aceita sem nenhuma restrição. Seria um milagre senhores? Ou não passa tudo de uma farsa para iludir o povo?

Onde está o balisamento exigido com tanto rigor pela COPEL sem o qual é impossível orçar uma obra desse porte.

Para os senhores terem uma idéia do rigor do edital quanto ao planejamento da obra, basta ler as proposições em edital, eu vou me permitir não ler, coloco à disposição dos senhores, devido ao tempo que é bastante curto.

A COPEL, somente para analisar a nossa proposta técnica, considerá-la aceitável necessitou de 15 dias. Como se explica que num prazo de 20 dias o novo consórcio formado pelas empresas do Paraná elaborou todos os estudos, orçou a obra, e ao mesmo tempo já tinha a sua proposta analisada e aceita pela COPEL?

Para concluir Senhores Deputados, queremos sintetizar o seguinte. A COPEL conforme ficou demonstrado, não orçou a obra de Segredo para fixar o seu teto máximo. Mas, simplesmente, transpôs preços de outras obras para Segredo sem ao menos compatibilizar.

Mesmo nessa transposição cometeu erros, conforme demonstrado chegamos a um valor teto de Cr\$ 18 milhões, quando o valor correto pelo próprio critério seria de Cr\$ 22,69 milhões.

As demais diferenças do orçamento da COPEL e as da C.R. Almeida são localizadas em dois itens principais conforme afirmou o Dr. Gomide. Preço do desvio do rio e preço de escavação em rocha. A C.R. Almeida demonstrou aos senhores que o critério da COPEL para definir esses dois valores não é correto.

Finalmente nos colocamos à disposição para debatermos com a COPEL o nosso orçamento e em especial com os principais pontos divergentes nestes orçamentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Quielise Crisóstomo)
Ainda restam aproximadamente 7 minutos para que a empresa faça uso da palavra para esclarecimentos se assim entender.

Não havendo mais oradores para exposição por parte da empresa, essa presidência passará a palavra aos Deputados inscritos, somente com uma diferença da sessão de ontem, que nós colocamos os oradores por ordem de sequência, por ordem de Comissões,

Inicialmente a Comissão de Finanças para assuntos financeiros e, posteriormente a Comissão de Obras.

Nós hoje vamos ouvir as duas comissões simultaneamente porque, naturalmente alguns Deputados destas Comissões se tiverem num momento alguma intervenção poderão fazê-lo.

Então, somente para deixar os Deputados da Comissão à vontade é que os membros das duas comissões poderão se inscrever simultaneamente e interferir também.

O primeiro orador inscrito é o nobre Deputado David Cheriegate.

O SR. DAVID CHERIEGATE - No depoimento prestado pelo Presidente da COPEL, Dr. Francisco Gomide, foi afirmado que a base de cálculo e escavação de rocha foi o preço de desvio, corrigido para março, acrescido de 10%.

Ouvindo, com muita atenção, o depoimento do Dr. Belich, Diretor Técnico da C.R. Almeida, que colocou aqui as diferenças, e a minha primeira pergunta seria no tocante a isso aqui, no tocante a esse assunto, a diferença de distância de transporte, isso no item de escavação de rocha e também da mudança da alteração de cota, e também da reposição deste material.

Eu acredito que esteja aí uma das diferenças que podem, inclusive, esclarecer muito, esta Comissão, porque é claro que nesta Comissão, nós temos dois engenheiros, que talvez tenham alguma experiência em obras dessa natureza, portanto é necessário, e eu pediria ao Dr. Belich que pudesse fazer uma explanação mais detalhada deste item, que origina talvez, a maior diferença entre o orçamento da COPEL e o orçamento apresentado pela C.R. Almeida.

O DR. BELICH - Prefeitamente. O orçamento para escavação em rocha, qualquer engenheiro sabe, baseia-se em uma série de itens. São itens de incidência, de produtividade de máquina, tanto na parte de carga, como na parte de escavações como na parte de transporte e preços de mercado. Então qualquer composição é composta desses itens, são incidências de preços. Preço de mercado, está aí, qualquer um pode levantar, não existe dificuldade nenhuma, são preços de máquinas, preços de cimento, do combustível, esses dão origem a um preço. As incidências são baseadas em produtividade de equipamentos, então, é evidente que, para se chegar a essa incidência, os Srs. falando no caso de transporte, que é realmente o que pesa, se os Srs. transportarem um volume de rocha em caminhões do porte que exige uma obra dessas, são caminhões de 35, 50 toneladas, é evidente que o tempo do caminhão, para ele se

deslocar de um determinado ponto para outro, que resulta no orçamento, depende de uma série de fatores: primeiro é a condição da estrada em termos de rampas se os Srs. têm que transportar uma rocha de uma altura de mais de 140 metros e descer até um certo nível, com estradas com rampas de 10 a 12%, fazer a travessia do Rio Iguaçu sobre uma ensecadeira, pré-executada, e subir a barragem pela encosta, que esta barragem atinge uma quota de até 170 metros de altura, é evidente que o tempo e a velocidade que se consiga imprimir, num equipamento desse, é muito menor do que transportar em condições de estradas com rampas mais suaves e sem muito problemas, neste desvio.

Então, este é um dos pontos que dá um diferencial muito grande no transporte.

Segundo é a distância do transporte que eu for transportar 1.000 metros eu levo um tempo, se eu for transportar 2.000 metros, é evidente que o tempo é diferente e os custos são outros.

Agora, esse é um ponto, agora como chegar a isso? Só pode se planejar a obra, definir as estradas, as rampas para se chegar a esse preço.

O SR. DAVID CHERIEGATE - Dr. Belich, eu perguntaria se não existe aqui, para poder projetar, uma transparência dando uma visão do desvio e da obra propriamente dita?

O DR. BELICH - Pediria que projetasse os "slides".
(Projeção dos slides).

O SR. PRESIDENTE (Quielise Crisóstomo) - Eu pediria a assessoria da Casa, que providenciasse as luzes dos refletores aqui da frente.

O DR. BELICH - Este "slide" que está aqui mostra a situação atual da obra que é o desvio do rio. A obra do desvio do rio, as escavações são tiradas principalmente deste local e deste local, então transportada através desta estrada, através desta ponte. As escavações da 1.ª etapa são estas.

A entrada de acesso, a entrada de material, atravessa por esta ponte e é depositado no local da barragem e a barragem é de uma altura bastante pequena.

Na 2.ª etapa, o volume maior das escavações são retiradas desta região e através de uma estrada de acesso, ele queria saber se o desvio entre o rio e essa está em torno de 140 metros. É desviada uma estrada que vem por trás, que não aparece aqui, entra nessa estrada e vem para atravessar o rio e subir a barragem. Agora, essa barragem que hoje está nesta cota,

ela vai chegar até uma cota de 170 metros de altura, cujo acesso a essa barragem será através de rampa na barragem, então, há uma diferença muito grande em se transportar, descendo até o rio e subindo até o rio, em relação a esta obra que é bem mais simples e em condições bem mais favoráveis.

O 3.º aspecto, que seria o problema de reescavação de estoque, é que tem grande parte de material devido ao programa apertado, os marcos das escavações exigem uma escavação com deposição deste material em estoque, e uma 2.ª etapa: uma reescavação desse material e um transporte para o local de aplicação. Isto evidentemente, exige mais operações, maiores dificuldades, maiores custos, basicamente serão estes os preços.

O SR. PRESIDENTE (Quielise Crisóstomo) - O Deputado David Cheriegate tem mais 1 minuto para pergunta!

O SR. DAVID CHERIEGATE - Senhor Presidente e Senhores Deputados, eu acredito que a grande dúvida que talvez assalta a todos os Senhores Deputados com relação a esse "affair C.R. Almeida e COPEL, está situado no programa concernente ao orçamento da obra. Como nós Deputados, nós membros das 2 Comissões que fazem parte desta Comissão conjunta, não temos e não teríamos condições de analisar profundamente o orçamento da COPEL e o orçamento que foi apresentado pela C.R. Almeida. Eu requero Senhor Presidente que estas Comissões ou esta Comissão conjunta contrate uma auditoria externa para analisar os 2 orçamentos, e possa apresentar um relatório final, para ser daí analisado pelos Senhores Deputados, já que está na nossa frente o orçamento, eu acredito que seria talvez impossível para que estas Comissões pudessem analisar. Portanto, eu requero que seja colocado em votação essa nossa solicitação, que é a contratação de uma auditoria externa para poder dar parecer a esta Comissão. Muito obrigado.

O Sr. Paulo Furiatti - Eu embora não participe da Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Quielise Crisóstomo) - Eu gostaria de pedir ao nobre Deputado Furiatti que citasse aonde que o Deputado David Cheriegate infringiu as normas do regimento.

O SR. Paulo Furiatti - Eu proponho dentro dessa colocação que o nobre Deputado David Cheriegate faz de que realmente em função de confronto de dados nós queremos é a verdade, não estamos aqui para fazer jogo de A ou B, é o compromisso inclusive

que nós temos com as partes aqui. Eu proponho que nós tenhamos assessoria também para os Senhores Deputados, do Instituto de Engenharia por exemplo, de forma que fique uma entidade da sociedade civil isenta, que tem um nome da sociedade paranaense, e que tem aí nos quadros todos os engenheiros que a ele pertence, de forma que também possa o Instituto de Engenharia quem sabe, nos dar um parecer no confronto dessas análises.

O Sr. José Felinto - Pela Ordem, Senhor Presidente, Art. 152.

O SR. PRESIDENTE (Quielise Crisóstomo) - Em função da exiguidade de tempo, eu estou fazendo cumprir o regimento, sob pena de nós não conseguirmos terminar a Sessão dentro do horário viável. Eu reprisaria o meu pedido ao nobre Deputado Furiatti que as questões de Ordem fossem levantada somente quando houvesse infração, não das normas do Regimento da Casa, se não eu prejudico o Orador que está escrito pela ordem aqui e pela vez, em questão de ordem que nós Parlamentares somos useiros e vazeiros em questão de ordem apenas para fazer uso da palavra em momentos inoportunos. Desculpe mas essa Presidência vai solicitar aos nobres colegas que somente usem a palavra pela ordem citando o Artigo e declinando os Artigos que pelo qual está sendo infringindo o Artigo do Regimento Interno sob pena de nós não conseguirmos terminar os trabalhos.

O Sr. José Felinto - Pela Ordem. Artigo 152 Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - O que diz o Art. 152?

O Sr. José Felinto - O Senhor pode pedir à sua Assessoria para ler.

Só quero lembrar que Vossa Excelência infringiu o Artigo ao questionar com o Deputado Paulo Furiatti a questão do Artigo.

O SR. PRESIDENTE - E vou conceder a palavra para Vossa Excelência embora indevidamente, porque eu abri um precedente para o Dep. Paulo Furiatti. (Lê o artigo 152).

Esta Presidência já sabia que seu Artigo invocado era um artifício, porém vai conceder-lhe a palavra.

O Sr. José Felinto - Eu só quero lembrar a benevolência da Presidência desta Casa neste ato de que só deverá ser citado o Artigo infringido para "pela ordem" e nunca "pela questão de ordem".

O SR. PRESIDENTE - A palavra pela Ordem só é concedida invocado o Regimento e es-

sa Presidência citando o Artigo.

Eu então pela vez de inscrição eu concedo a palavra ao Dep. Rafael Greca.

O Sr. Rafael Greca - Em primeiro lugar eu concordo com a idéia e com a proposta do Deputado David Cheriegate no sentido de que esta Comissão tenha depois do exame das suas partes uma elevada assessoria e um orçamentista ou de um conjunto de orçamentistas. Desta feita, a proposta do Deputado Furiatti que faça isto no foro do Instituto de Engenharia do Paraná, me parece que prejudicada ela referiu a manifestação daquele Egrégio Instituto, já em favor da própria proposta da COPEL. De mais a mais, pelo seu presidente exercer cargo junto ao gabinete da presidência da COPEL, nosso engenheiro Ney de Azevedo.

De maneira que, se for o caso de se fazer uma consultoria com base na sociedade civil, para assessorar a Assembléia, enquanto poder independente, nós iremos advogar a bem da justiça, pela regra de Salomão, que haja então metade dos componentes da Associação paranaense dos empreiteiros, e a outra metade, dos membros do Instituto de Engenharia do Paraná.

Se bem que eu acho que, pode a Assembléia gastar quando se trata de uma despesa estadual de tanto dinheiro, que envolve um montante de tantos milhões de cruzados, de tantos milhões de dólares, faz a Assembléia gastar perfeitamente, enquanto poder independente, para contratar uma firma de auditoria, completamente independente, talvez de São Paulo, do Rio, que pudesse fazer um julgamento mais abalizado.

Gostaria de perguntar ao Dr. Belich - ontem ouvi - aqui o discurso do Dr. Gomide, pela sua proposição, ele disse que pelo desvio e controle do rio, a COPEL, teria preços de 184 milhões, 578 mil e alguns quebrados de cruzados.

E acabou fazendo um milhão 335 milhões, setecentos - acabou fazendo na ordem de sete vezes mais depois o desvio do rio. Hoje falou o Senhor Luiz Alberto Machado, punia a CR ALMEIDA, pelo Instituto da licitação, e levantou a dívida de ser essa licitação, uma simulação. Por quê?

Por esse pagamento excessivo do governo anterior? O Dr. Luiz Alberto pode responder?

O SR. LUIZ ALBERTO - O preço da COPEL é inerequível, o procedimento da COPEL é absolutamente inerequível. Eu não vou ao ponto de achar que ele não merece a presi-

dência da COPEL, nesse aspecto técnico. Ele sabe que o preço é inexequível, e ele não impôs um preço inexequível exatamente para impedir a licitação; ele saberia que ninguém pode realizar, firmemente, uma obra desse porte, desse preço.

Então, foi aí que eu disse, teve os dois preços numa ilegalidade por usar um preço teto, um tipo de licitação que não divide o preço teto, e além disso é um preço teto inexequível, exatamente para criar o embaraço, que ele está criando.

O SR. RAFAEL GRECA - O Senhor entende que essa simulação de licitação, poderia ser para uso de mídia, para quebrar um discurso político, uma bandeira, por exemplo, reabilitadora do Partido do Governo, a nível estadual, e até comercial?

O SR. LUIZ ALBERTO - Não; eu não sei disso; eu sei que é uma questão pessoal que participa; e relacionada a uma coisa que chega até as raízes da prevaricação. É um negócio muito sério que está nisto e se sabe de antemão que, a proposta, o edital foi colocado assim, exatamente para inviabilizar a concorrência.

Bom, a opinião pública me agride e o Governo...

O SR. RAFAEL GRECA - Diz o Senhor que não se pode obedecer uma norma nula numa concorrência de teto, e de técnica de preço, e que não comporta o preço teto. Eu fico com a dúvida, e acho que essa é uma dúvida que assalta às pessoas desacostumadas com as concorrências públicas, melhor, com a mecânica das concorrências públicas das empresas (?), porque é que as empresas entraram na concorrência, se já não concordavam com o preço teto?

O SR. LUIZ ALBERTO - Veja, aí é uma questão física. Se o preço é nulo, se a cláusula é nula, não tem aproveitador. Nós temos numa estrutura legal, um esqueleto. De acordo com o sistema, não se interpreta uma Lei olhando um artigo, porque Lei é Lei, o conjunto da Lei, é que se deve ver. E também os princípios que informam a Lei.

Norberto de Moraes, filósofo do mundo em termos jurídicos diz que a Lei é clara na medida em que ela possa ser remontada até a Lei fundamental, até o princípio que orientou a formação daquela sociedade.

Então, o que eu digo é isso. Há um conjunto, para editar uma Lei, ainda que uma Lei subordinada a uma Lei novamente credora, mas é uma Lei, na medida em que, atendendo ao artigo 37, do Decreto Lei 2.300, se escolher o tipo de licitação, em Decreto esgotativo (?) do parágrafo um e há quatro tipos.

Qualquer coisa que extravase este tipo de licitação é nula. E não sou eu quem diz, é Miguel Seabra Fagundes que diz, que o nulo não tem que ser obedecido. Eu não preciso impugnar uma cláusula nula no Edital para desobedecê-la. Eu posso desobedecer desde logo e foi a opção que nós fizemos, foi opção nítida. Já que a concorrência de técnica e preço ganha quem tem melhor preço e é isto que diz o Edital. A cláusula de preço técnico é uma cláusula juridicamente nula. Primeiro porque confronta que a COPEL criou uma Legislação própria aí, inventou um quinto tipo de legislação, que é proibido. Segundo que é inexequível. E é proibido, veja, diz a Constituição que ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa se não em virtude de Lei. Isto é coisa de bíblia para administrar. A Administração Pública só pode fazer aquilo que a Lei permite. Não é o problema da Lei não proibir, não! A Lei tem que permitir expressamente que a Administração Pública faça aquilo. Isto também quem diz não sou eu, é Celso Antônio Bandeira de Melo, o mais festejado administrativista do Brasil. Agora, a lei diz como é que se faz concorrência, qualquer um pode procurar isto. Quando ela disse que adota uma concorrência de técnica e preço e todo o conjunto do Edital de técnica e preço e coloca uma cláusula extravagante e nula eu não preciso respeitar. Porque a Constituição é nítida: Não se respeita, cláusula nula, porque ela não existe, é um ponto morto, diz César Fagundes, Celso Antônio Bandeira de Melo. Pena que o Presidente da COPEL apenas leu

O SR. PRESIDENTE - (Quielise Crisóstomo) Sinto muito, mas ...

O SR. LUIZ ALBERTO - ... uma página de Eli Lopes Meirelles.

Se tivesse lido o livro todo. É um livro médio. Realmente é um pouco cansativo para engenheiro, mas ele perceberia o resto.

O SR. PRESIDENTE - (Quielise Crisóstomo) O Tempo está esgotado, nobre Deputado, e esta Presidência, tendo em vista não haver mais inscrições de membros das Comissões, eu democraticamente, farei aqui a chamada dos Deputados das duas Comissões, porventura para que eu possa passar a audiência aos demais Deputados.

Tadeu Lúcio Machado se quiser fazer uso da palavra.

David Cherigate - Já fez.

Algaci Túlio

Acyr Mezzadri

Artagão Mattos Leão

Djalma de Almeida César

Hermas Brandão - Se quiser fazer uso

da palavra.

Da Comissão de Finanças:

Deputado Cândido Bastos. Com a palavra o Deputado.

O SR. CÂNDIDO BASTOS - Senhor Presidente, a nossa pergunta seria de continuidade, praticamente, do que o Deputado Rafael Greca fez há instantes. Primeiro: no nosso modo de entender é o seguinte: Se havia objeção dentro do Edital, eu acho que as razões deveriam ser apresentadas antes das propostas. Isto é um ponto de vista que nós achamos, se a Lei é elástica, não é fechada, não pode".

Segundo: Se a empreiteira tinha certeza de que os preços estabelecidos no cálculo eram inexequíveis, nesse mesmo recinto devia ter tomado a iniciativa de protestar e apelar até para a justiça se fosse necessário, antes da apresentação das propostas. Esta seria a primeira pergunta.

A segunda pergunta também muito citada pelos demais anteriormente do problema da empresa nacional e da participação em concorrência internacional com a participação de empresas estrangeiras. Foi muito debatido isto aqui, já no encontro de ontem. Eu faria a seguinte pergunta: As empreiteiras brasileiras também têm participação em concorrências internacionais, inclusive com grande competitividade em relação à sua técnica e tudo mais e com seu sucesso em obras no exterior. Eu perguntaria se há algo de errado na hipótese de participação de empresas estrangeiras em concorrências nacionais? Esta eu gostaria que o Senhor me dissesse.

O SR. LUIZ ALBERTO - A primeira pergunta é essencialmente jurídica. A opção jurídica que eu tenho. Se a lei me permite não impugnar eu voto por isso. Eu não gostaria, eu não gostaria de responder essa pergunta porque é uma causa "sub judice" e já falamos sobre isto aqui. E por tudo eu respeito os poderes, se me permitem a harmonia que eu tenho por formação profissional e ensino, como eu já disse, eu não queria isto. E eu acho que foi uma opção minha, pessoal, de orientação a empresa nesse sentido. Tanto faz dar na cabeça, como na cabeça dar e optei por cláusula nula, não tenho que respeitá-la, não leio a cláusula. Esse não é um problema da concorrência internacional, é um problema jurídico, é um problema técnico. O Presidente ontem falou no "dumping", uma prática imoral no comércio, ele procura fazer cortina de fumaça, no plano de cartões e esquece do "dumping" internacional, que há. Existem diversos setores na economia brasileira o "dumping" em empresas internacionais. Existe uma luta ainda na Constituinte a respeito de classificar e fazer a

defesa da empresa nacional e parece muito estranho, uma pessoa da postura política do Presidente, de repente debita a hipótese de um "dumping" em empresas internacionais no setor, como nós sabemos, que as grandes empresas americanas estão sem mercado externo. Nós sabemos que um lobby feito por um homem como o Secretário de Estado, o americano que é o Presidente da Bechtel a maior empreiteira do mundo, deve ser um lobby um pouco melhor do que o feito pelas empresas paranaenses que não conseguem sequer ter examinado seu preço numa concorrência, um preço sério, firme, um preço examinado e orçamentado.

Então é um problema político que deve ser enfrentado, que a Constituinte está enfrentando, um problema de dívida externa é uma série de coisas que devem ser examinadas nisso, eu simplesmente por um brinquedinho quero punir a C.R. Almeida então vou trazer uma empresa internacional porque quero trazer uma empresa internacional. Esse é um debate muito mais amplo, que não pode ficar restrito a COPEL, muito menos ao Gabinete do Presidente a respeito de uma concorrência internacional, quer me parecer isso, até porque o grande debate internacional hoje, sob ameaça de entrar a Constituição num buraco negro, é exatamente sobre isso. Nós estamos então caminhando contra uma disposição que pode ser constitucional, simplesmente, por efeitos de interesses pessoais.

O SR. CÂNDIDO BASTOS - Apenas para complementar, agradeço o esclarecimento que é uma opinião formada também dos Senhores Deputados e da própria administração, que se evite a concorrência internacional, se encontrarmos formas para a participação de recursos nacionais.

O SR. LUIZ ALBERTO - A melhor forma, se Vossa Excelência me permite, seria a discussão do orçamento apresentado pela C.R. Almeida pela COPEL.

O SR. PRESIDENTE - (Quiel-se Crisóstomo) Terminadas as perguntas do Deputado Cândido Bastos, nós chamaremos o Deputado Homero Oguido (ausente), chamaremos o Deputado José Afonso Júnior.

Com a palavra o Deputado José Afonso Júnior, da Comissão de Finanças.

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Eu gostaria como membro da Comissão de Finanças, deixar registrada a minha preocupação, de que o Deputado David Cheriegate, ao levantar o problema da auditoria externa, ele mostra que este Poder tem a preocupação maior, que é a nossa responsabilidade de legislar e fiscalizar, então como membro

dessa Comissão de Finanças, eu gostaria também de deixar registrado o meu parecer para que seja convocada uma auditoria externa para sanar qualquer dúvida ou especulação quanto ao caso referido aqui.

Muito obrigado.

O SR. ALEXANDRE CERANTO - Senhor Presidente, eu concordo também com o pedido do Deputado David Cherriegate.

O SR. PRESIDENTE - (Quielise Crisóstomo)
Nós passaremos agora a audiência dos demais Deputados inscritos, pela ordem nós chamaremos o nobre Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O que se discute aqui na verdade, é o interesse público, mas 93 milhões de dólares é o interesse público, o que se discute aqui é se tem dinheiro ou não se tem dinheiro para fazer a obra.

Eu até não quero ... entrar no campo de dizer que a C.R. Almeida teria ou não teria feito, porque eu não me sentiria bem fazendo isso.

Eu ouvi aqui as palavras do Henrique e acho que a discussão não deve, eu pelo menos não pretendo levar a discussão neste campo, porque é uma discussão que pode de certa forma, acusação de cartel e tudo o mais, eu gostaria muito que nós pudéssemos num embate aí, discutir os cartéis nacionais e isto não é possível.

Então, o que se discute aqui é se tem ou não tem recursos para fazer essa obra.

Assessorado pelo nosso Advogado, ele me mostra aqui que há que se ter dinheiro para se fazer uma obra. Se não tiver dinheiro não se pode fazer.

Uma diferença de valores num determinado item também não anularia, de certa forma, porque estabeleceu-se um teto e este teto é acima do que a administração pública estadual, do que o Governo estadual está disposto a gastar para ter uma determinada obra.

Por isso a proposta de uma Auditoria, parece-me que ela virá, não vai se contratar uma auditoria, se pagar recursos, se levantar dados, ela pode servir como aquilo que falou o Henrique Almeida, como um direcionador no sentido de definir essas questões de planilhas, preços, ela não definir exatamente a questão da obra, porque a obra é uma decisão de recursos.

Então, em função disto, eu tenho diversas dúvidas aqui, confesso que é muito difícil nós em três ou quatro minutos tirarmos todas as dúvidas. As explicações dadas aqui sobre a barragem, sobre as escavações, efetivamente não me convenceram à medida que tivesse que ter 4,5 bilhões

de cruzados a mais do que os cálculos anteriores, não estou convencido completamente disto, mas também não tenho aqui elementos suficientes para contestar.

Eu acho que uma obra tem, e aí me permite, tem um projeto, o projeto define mais ou menos a mecânica da obra e em cima desta mecânica é que você faz custos e orçamento.

Então, Senhor Presidente, eu quero aqui sugerir, se for o caso de ter essa auditoria, que não se contrate a auditoria, que se pegue, que se solicite ao Sindicato dos Engenheiros e que se entenda que o Sindicato dos Engenheiros pode de certa forma estar mais aqui ou mais ali que se faça uma Comissão paritária com a Associação de Empreiteiros, eu acho que é democrático, e que se faça uma avaliação no sentido de definir exatamente a questão do custo.

Isto aqui pode definir as questões dos custos.

A outra questão é a questão de se tem ou não tem dinheiro, se é muito dinheiro, se é pouco dinheiro, se o Estado tem, se o Estado fará ou não fará, até porque a Justiça está analisando este caso.

Era isto, Senhor Presidente, que eu gostaria de falar.

Agora, eu gostaria de fazer uma pergunta, antes disso aqui eu gostaria de deixar solicitado a um dos membros da Comissão que solicite que a Comissão também faça audiências com o Senhor Secretário dos Transportes, com a ABEOP (?), porque ontem neste Plenário o Deputado David Cherriegate falou que no DER não existe concorrência, no DER existem indicações de obras. No momento nacional que nós estamos atravessando em que empresários falam sobre livre concorrência e livre iniciativa com a boca cheia, a falta de concorrência é um ato contra a livre iniciativa.

Portanto, eu não estou aqui fazendo discurso para marxista, eu estou fazendo discurso para capitalista, porque o capitalismo não se admite a falta de concorrência, livre iniciativa.

Se nós estamos vivendo no capitalismo, que se aplique o capitalismo no seu rigor. Que as pessoas sejam mais competentes, que disputem e que efetivamente evitem o cartel.

Faço mais esta sugestão e para completar eu gostaria de fazer uma pergunta, a última pergunta, não uma: a nível nacional há coincidência entre empreiteiras de obras hidrelétricas e Estados - CESP, a Camargo Correa, Minas e Acemig, Mendes Junior, Bahia e Nordeste, Oldebrecht, antiga Cervix, isto não estaria dividido em capitâncias hereditárias?

É uma pergunta que eu faço, porque as empresas nossas na verdade também são de

certa forma prejudicadas por este lobby nacional.

Gostaria de fazer esta pergunta, para que nós nos pudessemos aprofundar um pouco mais.

Era isto, Sr. Presidente, muito obrigado pela sua elegância e gentileza de me permitir passar de três minutos.

O SR. PRESIDENTE - V.Exa. reconhecidamente marcou o horário e nós aproveitamos para dizer-lhes que todas as propostas, em se tratando de reunião especial de duas Comissões, não é inédito, mas é singular nesta Casa, nós adotamos critérios para que nós possamos encaminhar os trabalhos da seguinte maneira: todas as propostas que viarem dos membros das comissões ou mesmo dos Deputados serão anotadas por estas comissões em reunião conjunta, e as duas comissões farão uma reunião para a semana que vem que será convocada para decidirmos e votarmos dentro das duas comissões numa reunião interna todas as propostas apresentadas aqui.

Este momento é de apenas audiência e não de decisões e votações internas das comissões, em virtude do qual esta Presidência não está colocando em votação os Requerimentos apresentados pelos Senhores Deputados.

A seguir com a palavra o Nobre Deputado José Domingos Scarpellini.

Eu peço vênia, a pergunta do Deputado Paulo Furiatti, não foi respondida e nós passamos a palavra ao Dr. Machado.

O SR. LUIZ ALBERTO MACHADO - A nossa preocupação também é do interesse público. O interesse público está resguardado mesmo que a COPEL tenha errado porque ela fez um projeto em que exigia uma casa de mármore, uma casa boa, e não pode querer pagar preço de COHAB. O exame da proposta é de acordo com o projeto de engenharia. Até há um dispositivo no Edital que determina que a produtividade que se não for atendido o projeto será desclassificada a proposta. Então, nós atendemos o projeto porque foi classificada a proposta. Mas a COPEL tem elementos.

As cláusulas exorbitantes que, se ocorrem no Direito Administrativo, permitem que, mesmo contratada, a COPEL possa modificar o projeto para reduzir os custos. Nada impede. Ela contrata a C.R. Almeida, não tem o dinheiro que dizia ter, que exigiu e tem. Se não tem, ela muda o projeto de engenharia e adequa as suas reais capacidades financeiras.

O que não é possível é essa celeuma toda aqui. Isso é falso dilema criado, e a possibilidade de uma empresa internacional através de um "dumping" ou a falsidade de propostas absolutamente não sérias.

Então, a COPEL, dando a C.R. Almeida, tem condições de fazer a obra dentro do seu Orçamento.

Esse problema do DER que não está em discussão, mas só para citar: a Alemanha não faz concorrência, faz indicações, e é um País altamente democrático com um capitalismo altamente empreendedor.

A CESP não contratou com a Camargo Correia, a Andrade, a C.R. Almeida em relação ao Canal; a CEMIG a última obra que fez foi São Simão, contratada a C.R. Almeida; a COPEL sim não contrata muito com as empresas paranaenses, contratou a C.R. Almeida por imposição judicial na primeira fase do desvio, mas já havia contratado a Camargo Correia em Salto Santiago, a Andrade Gutierrez em Salto Osório, e em Foz do Areia a CBPO.

Até há uma situação interessante. Em Salto Osório a C.R. Almeida apresentou uma proposta com valores pouco acima do Orçamento da COPEL, e foi desclassificada porque a COPEL disse que o lucro era pouco e, portanto, a proposta inexecutável. Em Foz do Areia a empresa que ganhou, e depois foi contratada, apresentou proposta com valor inferior ao Orçamento da COPEL. A C.R. Almeida, que tinha tirado o segundo lugar e, portanto, era a primeira em valor exatamente superior ao Orçamento da COPEL, pediu para aplicar o mesmo critério. Ali o lucro não seria baixo, o lucro seria o existente e, então, que se desclassificasse aquele consórcio que foi contratado, como se fez com a C.R. Almeida em Salto Osório, mas a COPEL mudou o critério. Ela disse: não, agora vale essa proposta mais baixa e vamos contratar essa que tem lucratividade, e no caso não há "dumping".

E no caso do desvio do rio de Segredo foi uma coisa interessantíssima: a C. R. Almeida foi punida porque não tinha erro no edital e porque tinha mais equipamentos disponíveis do que aqueles exigidos pela COPEL, e foi premiado um consórcio que depois perdeu na Justiça porque tinha erro no edital, tinha que corrigir a proposta e tinha menos equipamentos do que os exigidos pela COPEL.

Então, era o samba do crioulo doido, o zumbi salvando Tirandentes. Não se sabia a que se chegava. A Justiça colocou a coisa em ordem. Disse não. Com esse relatório que a COPEL fez, a classificada em primeiro lugar é a C.R. Almeida. Não sei o que acontece em relação à COPEL com a C.R. Almeida, mas esse falso dilema criado agora com possibilidade que se contrata a C.R. Almeida, mas se dá uma ordem de serviço dentro dos preços, dentro do dinheiro que a COPEL tem, modifica o projeto. O Presidente disse até que ia fazer uma barragem de concreto, modifica o projeto e usa o

dinheiro que tem. Acontece que juridicamente, tem que contratar a C.R. Almeida e não criar esse estado de coisas.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI - Sr. Presidente, Srs. empresários.

Eu gostaria de fazer algumas considerações e também algumas perguntas. No que pese o Dr. Machado ter dito que na Alemanha não existe as licitações, existe pura e simplesmente indicações, queremos dizer que o direito administrativo alemão as indicações precedem de qualidade e preço para ser indicada qualquer empresa para que esta possa participar do bolo a ser consumido em uma determinada obra. Isso é elementar, talvez a questão meramente do jogo de palavras de concorrência para indicação, mas as fases preparatórias que chegam ao contrato final são praticamente as mesmas.

Eu gostaria de fazer algumas ponderações. Houve aqui praticamente uma denúncia contra a COPEL e contra um Secretário de Estado americano com relação à possibilidade da existência de um cartel, agora, internacional, para a realização desta obra. Dr. Machado fala de um Secretário Americano que teria interesse em desestabilizar os empresários nacionais para que as empresas americanas, construtoras de barragens, ou empreiteiras de obras pudessem ter um espaço a mais no mercado internacional. Eu gostaria de ver respondida essa pergunta.

O SR. MACHADO - Eu não fiz a denúncia, eu apenas quis lembrar, que um Secretário de Estado Americano é Presidente (??) eu estou sabendo, como era Vice-Presidente o (??) - que era secretário de defesa (??). Que as empresas multinacionais praticam o "dumping" até dois anos atrás se fazia uma denúncia na Comissão de Finanças da Câmara a respeito de uma empresa de fabricação de latas (Reinolt ?) quis entrar no Brasil e fazer um "dumping" (?). E temos um debate na Constituinte a respeito exatamente do problema do "dumping" dentro das empresas. Se as empresas americanas estão sem mercado, eu não fiz denúncia, eu apenas citei o fato. E achei estranho que no momento em que a Constituinte debate o problema das empresas internacionais entrarem no Brasil, a COPEL esteja fazendo lobby para as empresas internacionais, abrindo as portas para elas. Foi apenas essa estranheza, citei um fato, não disse que vai acontecer. Eu citei que o Presidente da COPEL disse ontem que o "dumping" é uma prática imoral, o difícil pode acontecer. Na medida em que há um preço ineqüívoco e alguém apresenta uma proposta por esse preço ineqüívoco sem capacidade de absorver um prejuízo muito grande, e desestabilizar

evidentemente as empresas nacionais. Então há a possibilidade.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - A resposta, Senhor Presidente, fica para a avaliação de cada um, a mim ela não convence. Porque no momento em que se diz pela possibilidade você começa a ir para um campo em que só a ficção realmente pode ser.

O SR. MACHADO - Não é o caso do cartel Deputado.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Pode ser entendido como tal, Dr. Machado, apenas eu estou dizendo que pode ser uma ficção por parte do Senhor o "dumping" não que seja uma ficção o "dumping" nós sabemos que ele existe, mas eu quero dizer os dados específicos desta obra. Eu não quero discutir a questão das multinacionais no campo internacional, a atuação no campo internacional, apenas no caso desta obra.

Foi citado que obras estão sendo realizadas no DER e até agora não se trouxe a esta Casa um comparativo com relação a isso. E foi citado aqui, também, pelo Consórcio CR. Almeida, os preços da execução da terraplanagem, barragem de Passaúna que também é uma obra controlada pelo Governo do Estado.

É evidente que as características de uma e de outra são diferentes, mas alguma coisa de comum elas têm. E no que existe de comum entre elas, quais os preços de uma e os preços de outra?

Segundo item, os preços praticados pela CR. Almeida na obra que inclusive qualificou a C.R. Almeida para poder participar dessa que foi o Canal de São Simão, obra realizada para o Governo Federal no Rio Paraná e que é o qualificativo para que a C.R. Almeida pudesse participar desta. No que existe de comum entre aquela obra em terraplanagem, remoção de terra e barragem não sei se exatamente na questão se lá tinha ou não tinha porque eu não tenho os projetos e não tenho essas informações, eu gostaria que fossem passadas essas informações porque elas são, realmente, de grande valia para esta Assembléia, uma vez que aquela obra foi construída no ano de 1972 e nós poderíamos, em função dos preços classificados lá, ter alguns indicativos para avaliarmos aquilo que estamos discutindo aqui hoje.

Então, a minha pergunta, Senhor Presidente, está presa nos preços do DER, nos preços de Passaúna e nos preços da obra do Canal de S. Simão. Eu gostaria de saber da possibilidade de ter respondida esta minha pergunta. E, concluindo, eu gostaria de dizer o seguinte: se a COPEL teve competência para abrir um edital de concorrên-

cia, quem pode o mais, pode o menos; se eu vou a uma loja para fazer um orçamento para comprar uma geladeira, ou qualquer outro eletrodoméstico e só tenho 120 mil cruzados no bolso e os eletrodomésticos que eu pretendo comprar custam 300 mil cruzados, não é porque foi feito o orçamento que eu deva comprar sem ter o dinheiro, ou que eu deva pagar mais do que o que vale por razão de ter sido feito o orçamento solicitado anteriormente. Nós deveríamos realmente debater isto a fundo para que pudéssemos ter aqui clareada a razão da C.R. Almeida, a razão da COPEL para que não fosse concluídas as coisas aqui com uma palavra fácil, como disse o Deputado Greca: Será que isso não está sendo feito pura e simplesmente para o ibope do Partido do Governo. Eu quero só responder ao Deputado Greca dizendo que o Partido do Governo, nas pesquisas feitas, o Governador do Paraná tem mais de 90% de positivo nas pesquisas. E não é por aí, Deputado Greca. A coisa é muito mais séria do que se possa parecer.

O SR. RAFAEL GRECA - Reservo-me o direito de discordar do Senhor porque essa é a sua visão ...

O SR. PRESIDENTE - (Quielise Crisóstomo) Somente para ... Eu solicito aos Senhores Deputados somente para informar de que como os demais Deputados serão convocados para essa sessão, portanto das Comissões, onde proposições da natureza desta do Deputado Scarpellini poderão ser apreciadas internamente nas Comissões para posterior deliberação.

Com a palavra os nobres oradores para resposta ao Deputado Scarpellini.

O SR. MACHADO - Esse é o falso dilema: a compra da geladeira, a compra da caneta, a compra do automóvel. Não é o particular que está agindo, é a administração pública. Eu não preciso da geladeira, eu posso prescindir da geladeira, do automóvel ou da caneta. A administração pública não pode prescindir das obras públicas. Se não tem o dinheiro, exatamente a própria Lei, os próprios princípios de Direito Administrativo fixam isto, são as cláusulas exorbitantes do direito de contrato administrativo que permitem à administração pública estabilizar o vínculo, modificar o projeto, diminuir o seu custo. O que não pode é lançado um edital que comprometa a administração pública e depois dizer que vai fazer outra coisa. Este é o interesse público que está em defesa, é a seriedade da administração pública, é a firmeza dos editais. Se não tem o dinheiro com o projeto que fez, muda o projeto. Mas o edital é sério. Este é o interesse público. Não é

se brincar com a administração pública, não é se brincar com o Direito Administrativo, é se fazer coisa séria. Eu compro automóvel se quero, senão ando de ônibus, mas não faço uma usina hidrelétrica com o dinheiro público se eu quero, porque eu preciso fazer. A administração pública está para cumprir suas finalidades de serviço público e poder público. A administração pública é um instrumento do administrado e não um fim em si mesmo. A COPEL não é "A COPEL", a Sorbonne", a COPEL é a Concessionária de Energia Elétrica do Estado do Paraná e eu tenho direito de erigir uma boa energia elétrica, que ela faça esta boa energia elétrica. Se faz projetos mirabolantes corrija-os dentro do seu dinheiro. Mas ela tem de, com o princípio de moralidade administrativa, concluir esta licitação com o contrato e depois sim barateá-lo.

O SR. PRESIDENTE - (Quielise Crisóstomo) Com a palavra o Senhor Deputado ...

O SR. REINALDO BELICH - Só gostaria de dar a resposta para complementar ... (Assentimento).

O nobre Deputado fez uma pergunta em relação à obra de Passaúna, ao DER do Paraná, as obras rodoviárias, e também a São Simon. Primeiro, as obras rodoviárias, não há termos de comparação. Mesmo as duas hidrelétricas o preço de rocha tem uma série de itens que divergem ...

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Senhor Presidente, questão de Ordem. (Assentimento).

Só para esclarecer. Quem levantou a questão do DER foi a própria CR. Almeida. Vou demonstrar isto, só preciso ir ao meu gabinete. Outra coisa, eu apenas disse o que há em comum em remoção de terra. Se não há nada em comum, então diga que não há nada em comum.

O SR. REINALDO BELICH - Disse que não são comparáveis exatamente porque existem pontos que são divergentes. Mas posso lhe adiantar o seguinte, o preço a nível de março da rocha, no DER do Paraná, é em torno de 1500 cruzados o metro cúbico. É evidente que existem diferenças entre uma obra hidrelétrica e outra. Mas existe preços de rochas do DER de 1500 cruzados o metro cúbico.

Sobre a barragem de Passaúna é uma obra totalmente diferente, é uma barragem de terra, e a obra de Segredo é de enrocamento. Passaúna não tem instalação de rochas. Os preços não são comparáveis.

Sobre a obra de São Simon o que posso adiantar é o seguinte, os parâmetros usados para fazer o nosso orçamento da obra

de Segredo são baseados naqueles obtidos na obra de São Simon. Isto significa produtividade dos equipamentos, os tipos de máquinas. Inclusive muitas das máquinas que nós usávamos para esta obra, estão usando no (ininteligível), são máquinas que já usamos na obra de São Simon. Acontece que naquela ocasião lá era uma concorrência internacional com uma série de particularidades. Naquela ocasião da concorrência internacional o Governo, especificamente para a São Simon, fez um decreto isentando as empresas de todas as taxas de impostos para importação de máquinas, de insumos, tudo o que quisesse trazer. Elas entrariam no Brasil sem impostos. Um trator que naquela época custava 150 mil dólares, hoje temos que comprar no mercado nacional e este trator custa 650 mil dólares. E hoje mesmo nos EUA este mesmo trator custa 300 mil dólares. É evidente que nós, que somos brasileiros, temos que comprar no mercado brasileiro e temos que pagar os preços do mercado. Estas são as diferenças. Agora, como princípios de produtividade, de equipamentos, pessoal, insumos, na nossa orçamentação são exatamente os parâmetros de São Simon. Divergem nos preços dos insumos, que são os preços de mercado, que se coloca nestes parâmetros para se chegar ao preço. Esta é a diferença. Então, não há condições de comparar um preço de São Simon, comprar uma máquina, sendo que a mesma máquina custa (ininteligível). Isto é condição de mercado, é problema nacional que não nos ajeta, não nos compete.

O SR. PRESIDENTE - (Quielise Crisóstomo)
Respondida a pergunta, passamos a palavra ao Deputado Tonelli. Nós solicitaríamos que o nosso colega viesse aqui à frente, para efeito de melhor audição e visibilidade do nobre orador.

O SR. PEDRO TONELLI - Bem, certamente esta discussão é muito salutar, muito rica, porque envolve recursos públicos num montante grande, que certamente nós interessamos. Colocamo-nos no lugar do Governador, no lugar da COPEL e qualquer um de nós, certamente, teríamos que avaliar com profundidade. Acho que ontem nós ouvimos atentamente a COPEL, embora a COPEL não nos tenha convencido plenamente com os seus argumentos.

Hoje, estamos ouvindo também o outro lado da história e nós, como homens públicos, temos que ouvir o outro lado para julgar.

Eu quero voltar aos detalhes, quando C.R. Almeida na sua justificativa relativa às questões específicas do desvio e da escavação, justificando os valores. Ela não colocou na justificativa com relação a ou-

tros itens que estão aqui, por exemplo, na questão do concreto e do cimento, que também altera valores e na planilha da COPEL, nos preços do consórcio Paranaense, reajustados e realinhados os preços, e aí não tem frete, não tem deslocamento do plano, se tem que subir elevador. Estes argumentos não entram no cimento e no concreto. E tem um valor a mais, ainda, de 13%. Eu gostaria que a C.R. Almeida explicasse este detalhe.

O SR. BELICH - Nós, no início da nossa explanação dissemos que haviam três pontos fundamentais. Um dos pontos era um erro no total da planilha, sob o critério da COPEL.

O SR. RAFAEL GRECA - Só um aparte. Eu gostaria de requerer, com base na ideia deste erro, eu gostaria de requerer esta composição de preços da parte da C.R. Almeida e da parte da COPEL para exame para a Comissão. Porque a afirmação, aqui, fica por conta da verdade de cada uma das partes. Mas, vendo os números, ficaria melhor.

O SR. PRESIDENTE - (Quielise Crisóstomo) Só para responder ao Deputado Greca, que faz parte já do Requerimento do Deputado David Cheriegate. E nós vamos apreciar internamente, na Comissão.

O SR. JOSÉ FELINTO - Só para um esclarecimento, Senhor Presidente.

O Deputado David Cheriegate recebeu e ficou encarregado de distribuir aos demais Deputados. Não sei se foi feito isso. Eu tenho esta informação, quanto a parte da COPEL. Eu tenho cópia.

O SR. PRESIDENTE - Segundo o Deputado David Cheriegate, ele não teria recebido. Com a palavra, então, os oradores, para responder.

O SR. BELICH - Então, o que nós queríamos dizer é o seguinte: que pelos próprios critérios da COPEL, existe um erro na planilha da COPEL, justamente um dos itens é o do concreto. E realmente, o concreto calculado pelos critérios que a COPEL diz que usou para balisar os preços, chega exatamente ao valor que nós entramos na concorrência. Inclusive, nós não abordamos este problema porque realmente o Dr. Gomide veio aqui e na sua explanação havia dito que a diferença principal, realmente, estaria na rocha e na parte que se refere ao desvio. A parte de concreto está incluída dentro daquele primeiro ponto e diz que houve erro de cálculo de planilha. Nós temos aqui e podemos fornecer imediatamente o nosso cálculo da planilha, dentro dos

critérios a que foram expostos aqui.

O SR. PRESIDENTE - (Quielise Crisóstomo)
Respondida a pergunta do Deputado Tonelli, passamos ao horário do Deputado Ceranto.

O SR. ALEXANDRE CERANTO - Senhor Presidente, estou ouvindo a C.R. Almeida e ouvi ontem a COPEL. Estranhamente como membro da Comissão de Finanças, não tenho documento nenhum, não me foi entregue documento. Eu só queria colocar isso aos senhores e vou aguardar as próximas reuniões das Comissões.

O SR. PRESIDENTE - (Quielise Crisóstomo)
Exatamente esse é o motivo pelo qual as Comissões farão uma reunião conjunta "a posteriori" para discutir, porque, como V. Exa. está vendo, estamos recebendo material a todo o momento, para que depois nós possamos analisar. Realmente, a Comissão não tinha recebido condições para oferecer ao nobre Deputado, para julgamento de imediato.

Com a palavra o senhor Deputado Felinto.

O SR. JOSÉ FELINTO - Senhor Presidente, quero parabenizá-lo pela lisura com que tem dirigido a reunião e também parabenizar e agradecer a C.R. Almeida por estar presente aqui nesta Casa e dizer que parabenizo a competência do Gomide, porque ontem eu pude vê-lo sozinho respondendo as perguntas de quem o interrogou. Hoje, três usaram da palavra. Ao entrar um pouco atrasado, ouvi o senhor Reinaldo Coimbra falando sobre a Carta da D.M.

O SR. REINALDO BELICH - Nós podemos fornecer cópia.

O SR. JOSÉ FELINTO - A C.R. Almeida é consorciada da CESBE na primeira fase da obra?

O SR. REINALDO BELICH - Perfeitamente.

O SR. JOSÉ FELINTO - Eu gostaria de saber do senhor se o senhor tem conhecimento que a D.M. tinha intenção de fazer mas que ela era minoritária no consórcio e que tinha apenas 25%, e portanto, era voto vencido? V. Exa. tem conhecimento disso aí?

O SR. REINALDO BELICH - Eu sei que ela era minoritária. Agora, com respeito ao voto vencido, não a obriga a assinar uma carta.

O SR. JOSÉ FELINTO - Claro, mas estava declarando que a D.M. ao ter vontade de participar da obra, por ser minoritária

até 25% foi obrigada a se somar à maioria e concordar com relação àquela decisão.

O Senhor disse também que o Gomide, senhor Machado, estava prestando um des-serviço ao Governo? Há um equívoco. Eu acho que deve ter-se dito que a irresponsabilidade de se aumentar 93 milhões de cruzados, digo, de dólares, de uma concorrência onde tinha o teto máximo e cuja empresa consorciada do senhor, na primeira fase aqui está a carta que eu passo à Mesa - dizendo que se propõe a prestar o mesmo serviço num valor estipulado pela COPEL. Portanto eu acho que ficou claro com relação à posição da COPEL.

Lamento, por questões inteiramente necessárias, não ter chegado aqui no horário.

Mas eu gostaria de fazer mais uma pergunta ao senhor: A COPEL pagou em março setecentos e oitenta e cinco o metro cúbico de rocha escavada em janeiro - falava aqui ontem o Presidente da COPEL. Valor já corrigido para o mês de março, segundo a própria COPEL, pelos mecanismos de correção conhecidos nesse segundo contato, digo, contrato, e esse valor poderia ser hum mil e dezenove e só não, porque os senhores exigiram na Justiça o critério de correção antigo fosse preservado, mas só até onde trouxesse vantagens aos senhores, porque depois do Plano Cruzado, os senhores foram a COPEL pedir essa mesma operação que queria o Presidente da COPEL, que naturalmente os Senhores julgavam estar errado. Corretamente negado pelo Dr. Gomide, eu quero saber se é verdade ou não, a que os Senhores chegaram a pedir prisão em flagrante do Dr. Gomide, porque ele pretendia fazer aquela alteração bem antes, alteração que os Srs. julgavam nociva aos interesses da Empreiteira, e que depois do estouro do Plano Cruzado, os Srs. foram à COPEL pedir que aquela alteração antes oferecida, rechaçada pela C.R. Almeida fosse submetida em aditamento ao contrato. Eu gostaria de saber.

O SR. LUIZ ALBERTO MACHADO - Eça dizia no seu livro "A Relíquia" que tinha a coragem de afirmar que ... (inaudível). Eu preciso me socorrer do Dr. Gomide para as questões técnicas e ele precisa se socorrer de mim para as questões jurídicas. No consórcio não há voto vencido.

Consórcio são duas Empresas que não perdem a sua personalidade. Se não concordassem não assinava a carta. Sinal que ele concordou.

Em 2º lugar a C.R. Almeida realmente pediu a prisão preventiva, não pediu a prisão por desobediência à ordem judicial do Presidente da COPEL. Porque ele se recusava a cumprir a sentença. Depois que ele cumpriu a sentença, alterando o con-

trato.

O que nós pedimos então, e pedimos hoje, é apenas a normalidade Jurídica.

O Direito sofre mudanças por circunstâncias, existe uma coisa que já os Romanos falavam na cláusula "Rebus Sic Stantibus", tem que se interpretar a norma no momento em que ela foi escrita com aquela circunstância. Se as circunstâncias mudam, muda a norma.

O Dr. Gomide quis colocar uma norma contra as circunstâncias na 1.ª página. Nós tivemos que entrar aí sem previsão nenhuma, há uma falsa informação a Vossa Excelência, nós entramos com uma ação declaratória de que o contrato devia ser assinado igual àquele que constava no Edital. Houve uma composição entre C.R. Almeida e COPEL, até eu me enganei. Achei que tivera uma nova fase de relacionamento.

Nós pedimos a desistência dessa ação e assinamos o contrato conforme Edital. Ocorre que por força do Governo, e aí chama-se fato do Príncipe, que altera as condições contratuais, por força do Governo, houve o Plano Cruzado 1, Plano Cruzado 2, Plano Cruzado 3, o Plano Cruzado N, o Plano Bresser 1, 2, 3, que modificaram as condições. Se congelou o reajustamento enquanto os insumos cresciam, se proibiu que se pagasse os aumentos de salários que eram reais.

Nós paralisamos obras em São Paulo, na vigência do Plano Cruzado, exatamente por esse motivo, e os órgãos públicos compreenderam e o Governador Franco Montoro por um Decreto, "ex-officio" aprovando um Parecer da Procuradoria Geral do Estado, determinou que se fizesse a recomposição de preços, porque a recomposição - e daí também Eli Lopes Meirelles, que só é lido em partesinhas e não é lido o livro todo, diz que "a recomposição é um dever do Estado", a manutenção do equilíbrio econômico financeiro do contrato é um dever que o Estado tem. Não é preciso que a gente peça, o Estado tem que dar.

Agora tanto que está na lei, então é o Eli, o Celso Antônio Miguel Ferreira e o Miguel Seabra Fagundes. Estão todos dizendo contra o jurista Gomide, que se deve dar a recomposição de preços.

O SR. JOSÉ FELINTO - O Sr. fez o melhor discurso, mas não me convence.

A CR Almeida não estaria se valendo de um momento crítico, na oferta de energia elétrica do País para alcançar preços abusivos?

Mais uma pergunta que eu deixo para os senhores. E não seria ilegal que a COPEL deixasse de revogar a licitação e entregar os serviços a um dos concorrentes com propostas no valor do teto estabelecido pelo

Edital? Tendo em vista que é possível que todas as empresas executassem as obras, com valor só um pouco superior ao limite estabelecido e que tenham deixado de apresentar proposta respeitada no primeiro edital?

Eu gostaria, inclusive, já ficou claro que a CESBE, uma das empresas que procurou a COPEL e que também é consorciada na primeira fase da CR Almeida, aceitando o preço da COPEL que fosse lida essa carta, porque o Sr. Machado fez um belo discurso e disse que essa proposta não existia era inexistente, eu ouvi ele falando, aí estão as cópias, eu gostaria que essa Presidência lesse a proposta da CESBE, concordando com o preço da COPEL.

Portanto, eu acho que o Dr. Gomide está preservando o direito público, a lisura do Administrador responsável.

O SR. LUIZ ALBERTO MACHADO - Só para responder, eu disse inexistente juridicamente, não existente fatidicamente, não duvidei da afirmação do Dr. Gomide, que a proposta (?), segundo, subir só um pouquinho o preço do teto não significa que o preço do teto foi desrespeitado.

O SR. JOSÉ FELINTO - Vossa Excelência mostra aqui na proposta que podia subir um pouquinho em outra concorrência.

O SR. LUIZ ALBERTO MACHADO - Foi o que eu disse é que a concorrência exige, primeiro que a COPEL tem que fazer concorrência. E, segundo, que a lei exige que na concorrência haja uma qualificação técnica. E não se pode fazer proposta assim. É um desrespeito a toda uma estrutura política. Isso é fazer tábua rasa, aí sim o Poder Legislativo, que faz as leis. Algumas vezes não vale. Vale quando me interessa. Nós estamos vivendo aqui o que Basílio falava, em italiano: "La menzogna publica a la veritat privada". Todos têm que respeitar a lei, menos que sejamos nós. Também não quero viver uma mentira pública e uma verdade privada. Nós queremos que se impinjam o respeito às leis desde que ela nos favoreça. Eu não sou assim. Eu sou um profissional das leis; eu preciso das leis; eu vivo das leis; eu quero que elas sejam respeitadas. Eu quero que esse decreto-lei n° 2300 seja respeitado como um todo e não em pedacinhos. Não na revogação. Eu quero que ele seja respeitado, como diz a revogação, que é um princípio do Direito Administrativo, quando há desvio de poder.

É essa a questão que está em juízo.

O SR. PRESIDENTE - (Quiel-se Crisóstamo) Com a palavra o Deputado Antônio Belinati.

Não estando presente, concedo a palavra ao Deputado Nereu Massignan.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. empresários da CR Almeida e demais empresários.

Eu vou, me desculpem se aquilo que vou dizer, vou procurar interpretar aquilo que as pessoas aí fora ouvem. As pessoas que me perguntaram e me questionaram sobre isso. Vamos refletir as angústias dessas pessoas humildes, pessoas aí fora que chegavam e chegam à gente e perguntam como está essa questão da COPEL de 100 milhões de dólares.

Argumentando da seguinte maneira. Eu acho que quando estamos aqui, todos curiosos em saber por que há essa diferença de 100 milhões de dólares. E é isso que o pessoal aí fora quer saber. E em razão dessa diferença, por que houve a anulação da concorrência? Há que se constatar que a opinião pública nesse aspecto está mais favorável à COPEL. São 100 milhões de dólares, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quando eu vejo uma comparação que o transporte de um piano em 100m tem um custo de frete. E esse mesmo piano fosse transportado a um edifício de 20 andares, terá um custo diferenciado.

Quando eu vejo a comparação que uma corrida de táxi do Centro Cívico ao centro da cidade tem um preço, e essa mesma corrida de táxi do Centro Cívico ao Pinheirinho, evidentemente, terá um preço diferenciado, para se comparar um questionamento de 100 milhões de dólares eu fico, eu invoco ainda mais com veemência o benefício da dívida.

Ora, as comparações são muito distantes de 100 milhões de dólares para uma corrida de táxi ou para um transporte de piano.

Aquelas amostragens de diferença de frete ou de transporte de terra ou de rocha envolvem bilhões de cruzados.

Então, eu gostaria que me justificassem melhor. Eu gostaria que adentrássemos mais, com mais veemência nessa questão da diferença. São 100 milhões de dólares. Um pouco abaixo do que se gastou no Paraná para implantação do programa "Clic Rural" que foi 138 milhões de dólares com 120 mil propriedades beneficiadas multiplicando-se isso em quase um milhão de paranaenses beneficiados.

A questão jurídica, no caso, é interessante, mas não é só esta questão, quando o Dr. Machado optou para desprezar um item que era nulo, porque a lei assim o dizia e por isso entrou na concorrência.

Então, eu gostaria que os Srs. se aprofundassem nessa questão, são cem milhões de dólares, a opinião pública quer saber, quer ter uma opinião mais razoável neste

aspecto.

Em segundo lugar, eu tenho uma série de perguntas e eu me permito encaminhar à Presidência, já que os Deputados têm limitação de tempo, e que a Presidência formulasse as perguntas aos Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Quielise Crisóstomo) A pergunta formulada pelo orador ou pelo Presidente ocupa o mesmo tempo. Então, esgotado o tempo do Deputado Massignan, eu não posso, usando a minha prerrogativa de Presidente, formular as suas perguntas.

Eu encaminho as suas perguntas aos representantes da CR Almeida, para que eles nos encaminhem, já que as perguntas que são, aparentemente longas, nos encaminhem por escrito as respostas, para esta Comissão, até quarta-feira que vem, que será até a data de quarta-feira que esta Comissão deverá se reunir novamente para apreciar toda a documentação encaminhada a esta Comissão. Então nós recebemos as perguntas e encaminhamos para serem respondidas, por escrito.

Eu concederia, para esclarecimento, a palavra ao Deputado Massignan, se ele tem alguma pergunta a fazer a respeito.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Sr. Presidente, Vossa Excelência foi salomônico na decisão, que atende em parte aos interesses deste Deputado e também poderemos chegar às respostas pela forma de seu encaminhamento. Mas como estamos num debate, a maneira como Vossa Excelência decidiu vai restringir o acesso a estas informações, não eventualmente aos Deputados, que receberão cópias, mas, e as demais pessoas que estão interessadas no debate? Ora, se nós estamos num debate, criamos toda esta parafernália de aparelhos, de convocações, de requerimentos, para fazer isso, eu não vejo inconveniência nenhuma em nós ficarmos aqui mais uma hora, duas, transferimos para a tarde a continuidade deste debate, ou para amanhã, eu não sei se a questão aqui é se limitar ao tempo. Como eu disse, são cem milhões de dólares. É uma questão altamente técnica, de vários conceitos aprofundados, jurídicos, não é um assunto que se decide como se decide no Plenário um requerimento pedindo a construção de uma sala de aula, lá no meu município de Dois Vizinhos!

O SR. PRESIDENTE - (Quielise Crisóstomo)

Esta Presidência decide a sua questão de ordem, e nós encaminhamos aos nobres oradores que ocupam a tribuna e lhe dá o tempo de 10 minutos para tecerem comentários a respeito.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Sr. Presidente,

para não constranger os demais inscritos, eu requeiro que este encaminhamento seja feito depois de esgotadas as inscrições dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Quielise Crisóstomo) Acatada a sua sugestão.

Concedo a palavra, oficialmente, pela ordem de inscrição, ao Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, é o seguinte, o Deputado Nereu Massignan levanta uma dúvida com relação aos 100.000.000 de dólares, o diferencial de preço na condução da obra. Esta obra se chama Usina de Salto Segredo, se não se proclamam as perguntas do Deputado Nereu Massignan, que é um Deputado da Bancada da Situação, e não se dá a oportunidade pública da parte fazer a sua resposta, no tempo devido, dá a impressão que nós queremos transformar essa Comissão num rito esotérico, ou seja num rito para tecer mais segredo em cima desse segredo, que integra o Paraná inteiro.

Então deve o Deputado Massignan...

O SR. PRESIDENTE (Quielise Crisóstomo) - Vossa está polemizando...

O SR. RAFAEL GRECA - ... deve o Deputado Massignan proclamar as suas perguntas e deve a parte ter a oportunidade de respondê-las, porque não pode essa Comissão se comportar como uma gincana de tempo e de espaço como se fosse uma prova do Festival de Maio do Clube Curitibano, isso aqui é Assembleia Legislativa do Paraná!

O SR. PRESIDENTE (Quielise Crisóstomo) - Vossa Excelência, por favor guarde as suas piadas para depois do Expediente.

O nobre Deputado David Cheriegate com a palavra, após o que eu passaria as perguntas ao nobre Deputado Massignan para serem respondidas. Com a palavra o Deputado David Cheriegate.

O SR. BELICH - Só respondendo então a pergunta do nobre Deputado, ele mencionou aqui nós usamos de transporte de piano, de prédios, nós usamos, a mesma linguagem, como o Doutor Gomide para dizer que a diferença no termo verbal, deu exemplo da compra de uma caneta, da compra de um automóvel.

Eu acho que para responder, para nós nos aprofundarmos e isso já foi pela própria Mesa do nobre Deputado, já foi sugerido uma Comissão de alto nível que analise uma proposta, porque a nossa proposta está aqui, é transparente, está dentro da COPEL e teria-se que pegar um estudo, um

orçamento da COPEL, porque a COPEL até agora só apresentou uma folha de papel onde fez um exercício de números para justificar o que foi feito, mas isso é um assunto muito sério e não pode se fazer transposições simplesmente de preços, para justificar um teto, eu acho que tem que ser feito um orçamento, a COPEL tem capacidade ou fez na 1ª fase, não usou transposições e agora numa obra de muito mais responsabilidade, muito mais vulto, simplesmente pega preços de outras obras e transpõe pura e simplesmente ou para fixar esta. Então eu acho que para dirimir essas dúvidas, seria oportuno a convocação de uma Comissão de alto nível para examinar tecnicamente, é a única forma para não ficar num jogo de palavras.

O SR. DAVID CHERIEGATE - Eu faço como 1ª pergunta, eu gostaria que a C.R. Almeida fizesse um relato sucinto na participação histórica nas obras da COPEL que a C.R. Almeida teve até o dia de hoje. Se já participou de concorrências, se já construiu obras? Mas sucintamente, por causa do tempo.

O SR. BELICH - Perfeitamente, nas obras que a C.R. Almeida participou dentro da COPEL, participou da concorrência da Usina Hidrelétrica de Salto Osório em consórcio com a Cetenco, apresentou o menor preço, ganhou a concorrência, só que a COPEL entregou à segunda colocada um preço de 25% superior ao da C.R. Almeida, porque disse que o lucro da C.R. Almeida era muito pequeno.

O SR. DAVID CHERIEGATE - Em que ano e em que administração?

O SR. BELICH - Foi na administração do Governador Leon Peres.

Posteriormente a obra do desvio de Segredo, do Segredo não, desvio de Foz do Areia, a C.R. Almeida participou igualmente da concorrência, ficou em segundo lugar, com a diferença de quase 40% acima da 1ª colocada e a COPEL nesta ocasião. Houve por bem entregar a obra ao 1º colocado, achou que o preço apesar de ser bem baixo do preço orçado pela COPEL e a empresa tinha condições de executar, foi entregue a obra à Construtora Andrade Gutierrez. Posteriormente, na construção da Hidrelétrica de Foz do Areia, ainda da 2ª etapa, a C.R. Almeida também participou desta concorrência, ficou em 3º lugar, com uma diferença na ordem de 12% em relação ao 1º colocado e a obra foi entregue à 1ª colocada.

No último episódio do desvio do rio, a C.R. Almeida participou igualmente da concorrência, teve o menor preço dentro dos limites mínimos fixados pela COPEL e foi penalizada na sua proposta técnica, sendo

classificada em 4º lugar, por uma ação da justiça nós ganhamos e a COPEL foi obrigada a reclassificar as três empresas contra os três consórcios que estavam com eles, e entregar a obra a C.R. Almeida pelo menor preço.

O SR. DAVID CHERIEGATE - Eu perguntaria dentro das suas informações, a C.R. Almeida tem como conclusão que existe uma pré-disposição contra os interesses da C.R. Almeida junto à COPEL, ou teria tido todos esses anos uma pré-disposição contrária a C.R. Almeida?

O SR. BELICH - É difícil responder. Não diria que há uma pré-disposição. Eu acho que nesse episódio da segunda etapa por problemas que nós não entendemos existe uma pré-disposição. A COPEL sabia que nós pelas condições de já estarmos na obra, então teríamos as melhores condições para ganharmos essa proposta, mas fixou um teto que era inexecutível, nós tivemos em várias oportunidades antes mostrando ao presidente da COPEL que havia um equívoco, que o preço era inexecutível, mas infelizmente foi mantida a posição e nós decidimos entrar com o preço e não foi aprovado.

O SR. DAVID CHERIEGATE - Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu gostaria, encerrando, de chamar a atenção de todos os membros desta Comissão conjunta e também dos ilustres componentes do Poder Legislativo do nosso Estado que nos preocupa muito o fato de que esse "affair" - C.R. Almeida e COPEL, teve desdobramento e acusações simultâneas colocadas de ambas as partes. Eu gostaria de lembrar que a COPEL talvez seja um dos orgulhos do nosso Estado, desde Parigot de Souza que ela é uma das empresas mais respeitadas do nosso País, e por outro lado a C.R. Almeida durante todos esses anos que realiza obras no Paraná, no Brasil e no exterior, merece o nosso respeito como representante do povo paranaense. Em função de que esse "affair" não caminha para acusações mútuas que talvez venham denegrir a imagem da empresa e de uma construtora que também é um dos orgulhos do Paraná nós insistimos para que nós possamos esclarecer definitivamente à população paranaense sobre esse "affair" que seja colocado em votação o nosso requerimento que propõe a contratação de uma auditoria externa para analisar o orçamento ou os orçamentos que foram o motivo principal de todos esses acontecimentos que nós estamos a assistir e a debater aqui nesta Comissão.

Eu acredito que é da maior importância a contratação dessa auditoria para reestabelecer e poder dar aos Deputados da Assembleia Legislativa condições de esclare-

cimento, pondo um fim a isso que nós já começamos a acreditar que será uma demanda judicial que demorará muito tempo e que vai trazer prejuízos para a imagem da empreiteira, para imagem da COPEL que eu acredito que já trouxe.

O SR. NEREU MASSIGAN - (Questão de Ordem).

Eu abri mão das minhas perguntas de escravo do horário de três minutos, então não gostaria de cercar a palavra a um colega meu, mas gostaria que Vossa Excelência fosse coerente com as decisões. A não ser que pela exceção eu seja beneficiado e possa formular minhas perguntas.

O Sr. Quilse Crisóstomo - Eu respondo a Vossa Excelência, que talvez Vossa Excelência não percebeu, no momento, ou por falta de atenção, ou... de que no momento em que fossem ouvidos todos os oradores, eu aceitaria as reinscrições. Vossa Excelência poderá fazê-lo, por três minutos, que é a maneira de eu controlar. Mas, Vossa Excelência poderá fazer uso novamente da palavra.

O SR. DAVID CHERIEGATE - Eu gostaria de informar ao nobre Deputado Nereu Massignan, que a nossa proposição vem em paralelo, ou até em apoio às afirmações feitas aqui neste plenário, para que haja um esclarecimento, e um esclarecimento só se dará com uma análise detida, detalhada tanto da COPEL quanto ao orçamento da C.R. Almeida. Por isto que eu insisto e solicito ao Presidente que coloque em votação este requerimento.

Porque a decisão é fundamental, para continuidade dos nossos trabalhos. E para restabelecer a verdade, porque foi ventilado aqui, digo, vinculado aqui, por dois ilustres parlamentares, afirmações que fizemos ontem com relação às concorrências do DER, e hoje foi falado aqui, de que eu afirmei que o DER não faz concorrência.

Eu gostaria de esclarecer aqui, que isto eu falei ontem, e me responsabilizo pelas minhas afirmações. O que eu afirmei é que existe um acordo de cavalheiros entre a Associação dos empreiteiros do Paraná e o DER para o encaminhamento das concorrências públicas, no Estado do Paraná.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Que acordo é este?

O SR. DAVID CHERIEGATE - É um acordo onde a Associação dos empreiteiros tem uma participação direta, no encaminhamento das concorrências.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Mas que acordo? Então não tem concorrência.

O SR. DAVID CHERIEGATE - Existe a concorrência, e o DER estabelece um teto de 10%.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Me permite um aparte? Vossa Excelência está afirmando que há um acordo entre empreiteiros e o DER, e eu quero saber que acordo é este. Já que Vossa Excelência é funcionário do DER, foi, quero saber. A acusação não pode ficar assim; essa definição do acordo não pode ficar ao léu. Nós precisamos saber isto.

O SR. DAVID CHERIEGATE - Quem poderá responder a essa questão, é o Secretário dos Transportes.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Mas Vossa Excelência afirma que há um acordo, Vossa Excelência tem que definir que acordo é este.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI - Senhor Presidente, questão de ordem.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO - Vossa Excelência está com o tempo esgotado, e o Deputado Nereu já está inscrito, assim como o Deputado Scarpellini.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Mas é que o assunto está bolando a questão aqui. Há uma declaração séria do nobre Deputado David Cheriegate, que existe um acordo entre os empreiteiros e o DER.

Eu gostaria de saber que acordo é este. Uma afirmação de tamanha importância, não pode ficar assim, como um registro apenas às notas taquigráficas.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO - Eu encareço a Vossa Excelência...

O SR. NEREU MASSIGNAN - Aqui estão inúmeros Deputados, aqui está a representação da sociedade paranaense, aqui há setores importantes, presentes aqui.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO - Deputado Nereu, eu solicito a Vossa Excelência...

O SR. NEREU MASSIGNAN - Não é possível que nós ficamos calados, com esta questão, que é de suma gravidade, de suma importância. Este Poder tem a obrigação de questionar esta afirmação do ilustre colega.

O SR. PRESIDENTE - Esta Presidência vai responder.

A sua questão está sendo anotada, e eu diria de que a questão em discussão não faz parte da matéria desta sessão. Não somente Vossa Excelência, como o Deputado David Cheriegate estão infringindo em erro

crasso, porque não é para discutir este tipo de matéria.

O SR. JOSÉ FELINTO - Senhor Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra o Deputado José Felinto.

O SR. JOSÉ FELINTO - Eu quero comunicar à Casa, à Presidência, estes trabalhos que eu estou com o requerimento para entregar à Mesa, pois, ontem lamentavelmente não teve Sessão, mas, que entrará hoje, convocando o Secretário dos Transportes e o Presidente da POP, para uma comissão geral, esclarecer as denúncias do Deputado David Cheriegate.

O SR. PAULO FURIATTI - Senhor Presidente, uma questão de esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE - Por obséquio, eu pediria que não abusasse...

O SR. PAULO FURIATTI - É só para esclarecimento. O Deputado David Cheriegate faz um pedido de que fosse votado nesta comissão, uma auditoria. Eu havia argumentado, Senhor Presidente, de que eu teria uma preferência de que fosse a sociedade civil, para que nós tivéssemos o respaldo da sociedade civil.

Vossa Excelência me informou de que numa reunião da comissão este assunto seria discutido e debatido. Portanto, me parece prejudicado, o pedido do Deputado David Cheriegate, se permanecer a vossa decisão.

O SR. PRESIDENTE - Absolutamente certo, Vossa Excelência. Matéria vencida e o pedido do Deputado David Cheriegate já foi acatado para ser discutido em sessão posterior...

Pela ordem, novamente demonstrando espírito democrático desta presidência, e pela 3.ª vez, o Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Eu gostaria de ouvir do Dr. Luiz Alberto Machado, à luz do direito administrativo, a explicação à propósito da idéia expressa nessa proposta da firma D.N. Construtora de Obras, CESBE, Engenharia e Empreendimentos, de SINODA Construções, Dr. Luiz Alberto Machado, à luz do direito administrativo, eu gostaria de ouvir a sua versão à propósito dessa contra proposta, apresentada depois de encerrada e julgada a concorrência. Depois da concorrência feita o aparecimento de consórcios com preços enormes, sendo este consórcio composto de empresas que, até documentadamente, concorreram inabilitação técnica ou discordância de preços. Eu gos-

taria de saber, à luz do direito administrativo o que Sua Excelência, queria dizer, o que o direito administrativo diria desse refluxo da concorrência numa segunda etapa.

O SR. LUIZ ALBERTO MACHADO - É absolutamente legal. É absolutamente sempre legal. A licitação pode se fazer na forma de concorrência ou de tomada de preços ou carta convite.

Na fase de concorrência visa a lei, Artigo 20, § 1º "Concorrência é modalidade de licitação entre quaisquer interessados, que na fase inicial de habilitação preliminar comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação, exigidos no Edital, para execução do seu objeto".

São exigências da lei. O Decreto-Lei 2300 exige que a concorrência seja feita assim. Posteriormente o Artigo 35 fala do processo, como será processado e julgada a concorrência, porque é a forma mais nobre, mais elaborada da licitação. E o Artigo 15 determina a existência das concorrências em relação a determinadas coisas. Esta é uma concorrência em relação a determinadas coisas. Esta é uma concorrência pública. Não é uma tomada de preços, não é uma carta-convite, é uma concorrência pública. Tem que haver necessariamente. A concorrência é um processo que se inicia com o Edital, passa pela fase de qualificação, passa pela fase de exame das propostas, e termina com o julgamento e contratação. Este processo não pode ser subvertido, não se pode tomar uma fase pela outra. Eu não posso primeiro contratar e depois qualificar. Eu não posso usar depois de fechada a qualificação para classificar uma empresa aquilo que foi exigido na classificação. Na qualificação, por exemplo: o capital. No caso de empate, nós vamos pegar a empresa com melhor capital ou com melhor rentabilidade. Não pode isso, porque é um processo ordenado.

Então, contratar-se empresas, como se pretende fazer, com consórcio de empresas que estão, as três delas, absolutamente impedidas de contratar esta obra por Lei. Evidentemente, não é legalidade.

A SINODA está impedida porque foi desqualificada, a D.N. foi impedida, porque disse, claramente, que os preços praticados no mercado eram 70% superiores ao da COPEL e, portanto, não queria entrar. Não se alegue minoria ou maioria, porque é um consórcio, a empresa não perde a sua personalidade jurídica. Ela existe, independente do consórcio, ela podia não assinar a carta, o consórcio seria desfeito mas, ela não teria concordado. E essa outra CESBE, também está proibida de obter a obra, porque a lei proíbe contratação sob

pena de nulidade da empresa que não participou das licitações. Então, imagine se agora somar essas três proibidas para fazer um consórcio proibido. Só se confunde segredo com proibição.

O SR. PRESIDENTE (Quilias Crisóstomo) -

Bom, pela ordem de inscrição do Nobre Deputado Scarpellini, eu solicitaria que na argumentação, naturalmente de perguntas e respostas, alguns assuntos extrapolam a finalidade precípua dessa sessão. Eu queria, lembrando aos Nobres Oradores que se detenham à matéria para a qual nós fomos convocados. Com a palavra o Deputado Scarpellini.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Mais do que discutir os valores aqui apresentados pela COPEL, pela C.R. Almeida ou Consórcio C.R. Almeida, estão servindo estas reuniões e esta Assembléia ao povo do Paraná, ao povo que organizado em empresas ou organizado politicamente ou em associações, está atento a este debate, está servindo para mostrar ao povo, a sociedade, como se gasta e como se utiliza os dinheiros públicos.

Eu estou, da minha parte, convencido que o debate é salutar e é desta discussão, destes opostos que certamente nascerá a energia para um Paraná novo, para um Brasil novo, talvez não a energia elétrica, mas a energia da esperança que o povo tem de ver um novo Brasil, um novo tempo.

Nós não podemos sob os efeitos meramente ficcionistas de um lado ou de outro também aceitá-los aqui, numa proposição feita por três empresas que tiveram oportunidade também de fazer isso em uma outra fase e não fizeram, pura e simplesmente não queremos dizer que a nossa bem não está nu, a COPEL tem suas razões e a C.R. Almeida tem as suas razões. Razões tem o povo bastante para questionar os parlamentares, para questionar os secretários quando realmente se confunde a opinião pública, apresentando documentos dessa natureza.

Eu quero dizer, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que nós vivemos sob um império das leis, o ordenamento jurídico está aí pré-estabelecido para ser cumprido, se não nós estaríamos vivendo num estado pleno de anarquia.

Nós não podemos admitir que a D.M. Construtora de Obras Ltda, que a Cesbe e que a Sinoda Construções venham agora a apresentar uma carta dizendo que querem construir a obra por cem milhões de dólares a menos, quando elas tiveram oportunidade de apresentar em uma outra época e não o fizeram ou por razões de ordem técnica ou financeira elas não se habilitaram

a essa concorrência, portanto o que nós estamos vendo, é uma retalhação, praticamente uma retalhação entre grupos, entre interesses que se conflitam lá fora e que no entanto vêm atrapalhar o serviço público, porque seria o mesmo que nós estarmos passando pela rua 13 de maio e começar alguns dos proprietários que lá supostamente pudessem existir a nos vender determinado produto, uma hora é um preço outra hora é outro preço, o objetivo realmente talvez de um ou de outro não seja ter lucro, mas não seja permitido que um ou outro daqueles comerciante venha a vender o seu produto ou aquele que detém uma condição um pouco melhor missacre aquele que está realmente postulando uma vida comercial digna e correta.

O que nós queremos aqui, Senhora COPEL, Senhora C.R. Almeida, realmente é discutir este assunto, para que a opinião pública possa lá fora ter dados e elementos que realmente possam satisfazer a necessidade desse povo que está angustiado em função não só dessa obra ...

Mas com todo respeito que tenho pelo grande juriconsulto, nosso colega o Deputado Felinto, que nos apresentou esses documentos, não me convenço, porque seria o mesmo que eu participar de uma eleição, não me eleger e depois ficar criticando aquela eleição. Durante o período não recorri a Justiça Eleitoral contra o abuso econômico, não recorri a Justiça Eleitoral contra o horário gratuito da Justiça Eleitoral e depois vou dizer a todos os cantos que perdi a eleição porque houve corrupção, porque houve uma jogada política que as regras do jogo estavam estabelecidas.

Parece-me que a COPEL tem o direito, não quero fazer nenhum julgamento aqui, como acadêmico de Direito com matrícula trancada há quinze anos atrás, não tenho o direito nem muito menos o direito de fazer julgamento ou de ficar emitindo opiniões de ordem jurídica, mas, no meu pequeno entendimento, acho que a COPEL tem o direito de anular a concorrência.

Parece-me que este é um direito quase que líquido e certo do serviço público, em determinadas horas. Penso que também teve este direito o Presidente da República em anular aquela concorrência da Ferrovia Norte-Sul.

Seria oportuno este cancelamento de concorrência? Seria válido estes argumentos que são utilizados? Isto não sou eu que vou fazer o julgamento.

Agora o que eu não posso realmente admitir como prova para determinadas coisas é este documento que o nosso colega, Deputado Felinto, nos traz.

É evidente que tudo isto serve como uma somatória para se ter um parâmetro, de se fazer uma avaliação, mas para efeito de

rescisão nós precisamos pensar um pouco mais.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra o seguinte orador, Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Bom, eu vou pedir desculpas porque estou com gripe.

Os senhores confirmam que na concorrência da primeira fase da obra, das quatro empresas que apresentaram propostas feitas pelos preços globais, exatamente iguais entre si, iguais ao limite inferior da COPEL e a quarta apresentou preço ligeiramente superior a este limite, com uma diferença percentual praticamente desprezível?

O SR. LUIZ ALBERTO MACHADO - Sim. A COPEL usou nesta primeira fase a concorrência prevista como de preço base em que a administração fixa um valor inicial e estabelece em função dele limites e máximo de preços, especificados no ato (?) convocatório.

O consórcio que foi capitaneado pela Mendes Júnior é que apresentou esta pequena discrepância.

Dai porque este tipo de concorrência quando o preço é exequível leva necessariamente ao empate no preço e se estabeleceu no próprio edital o desempate através do exame da proposta técnica. Onde a ilegalidade? A ilegalidade foi talvez de critérios objetivos no Edital, a COPEL depois de apresentadas as propostas, conhecidas as produtividades, os equipamentos, todas as coisas, a COPEL fez um programa de computador em que fazia a pontuação em relação a isto.

Dai poderia levar onde quisesse. Poderia fazer do preto, branco, do branco preto, do vermelho, cor-de-rosa, enfim, como estas normas de exame da proposta técnica não constavam no Edital elas eram nulas.

O que o Juiz fez e aqui eu tenho até a sentença da primeira fase, foi dizer que não se podia usar esses critérios, porque não constava do Edital. Eram critérios exotéricos, inventados, que ninguém conhecia e, em relação ao relatório que dizia que a CR. Almeida não tinha erro na proposta, o consórcio que foi mandado pela CBPE (?) tinha, mas devia recuperar esse erro que a CR Almeida tinha apresentado mais equipamento do que aquele que a COPEL imaginara, embora o edital dissesse que aqueles equipamentos exigidos eram os mínimos, portanto a empresa deveria apresentar mais do que aquilo que a CBPE tivesse apresentado menos equipamentos, por força disso é que houve a reclassificação. Anu-

lado o critério de julgamento a classificação mudou automaticamente e a empresa passou de quarto lugar e poderia até ser o último, se houvesse trinta, porque era um critério posterior, a empresa ganhou a obra.

Eu acho este aspecto, Deputado, já vencido na justiça.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Perfeito. Essa decisão judicial envolvia peritagem técnica ou não?

O SR. LUIZ ALBERTO MACHADO - A ação de segurança é uma ação muito própria, em que os fatos devem ser comprovados. Então, evidentemente, não se pode fazer obstrução de mandado de segurança, mas todas as provas do relatório, tudo, estão nos autos do mandado de segurança, que propiciaram esta decisão.

O SR. NEREU MASSIGNAN - A COPEL, embora tenha entregado a obra da CR Almeida, recorreu ao Supremo Tribunal Federal. É verdade?

O SR. LUIZ ALBERTO MACHADO - Não, ela recorreu ao Tribunal Federal de Recursos.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Acontece...
(conversas paralelas)

Por discordar da sentença, o assunto continua ainda "sub judice"?

O SR. LUIZ ALBERTO MACHADO - Ela não precisava recorrer, porque toda sentença concessiva de segurança tem o recurso que nós chamamos...

O SR. NEREU MASSIGNAN - Mas houve recurso?

O SR. LUIZ ALBERTO MACHADO - Houve recurso, mas está no Tribunal Federal de Recursos, sem objeto. Vai ficar pronto e vai decidir o quê?

O SR. NEREU MASSIGNAN - Na primeira concorrência da obra principal foram sete empresas que adquiriram o edital. Foram sete consórcios. Destas sete, três manifestaram qualquer desinteresse por causa do limite de preço. Correto?

O SR. LUIZ ALBERTO MACHADO - Certo. A COPEL fez até a gentileza de juntar as cartas de desistência e as informações referidas.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Esta pergunta é aquela que eu fiz inicialmente, mas não custa fazê-la novamente: por que razão a empresa fez esta proposta acima dos valores? É aquela questão, considera a

cláusula nula... porque não se questionar isso no edital? Vossa Excelência mesmo afirma que o edital é uma lei.

O SR. LUIZ ALBERTO MACHADO - Porque a cláusula nula, ou melhor, se houvesse uma cláusula inconveniente, com a qual não concordasse, mas não fosse nula, eu deveria impugná-la. Mas, a cláusula nula não significa isso. Há bibliotecas a respeito disto.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Permita-me interrompê-lo, Dr. Machado.

Não seria conveniente para a própria COPEL e para a própria empresa, não estaríamos neste debate, com todo este atraso na realização da concorrência, que a própria empresa invocasse a nulidade desta cláusula antes da realização da concorrência?

O SR. LUIZ ALBERTO MACHADO - Deputado, minha avô dizia que que cuidado e caldo de galinha não faz mal para ninguém. Nós teríamos que impugnar esta cláusula ao ingressar com a proposta técnica. Se o senhor for notar no edital, o edital diz que a proposta técnica deve ser considerada aceitável ou inaceitável.

Eu poderia, pelo tipo de falso dilema colocado, como dizia um político: "De tanto ver antes, parece que eu vejo demais", eu estava antevendo este falso dilema. O relacionamento é um relacionamento muito pesado, muito difícil de se discutir...

O SR. NEREU MASSIGNAN - O senhor estava antevendo isso?

O SR. LUIZ ALBERTO MACHADO - Eu estava antevendo (conversas paralelas).

O SR. NEREU MASSIGNAN - Mas não seria plausível, que se colocasse previamente?

O SR. LUIZ ALBERTO MACHADO - Eu estaria discutindo agora a classificação técnica em mandado de segurança?

O SR. NEREU MASSIGNAN - Por quê?

O SR. LUIZ ALBERTO MACHADO - Porque eu seria desclassificado, porque a minha proposta não seria considerada aceitável. Se a COPEL tem meios jurídicos para resolver esta questão internamente, sem precisar de toda esta celeuma, se ela tem os poderes da administração pública, para mudança de cláusulas, imagine se eu tivesse feito esta impugnação naquela época. Eu teria atraído muito mais a ira dos deuses do Olimpo.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Mas, digamos que a

COPEL considere esta cláusula legal. Devido a interpretação da assessoria jurídica. Na visão da C.R. Almeida, ela é nula, segundo V.Exa. Eu ainda não me convenci do porquê não desta oportunidade prévia. Parece que resolveria os problemas, ao invés de criar outros.

O SR. LUIZ A. MACHADO - Talvez, ou criaria outros. Nós ficaríamos no terreno da hipótese, porque eu tenho certeza que criaria outro problema. Porque eu teria uma ação de segurança para discutir a classificação, a classificação técnica.

O SR. PRESIDENTE - Esgotado o tempo do nobre Deputado ...

O SR. JOSÉ FELINTO - Eu tenho três minutos. Cedo dois minutos para o Deputado Nereu continuar.

O SR. PRESIDENTE - Concedido o tempo de dois minutos para o Deputado Nereu.

O SR. NEREU C. MASSIGNAN - As outras empresas concorrentes também apresentaram preços bem acima do limite da COPEL. Além disso, superiores ao preço da C.R. Almeida. A que o senhor atribui esta uniformidade de procedimentos, com algumas preferências?

O SR. LUIZ A. MACHADO - Eu não tenho condições de responder em nome das outras empresas. Tenta que se convocar, porque eu desconheço as razões. Agora, eu acho que eles também têm departamento jurídico, também têm decisões. Devem ter tido alguma decisão nesse sentido baseado, até talvez argumentações que eu não sei. Não estou em condições de lhe responder.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Presume-se que o Senhor concorda com a análise de que teoricamente se 4 grandes e experientes empresas privadas têm preços acima do limite estabelecido por uma estatal. Isso pode ser tomado como prova de que aquele limite é inatequível e que houve erro no seu estabelecimento? É isso? É correto? (O depoente acena que sim)

Então, o fato de que todas as 4 concorrentes tenham desrespeitado o item IP 5.4 do edital, a COPEL revogou a concorrência baseado no item IP 5.6. A C.R. Almeida recorreu em maio nesta oportunidade à Justiça contra a decisão da COPEL, alegando que o correto seria desclassificação de todas as concorrentes. É isso?

O SR. LUIZ ALBERTO MACHADO - Não, Senhor, a C.R. Almeida não nega o direito da Administração Pública revogar qualquer ato administrativo por conveniência ou inte-

resse público. Não é isto que está em debate. Tanto que se o Senhor e os Senhores Deputados examinarem vão perceber que entre a revogação, a comunicação da revogação e Ação de Segurança tiveram 2 semanas.

Mas o que aconteceu é que ante isso, o que se alegou para a revogação: interesse coletivo, interesse público para avaliação de alternativas técnicas, econômicas e financeiras. Depois disso, a mídia publicou diversas entrevistas em que o Presidente da COPEL mostrava claramente que ele tinha usado o instituto da revogação porque a C.R. Almeida participava de um cartel e porque a C.R. Almeida tinha excedido o seu preço-teto. Chegou a cometer grosserias inclusive na entrevista que prestou no dia 30 de março ao "Correio de Notícias".

Então, o que é que a C. R. Almeida discute? Não é o direito de a Administração Pública revogar o ato administrativo por conveniência e por interesse público: é o impedimento que tem a Administração Pública de revogar sem motivação, ou de revogar por desvio de poder, de usar um ato por outro. Não se pode usar um direito, a revogação pela desclassificação. Eu não posso revogar porque a empresa podia ser desclassificada. Acontece que não é que eu tinha que ser desclassificada, é que a fase de desclassificação venceu. É o que em Direito Administrativo a gente fala em preclusão da oportunidade. Ao revogar a concorrência - e o Helly Lopes Meireles é muito claro e diz assim: "a revogação de licitação opera efeitos *ex nunc*", isto é, a partir da decisão revocatória porque o ato ou procedimento revogável era legal e válido até o momento...

O SR. NEREU MASSIGNAN - Dr. Machado, convenhamos, claro, eu concordo, o Helly Lopes Meirelles tem autoridade nisso. Mas a questão são 100 milhões de dólares. É isso que nós queremos saber. Como é que está sendo discutido? Isto está sendo discutido no Mandado de Segurança impetrado pela empresa? Isso está sendo discutido na Justiça?

O SR. LUIZ ALBERTO MACHADO - Deputados como Vossas Excelências nos têm dado essa oportunidade de vir aqui expor porque estamos massacrados. A oportunidade que nós queremos que a Justiça nos dê é de sentar com a COPEL ao momento em que, se por acaso houver a revogação, ou a anulação do ato de revogação, é sentar com a COPEL para discutir o preço. A COPEL não precisa, ela tem poderes para mudar o projeto, ela tem poderes para baratear a obra. Por isso que eu falo em falso dilema...

O SR. NEREU MASSIGNAN - Mas, Dr. Machado,

sentar com a COPEL para discutir preço parece-me que isso elimina todos os princípios de concorrência. Concorrência tem que ter preço.

O SR. LUIZ ALBERTO MACHADO - Não, claro. Basta modificar o projeto, basta modificar o projeto.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Sim. Mas não tem que ter um preço na concorrência?

O SR. LUIZ ALBERTO MACHADO - Claro, Deputado. É a mesma coisa que querer fazer uma casa de primeira fazendo um preço de CORAB. O Projeto exigia uma casa de primeira...

O SR. NEREU MASSIGNAN - Na sua argumentação esse projeto exigia aquela quantia de dólares fixada antes na proposta de concorrência?

O SR. LUIZ ALBERTO MACHADO - Tanto que o item 5.4.3 diz assim:

"Se os preços apresentados na proposta comercial forem compatíveis com os custos que o proponente terá com a realização da obra ou desproporcionais em relação aos índices da produtividade definidos na proposta técnica". Já estava definido, e esta proposta técnica foi aceita. Portanto, o preço só poderia ser aquele. Se cabe? Cabe mudar o projeto e baratear a obra mudando o projeto. Essa obra custa isso.

O SR. NEREU MASSIGNAN - E Vossa Excelência admite que é possível fazer essa obra mais barata desde que se mude o projeto?

O SR. LUIZ ALBERTO MACHADO - Claro, mudar o projeto, se alongar o prazo de execução, só vai pagar juros dos empréstimos internos, vai não haver geração de energia com grandes prejuízos. É como se fôssemos cobrar excessivamente um tributo a tal ponto que matamos o contribuinte, daí como o Estado vai viver?

O SR. NEREU MASSIGNAN - Assim como uma estatal pode modificar o projeto para menos ela poderá modificar para mais, mesmo depois de uma concorrência?

O SR. MACHADO - Pode.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Mas então ninguém está seguro neste País! Qual é a validade da concorrência, qual é a segurança dela?

Qual a transparência desse negócio?

O SR. MACHADO - Essa preocupação de Vossa Excelência é a que temos com relação a esse tipo de proposta. Eu aceito o preço

de 18 bilhões, quem me garante que vou executar por 18 bilhões?

É o caso de Foz do Areia em que a proposta vencedora era aquela que tinha um preço inferior ao da COPEL mas que semanas depois teve um aditivo de contrato que elevou esses preços a preços de contrato a ser acima da 3ª colocada.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Por modificação da obra ou por correção dos índices inflacionários?

O SR. MACHADO - Não, simplesmente por acrescentar serviços.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Mais serviços. Eu estou satisfeito. Obrigado.

O SR. PAULO FURIATTI - Essa questão de que um consórcio novo de empresas entra ou não entra, a minha preocupação é a seguinte. Se empresas dão garantias de que podem fazer a mesma obra com as mesmas características por 18 bilhões de cruzados ou o montante em dólares, vamos admitir que essa concorrência seja invalidada e venha nova concorrência, a C.R. Almeida vai participar dessa nova concorrência?

O SR. MACHADO - Nós vamos examinar, se o projeto for o mesmo, se a concorrência for a mesma nós vamos apresentar o mesmo preço, vamos fazer a mesma coisa.

Porque essa proposta não pode ser séria Deputado, porque não há fase de qualificação. A COPEL levou um tempo enorme, com um corpo técnico fantástico, levou um tempo enorme para qualificar os consórcios, examinar curriculum, examinar experiência anterior, equipamentos depois disso, depois de qualificar o consórcio na sua capacidade financeira, técnica medida ele examinou a proposta técnica: se os equipamentos eram corretos, se o planejamento da obra estava correto. Então é tudo um processo muito demorado, não se pode levar a sério uma proposta dessa.

O SR. FURIATTI - Eu pergunto: se há tanta convicção por parte da empresa diso, por que não se admite uma concorrência, uma nova concorrência a curto prazo para que a C.R. Almeida, com tanta certeza diso, não possa realmente ganhar essa nova concorrência.

O SR. MACHADO - Nós já ganhamos a concorrência, em nosso entendimento. E os preços agora estão abertos, vai ficar uma discussão sobre a diferença de preços.

O SR. JOSÉ FELINTO - Gostaria de perguntar se é do conhecimento do Doutor Machado que a COPEL ela aprecia a proposta da li-

der do consórcio?

O SR. MACHADO - Não existe proposta da líder. Existe proposta do consórcio.

O SR. JOSÉ FELINTO - Mas é apreciado a princípio a líder do consórcio.

O SR. MACHADO - Não, para se montar um consórcio se exige capacidade das duas partes.

O SR. JOSÉ FELINTO - Queria esclarecer, lamentavelmente, não está aqui o nosso companheiro Deputado Scarpellini, e falava com relação à eleição, e aquele que participou da eleição e perdeu e depois quis questionar isso. Não é do conhecimento dele que a CESBE não participou da concorrência. Por isso, lamentavelmente, ele fez toda aquela encenação perante os senhores. Era essa a minha colocação.

O SR. MACHADO - Exatamente porque a CESBE não participou da concorrência ela está impedida pela Lei de ser contratada, pelo Artigo 40, do Decreto-Lei nº 2.300 que diz assim: "A administração não poderá celebrar o contrato..." (Lê o Decreto).

O SR. JOSÉ FELINTO - Só para concluir eu quero saber se o senhor tem conhecimento por que que a CBPO, consorciada também, e que ia participar e estranhamente retirou a sua proposta?

O SR. MACHADO - Eu só posso responder pela C.R.Almeida, nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Quielise Crisóstomo) - Não havendo mais oradores inscritos, nós passamos a palavra para a C.R.Almeida, para os seus assessores, seus diretores para as suas considerações finais se assim o desejarem.

O SR. MACHADO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, a C.R.Almeida agradece essa oportunidade de poder expor a esta Casa de Leis e que me merece o maior respeito, as suas razões em relação ao que deve ser feito.

Qualquer deslize que nós tenhamos tido debitem à emoção da oportunidade que nos foi dada e um dia tinha sido negada.

Nós não temos debatido em público por respeito às Instituições, nós não temos procurado jornais, nós não temos impresso matéria paga a não ser uma nota oficial, exatamente por respeito às instituições. Nós não queremos polemizar com matéria "sub judice" em relação ao Poder Judiciário, nós não queremos polemizar com esta nobre Casa, com Deputados, nós queremos é ser ouvidos. E é esta oportunidade que nós

agradecemos.

Pedimos desculpas por qualquer excesso que se tenha cometido, que se debite à sede com que nós fomos ao pote pela oportunidade que esta Casa nos deu. Exatamente isso, a ânsia de justiça, a ânsia de ser ouvido por pessoas que tenham condições de decidir, de mudar a opinião pública, sem que se crie um falso dilema.

A minha petição de mandado de segurança está... é pública. As nossas razões estão sendo distorcidas na Imprensa, nós não estamos discutindo na Imprensa o poder de a administração revogar, só estamos discutindo na Imprensa o dever da administração cumprir a Lei. E essa oportunidade que Vossas Excelências nos dão, nós tentamos aproveitá-la. Esperamos que tenhamos conseguido convencer a Vossas Excelências, e que, se nós estamos errados nós não estamos errados dolosamente.

Nós queremos para o Paraná a mesma coisa que Vossas Excelências querem para o Paraná. Nós moramos aqui, nós vivemos aqui, nós temos filhos aqui - eu tenho até uma filha que trabalha nesta Casa.

Então vejam Vossas Excelências, que a nossa preocupação é com o interesse coletivo, é com o interesse público como é o de Vossas Excelências. Nós temos 10 mil pessoas, 10 mil famílias que alimentamos. A nossa luta não é a luta do Machado para obter uma vitória, em nome da C.R.Almeida para obter mais um contrato; mas é uma luta de 10 mil pessoas para continuar sobrevivendo, para continuar gerando riquezas no Paraná. Todas as nossas compras são feitas aqui. Todo o nosso dinheiro gira aqui. Todos os nossos diretores moram aqui com suas famílias.

É esse espaço que é nosso e Vossas Excelências nos cederam com tanta fidalguia. Eu agradeço a todos os Senhores Deputados, aos que nos foram simpáticos e aos que aparentemente não nos foram simpáticos, mas que também foram porque a todos nós respeitamos. Todos nós estamos na busca da verdade verdadeira. Nós estamos fazendo como se faz num Processo Penal diferentemente de um Processo Civil. No Processo Penal se quer a verdade real e no Processo Civil a verdade formal. Nós não queremos a verdade desses papéis. Nós queremos a verdade do debate. Nós temos certeza do que nós estamos falando. Nós temos convicção da justiça do nosso preço.

Não admitimos cartel. A história da CR Almeida é uma história de lutas jurídicas. Já brigamos judicialmente contra a Kamal Correa, contra a (?), contra a CBPO, contra a Andrade Gutierrez, contra a Mendes Júnior, sempre em busca de um ideal de justiça. E é este ideal de justiça que nos traz aqui. Mas é principalmente a certeza de justiça que deixamos aqui.